



Instituto Superior de Serviço Social do Porto
Cooperativa de Ensino Superior de Serviço Social, C.R.L.

***“Desconstruir Preconceitos – intimidades e
sexualidades institucionalizadas”***

Ana Carolina da Silva Canudo

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Superior de
Serviço Social do Porto para Obtenção do Grau de Mestre
em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de
Exclusão Social, sob orientação do Professor Doutor Nuno
Santos Carneiro

ISSSP

maio, 2021

“Desconstruir Preconceitos – intimidades e sexualidades institucionalizadas”

Ana Carolina da Silva Canudo

ISSSP

maio, 2021

Resumo

As Casas de Acolhimento Residencial têm como principal função garantir o desenvolvimento saudável e pleno das crianças e jovens que nela estão acolhidas. Para que isto seja possível é essencial que todas as áreas de desenvolvimento destas crianças e jovens sejam abordadas e trabalhadas. Sendo a intimidade e a sexualidade áreas importantes e indissociáveis ao desenvolvimento humano, não devem ser descuradas, especialmente na adolescência. É fulcral que as várias questões associadas a estas temáticas, como a educação sexual, os direitos sexuais, a homossexualidade e a homofobia, sejam debatidas com os jovens, objetivando-se proporcionar-lhes uma vivência íntegra da sua intimidade e sexualidade, bem como, futuros adultos formados, conscientes e responsáveis no que diz respeito a estas.

O presente trabalho compreende-se num Relatório de Estágio realizado no âmbito do Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social. O Estágio decorreu numa Casa de Acolhimento Residencial, do sexo masculino, no Centro Litoral, tendo como principais problemáticas as questões da intimidade, sexualidade e comportamentos sexuais associados a jovens institucionalizados, bem perceber o trabalho exercido pelos profissionais no que diz respeito à intimidade e sexualidade em contexto institucional. Em momento algum deste relatório será mencionado o nome da instituição onde decorreu o estágio, por uma questão de salvaguardar a privacidade e anonimato da mesma, e de todos os que nela habitam e/ou trabalham.

Tendo em consideração os temas destacados anteriormente, ao longo do período de estágio pretendia-se compreender como é que estes são trabalhados dentro de uma instituição de acolhimento residencial, bem como quais as práticas dos profissionais aquando de comportamentos sexuais por parte dos jovens. É importante mencionar que o estágio consistia também em potencializar os conhecimentos e desenvolver dos jovens no que concerne a questões de intimidade e sexualidade, com recurso a atividades lúdicas, assim como, contribuir de forma positiva para o melhoramento da abordagem dos profissionais com os jovens no que concerne a estas temáticas.

Com recurso a entrevistas aos profissionais da instituição, a questionários realizados aos jovens, e à observação participante como técnicas de recolha de dados, foi possível reunir informação necessária para cumprir os objetivos deste trabalho. Estes instrumentos permitiram compreender que é necessário melhorar as abordagens dos profissionais no que respeita aos

temas da intimidade e sexualidade, tal como é imperativo que se providencie mais conhecimento e consciencialize os jovens para estas questões.

Palavras-chave

Intimidade; Sexualidade; Adolescência, Casas de Acolhimento Residencial; Jovens Institucionalizados;

Abstract

Foster care homes' main function is to guarantee a full and healthy development of all children taken in. For this to happen, it is essential that all development areas of these children and young people are discussed and worked on. Intimacy and sexuality are important areas, undissociable from human development, and cannot be disregarded, specially in during teenage years. Important questions related to matters such as sexual education, sexual rights, homosexuality and homophobia, to be debated amongst these children and teenagers, in order to provide them a full living of their intimacy and sexuality. Also, this potentiates their development as educated adults, responsible and aware of these matters in life.

This internship report is part of a Masters Degree in Social Intervention in Children and Teenagers in Risk of Social Exlcusion. The internship was performed in a Foster Care Home, reserved to young men, in the coastal center region of Portugal. Its main goal was to approach intimacy issues, questions related to sexuality and sexual behaviours associated to institutionalized young men, as well as to acquire notions of the work performed by professionals of these institutions, in what concerns intimacy and sexuality in and institutional context.

Having into account the previous mentioned topics, during the internship it was analyzed how these are approached inside of a foster care institution, as well as the professional response towards sexual manifestations of young insitutionalized men. It is important to mention that the worked perfomed during the internship also seeked to provide knowledge and awareness in intimacy and sexual related issues through playful activities, as well as to contribute for the improvement of the involved professionals' approach towards young men regarding these topics.

The objectives of this work were achieved using results from interviews performed with professionals of the referred institution, surveys delivered to young institutionalized men and by presential observation and data gathering techniques. These resources allowed to conclude that it is necessary to improve the involved professionals' approaches towards young institutionalized men, regarding intimacy and sexuality issues, as well as to better prepare and give insight to these young men about these life matters.

Key-words:

Intimacy; Sexuality; Adolescence; Foster Care Home; Institutionalized young people;

Agradecimentos

Estando agora a chegar ao fim desta etapa tão importante da minha vida não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que participaram e apoiaram na realização deste relatório e que estiveram comigo nesta caminhada.

Em primeiro lugar, agradeço aos meus pais e ao irmão, por todo o apoio e incentivo que me deram ao longo destes anos, e por me terem proporcionado a oportunidade de continuar a investir na minha formação académica. Sem vocês não seria possível!

Ao meu orientador, Professor Doutor Nuno Santos Carneiro, por toda a disponibilidade, orientação, apoio, e por tantas horas passadas a trabalhar para realizar este relatório. Além disso, agradeço-lhe também por todos os ensinamentos a nível pessoal e por me ter incentivado a lutar pelo que acredito. Foi muito importante para mim.

Ao local onde realizei o estágio de observação por me ter dado a oportunidade de passar tantas horas a aprender com profissionais que me ensinaram bastante e que me fizeram compreender que trabalhar em equipa é essencial e só assim é que uma instituição de acolhimento residencial opera com bons valores. Obrigada, em especial à assistente social, aos educadores sociais e à diretora técnica por todos os ensinamentos e por me terem dado a oportunidade de aprender com vocês.

Obrigada a todos os jovens que conheci ao longo do estágio por me terem feito ver a vida com outros olhos e por terem aceitado participar neste trabalho. Vocês são muito especiais para mim. Sem vocês este relatório não poderia existir.

A todos os meus amigos que direta ou indiretamente me ajudaram a ultrapassar as dificuldades que fui encontrando ao longo do caminho. Obrigada por me relaxarem nos momentos em que mais precisei e por estarem sempre disponíveis para desabafar. Um obrigada especial, à Ana Sofia, por ser a amiga que me acompanhou e ajudou neste percurso, e por estar sempre presente, até no trabalho!

Por último, não posso deixar de agradecer às minhas melhores amigas, por todas as palavras de apoio e incentivo que me deram para realizar este relatório. Obrigada por estarem comigo desde sempre, por todas as conversas, por todos os conselhos, por todos os desabafos, por todas as gargalhadas, por toda a amizade e por fazerem de mim uma pessoa melhor e mais feliz. Não era nada sem vocês, migas!

Um grande OBRIGADA, a todos!

Índice de Tabelas

Tabela 1. <i>Principais marcos da legislação sobre a proteção à infância em Portugal</i>	22
Tabela 2. <i>Caracterização dos Profissionais da Casa</i>	30
Tabela 3. <i>Caracterização dos Jovens da Casa</i>	32

Índice de Anexos

Anexo 1 - <i>Atividade nº1: Workshop “Cheirinho de Amor”</i>	96
Anexo 2 - <i>Atividade nº2: “A Importância da Autoestima”</i>	100
Anexo 3 - <i>Atividade nº3: “País Tutti”</i>	104
Anexo 4 - <i>Atividade nº4: “Mito ou Realidade”</i>	109
Anexo 5 - <i>Compromisso de Confidencialidade</i>	114
Anexo 6 - <i>Consentimento Informado</i>	115
Anexo 7 - <i>Capa dos Questionários realizados aos Jovens da Casa</i>	116
Anexo 8 - <i>Capa das Entrevistas realizadas aos Profissionais da Casa</i>	117

Lista de Abreviaturas

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados

IST's – Infecções Sexualmente Transmissíveis

LIJ - Lares de Infância e Juventude

LPCJP - Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

LTE - Lei Tutelar Educativa

OMS - Organização Mundial da Saúde

Índice

Abstract.....	v
Agradecimentos	vi
Índice de Tabelas.....	vii
Índice de Anexos.....	viii
Lista de Abreviaturas.....	ix
Introdução.....	1
1. Enquadramento Teórico.....	4
1.1. Intimidades	4
1.1.1. <i>Intimidade numa Perspetiva de Desenvolvimento</i>	6
1.1.2. <i>A importância da vinculação na intimidade</i>	7
1.2. Sexualidades: Considerações sobre a Adolescência	8
1.3. Heteronormatividade e Homofobia	11
1.4. Os Direitos Sexuais e Educação Sexual em contexto institucional.....	15
1.5. Crianças e jovens institucionalizados: breves notas introdutórias	19
1.6. Medidas de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo.....	22
1.6.1. <i>Acolhimento Residencial</i>	25
2. Diagnóstico Social e Caracterização Institucional.....	29
3. Metodologia de Investigação e Intervenção	35
3.1. Integração no Contexto de Estágio	35
3.2. Procedimentos Adotados para a Recolha de Dados	38
3.2.1. Observação Participante	38
3.2.2. Questionário aplicados aos Jovens	39
3.2.3. Entrevistas Semiestruturadas aos Profissionais da Casa	41
3.2.4. Análise Documental	42
3.3. Procedimentos de Intervenção	43
3.4. Pressupostos Éticos.....	44
4. Atividades Desenvolvidas, Descrição, Análise e Reflexão da Intervenção	47
4.1. Atividades Complementares Desenvolvidas no período de estágio – Acompanhamento do Trabalho Técnico	47
4.2. Atividades Realizadas para a Intervenção – Questionários e Entrevistas	48
4.3. Análise Categorical dos Questionários dos Jovens.....	49
4.3.1. <i>Análise Reflexiva dos Questionários dos Jovens</i>	56
4.4. Análise Sintética/Descritiva das Entrevistas aos Profissionais.....	61
4.4.1. <i>Análise Reflexiva das Entrevistas aos Profissionais</i>	71
5. Reflexões Finais e Conclusivas	84

Referências Bibliográficas	91
Anexo (s).....	95

Introdução

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, ou LPCJP (Lei n.º 142/2015), o artigo 49º o acolhimento residencial é definido como “colocação da criança ou jovem aos cuidados da entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados”, e tem como finalidade a “satisfação das necessidades físicas e psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e, promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (p.7204).

Para que estas necessidades estejam asseguradas é essencial que se estabeleçam relações de vinculação e intimidade, com o objetivo de, posteriormente educar, transmitir valores e conhecimento acerca das mais diversas áreas da vida. No que concerne à intimidade, esta pode ser definida, segundo Costa (2005) como uma “capacidade individual e relacional que se desenvolve ao longo do ciclo de vida apresentando formas, significados e complexidades diversas em diferentes relações de amor” (p.71). Para as crianças e jovens acolhidos, o período de institucionalização pode ser tumultuoso e, é essencial que a necessidade de proteção, segurança e proximidade emocional, se encontrem satisfeitas, por forma a que os jovens, estejam aptos para construir uma imagem positiva e valorizada sobre si mesmos, e para que posteriormente, se tornem autónomos e exploradores ativos do meio que os rodeia (Ferreira, 2013).

Para uma vivência saudável da adolescência é essencial que as crianças e jovens compreendam os vários conceitos que englobam esta matéria, de modo a tornarem-se adultos informados e esclarecidos no que concerne às questões da sexualidade. A sexualidade pode ser definida, segundo a Organização Mundial da Saúde (2006) como sendo “um aspeto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, o género, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução” (¶7), podendo esta ser experienciada por meio de desejos, fantasias, pensamentos, crenças, atitudes, valores, práticas, comportamentos, entre outros. No que respeita à educação sexual, esta pode ser realizada de forma informal, e tem como finalidade capacitar os jovens de conhecimentos relacionados com o tema, por forma a muni-los de informação útil para que realizem escolhas seguras, conscientes e informadas ao longo da sua vida e nos comportamentos que praticam (Ramiro, 2013).

De acordo com Pinto (2013) são poucos os estudos realizados na área da sexualidade, referentes a comportamentos sexuais problemáticos de crianças em contexto institucional. Posto isto, e concordando com a afirmação, tornou-se essencial procurar aprofundar esta temática aquando do período de estágio, tendo em consideração a pertinência do tema e a urgência para que este obstáculo seja ultrapassado. Tanto jovens como profissionais necessitam que este tema seja explorado para que a sexualidade seja vivida de forma íntegra e informada.

No âmbito do mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social definiu-se que como modalidade de avaliação final um relatório de estágio, tendo este sido realizado numa instituição de acolhimento residencial no centro litoral ao longo de 450 horas. O estágio teve como objetivos:

- Compreender como são abordadas as temáticas da intimidade e sexualidade numa casa de acolhimento residencial de rapazes;
- Percecionar o trabalho exercido pelos profissionais da Casa com os jovens, no que diz respeito à intimidade e sexualidade em contexto institucional;
- Contribuir para a recolha, tratamento e análise de informação que permita compreender como é que estes temas são trabalhados e abordados em casas de acolhimento residencial;
- Potencializar os conhecimentos e desenvolver competências dos jovens, através de atividades lúdicas, relacionadas com intimidade, sexualidade e autoestima;
- Compreender a perceção e os conhecimentos dos jovens sobre intimidade, sexualidade e educação sexual;
- Contribuir de forma positiva para o melhoramento da abordagem dos profissionais com os jovens, no que diz respeito a intimidade e sexualidade;

Este trabalho está estruturado em cinco capítulos.

O primeiro capítulo denomina-se de enquadramento teórico, onde se aprofundam as questões teóricas, destacando a intimidade, a sexualidade, fazendo algumas considerações sobre a adolescência, destaca-se também, a heteronormatividade e a homofobia como componentes importantíssimas deste leque de teoria, bem como os direitos sexuais e educação sexual em contexto institucional. Este capítulo conta ainda com algumas notas sobre crianças e jovens institucionalizados e termina com as medidas de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo.

O segundo capítulo é composto pelo diagnóstico social e caracterização da instituição onde foi realizado o estágio. É essencial ressaltar que, por questões de privacidade, não irá ser referido nem o nome da instituição nem quaisquer informações que possam identificar o local onde o estágio foi realizado. Tanto jovens como profissionais serão totalmente protegidos no que respeita ao anonimato. Do mesmo modo, o local, as instalações ou informações que permitam a identificação, não serão utilizadas no decorrer deste trabalho. É importante mencionar que durante este relatório a instituição será referida como Casa pois, é o local que para os jovens é considerado a sua casa

No que diz respeito ao terceiro capítulo, serão apresentadas as metodologias de investigação e intervenção utilizadas ao longo do período de estágio, integrando aqui a apresentação e descrição dos questionários e das entrevistas quanto instrumentos metodológicos para a recolha de dados. Abordar-se-ão também os procedimentos de intervenção e os pressupostos éticos.

No capítulo quarto irão ser apresentadas e analisadas as respostas dadas pelos jovens e profissionais, aos questionários e entrevistas realizadas. Além das análises categoriais dos questionários, irão ser também apresentadas as análises sintéticas/descritivas das entrevistas, terminando com a análise reflexiva das respostas dadas, tanto nas entrevistas como nos questionários, permitindo compreender os resultados obtidos.

Para terminar e, em jeito de conclusão, apresentar-se-á o quinto e último capítulo, onde será realizada a avaliação global do período de estágio. Ião ser abordados os pontos positivos, os aspetos a melhorar, as limitações e obstáculos encontrados, e propostas para o futuro, no que concerne às temáticas da intimidade e da sexualidade.

1. Enquadramento Teórico

Ao longo deste capítulo irão abordar-se vários conceitos teóricos que estão diretamente relacionados com a problemática deste relatório de estágio. Abordar-se-ão inicialmente os conceitos de intimidade e sexualidade, em particular à vivência destas questões durante a adolescência. Heteronormatividade e homofobia são também temas a trabalhar ao longo deste capítulo, seguidos dos direitos sexuais e da educação sexual em contexto de instituição. No ponto que se segue caracterizar-se-ão as casas de acolhimento residencial, bem como as medidas legais subjacentes a estas.

1.1. Intimidades

Definir intimidade tem sido um processo complexo ao longo dos tempos. Sousa (2013) apoia-se em Prager (1995) para compreender os componentes da intimidade, sendo que o primeiro está relacionado com o facto de ser essencial abranger as diversas perspetivas e definições que existem sobre o conceito de intimidade. No que concerne ao segundo componente, este relaciona-se com o facto de muitas vezes os autores não distinguirem a intimidade como característica de um relacionamento, da intimidade enquanto capacidade individual e propriedade de interações. Quanto ao terceiro componente, este diz respeito à distinção entre o conceito de intimidade de conceitos relacionados com a mesma, a título de exemplo, o amor, a sexualidade, o suporte. Por último, o quarto componente transmite a ideia de que a dificuldade real que existe em alcançar uma definição final de intimidade, pode dever-se à impossibilidade de distinguir as características de um relacionamento íntimo, de outros tipos de relacionamento. Mais tarde, esta própria acrescentou um quinto componente, justificando a sua existência com o facto de que para haver uma definição científica de intimidade, este deve ser mais preciso e aprimorado do que as definições vindas do senso comum (Sousa, 2013).

Segundo Costa (2005) a intimidade pode ser definida como uma “capacidade individual e relacional que se desenvolve ao longo do ciclo de vida apresentando formas, significados e complexidades diversas em diferentes relações de amor” (p.71). Este conceito de intimidade pode ser dividido em cinco etapas diferentes, sendo que a primeira está relacionada com a experimentação de sentimentos de aproximação, e apelida-se de emocional; a segunda, diz respeito à experiência de ter amigos e atividades sociais comuns, denominando-se de social. A terceira etapa é a intelectual, e está diretamente relacionada com a partilha de ideias. Segue-se

a sexual, que concerne à partilha de afetos, usualmente na atividade sexual; e por último, a etapa das experiências recreativas.

Para compreender, avaliar e contruir a intimidade é importante ter presente que existem algumas dimensões essenciais, sendo estas relacionadas, tendencialmente, com sentimentos. Estes processos são essenciais e indispensáveis à intimidade e estão interrelacionados, criando um todo (Balão, 2012). De acordo com Narciso (2002, *cit in* Lopes, 2012) podemos referir sete processos centrais que estão interrelacionados:

- Amor
- Autorrevelação
- Partilha
- Apoio emocional
- Confiança
- Mutualidade
- Interdependência
- Sexualidade

O **amor** é uma configuração dinâmica e complexa de sentimentos que nutrimos conscientemente pela outra pessoa. É visto como um contorno da intimidade, realçando a ideia de partilhar o que é mais interior através da **autorrevelação**, que esta é maior com as pessoas de quem gostamos e que esta autorrevelação nos permite gostar mais do outro. Este processo permite-nos expor-nos e deixar-nos conhecer a outras pessoas revelando os nossos sentimentos, pensamentos, estados pessoais, filosofia e história de vida. Esta **partilha**, que implica tanto linguagem verbal como componentes não verbais, tem um papel essencial na construção da identidade de um casal, pois possibilita a criação e desenvolvimento de objetivos, perspetivas, sonhos e decisões em conjunto projetando a relação no futuro. Segue-se o apoio emocional, que constitui também um importante componente da intimidade, sendo este uma das fontes cruciais de bem-estar psicológico e de saúde física, uma vez que proporciona a sensação de se sentir amado, respeitado, valorizado, compreendido e de sentir o cuidado por parte da outra pessoa, a preocupação, entre outras. Entende-se que a intimidade também só acontece com uma base de **confiança** mútua, que prevê uma perceção positiva do parceiro e da eficácia relacional. A **mutualidade** pressupõe o envolvimento comum numa história de vida, através de um movimento bidirecional de pensamentos, ações e sentimentos. Os pilares principais da mutualidade são: a equidade, o ajustamento mútuo, a similitude, o apoio emocional, a confiança

e a autorrevelação. As relações com uma intimidade mais elevada e onde existe equidade, são tendencialmente mais estáveis e os parceiros mais satisfeitos. No que respeita à **interdependência**, esta está relacionada com a dependência mútua relativamente ao apoio, compreensão, a pertença e a autonomia que são imprescindíveis para o equilíbrio de uma relação. Os fios que entretecem a interdependência são a quantidade e qualidade de tempos livres individuais, respeito pela privacidade, apoio emocional, confiança e mutualidade. Por último, a **sexualidade** que é entrelaçada por fios específicos de uma intimidade ao nível físico: frequência das relações sexuais, qualidade da sexualidade (expressão física dos sentimentos, desejo e prazer). Relativamente à intimidade psicológica, existe a autorrevelação, o apoio emocional, os sentimentos, confiança, mutualidade e interdependência.

Ainda que esta autora faça esta proposta, o trabalho que aqui apresentamos não entende como necessariamente relacionados o amor e a sexualidade na intimidade, pelas possibilidades de que algumas pessoas não vivenciem obrigatoriamente a relação entre estas dimensões.

1.1.1. Intimidade numa Perspetiva de Desenvolvimento

Mas como é que se desenvolve a intimidade? A intimidade constrói-se e inicia-se a sua vivência logo na infância através da relação que se cria com os cuidadores, podendo ser estes as figuras de vinculação da criança ou jovem (Sousa, 2013).

Para Lopes (2012) este conceito também se associa a perspetivas distintas, onde a intimidade aparece enquanto qualidade das relações, mas também, se identifica enquanto qualidade individual. Na primeira perspetiva, o enfoque está nos comportamentos interpessoais, onde o objetivo se prende com a manutenção de um nível de intimidade confortável. Considerando a qualidade individual, a atenção está na motivação para a procura de experiências íntimas, sendo o desejo e a necessidade de afeto e proximidade variáveis; mas também se foca na aptidão para procurar, desenvolver e manter relações íntimas e, por fim, nos sentimentos e processos cognitivos (Lopes, 2012).

De acordo com Malone (1987) citado por Balão (2012) “a intimidade implica conhecer o outro mas também conhecer-se a si próprio na presença do outro” (p.26), sendo que esta complementaridade é possível de existir em conjunto com a autorrevelação e a partilha, que são essenciais na construção da identidade, bem como a compreensão, proteção e consideração pelo

outro elemento do casal. Ou seja, podemos concluir que a intimidade é um conceito dinâmico e mutável, devido aos seus processos interativos (Lopes, 2012).

No que concerne à **intimidade sexual**, devido ao facto do ato sexual ser algo considerado muito íntimo, pois perspectiva partilhar o que é privado para cada um destes, faz com que esta intimidade esteja associada ao envolvimento sexual. Este envolvimento está vinculado ao conceito de autorrevelação, pois o que acontece no seio do ato sexual pode ser considerado para algumas pessoas como uma autorrevelação extremamente íntima. A intimidade sexual pode levar o sujeito a conhecer melhor o outro e a si mesmo, permitindo que ambos se organizem e sejam capazes de coordenar as ações pertinentes para reduzir a ambiguidade das intenções e do significado dos comportamentos dos envolvidos/as. Além disto, a autorrevelação pode potenciar a aceitação no que diz respeito ao autoconceito, pois obtém feedback de si mesmo a partir do seu parceiro/a (Lopes, 2012).

1.1.2. A importância da vinculação na intimidade

A obra de Bowlby (1969/1982) focou-se maioritariamente na infância e tem sido, ao longo dos tempos, um suporte de várias investigações sobre dinâmicas relacionais pelas quais do ser humano passa ao longo da sua vida. De acordo com o mesmo, os humanos são seres que nascem com predisposições para procurarem cuidado em certas circunstâncias, como quando se sentem ameaçados, perturbados, ou com algum tipo de necessidade. Partilhar estes sentimentos e o desejo desse cuidado, significa intimidade, e para que este se construa devidamente, o sistema de vinculação e o sistema de procura de cuidados tem de estar ativo e a funcionar corretamente (Sousa, 2013).

No que concerne à qualidade da vinculação, podemos afirmar que ao longo do primeiro ano de vida do bebé, este desenvolve uma relação diferenciada com pelo menos um cuidador, onde se prima a regulação emocional (Marques, 2019). O bebé nas situações de risco ou perigo, procura o cuidador com o objetivo de se sentir confortável e protegido (Marques, 2019). Ao longo da primeira infância, segundo Bowlby (1951) a postura dos cuidadores afeta a vida da criança a variados níveis, como na sua saúde mental e na sua trajetória de desenvolvimento (Marques, 2019).

De acordo com Silva (2017), a teoria da vinculação de Bowlby (1969/1982, 1973, 1980) explica o efeito que as relações e interações que acontecem precocemente na infância entre os

cuidadores e as crianças, têm no desenvolvimento das futuras relações interpessoais ao longo da vida das mesmas. Relacionado com esta teoria está o facto de ser imprescindível, pela parte da figura de vinculação, criar uma base segura para que a criança explore o ambiente e consiga estabelecer um equilíbrio decente e apropriado entre a autonomia e a relação interpessoal (Silva, 2017). Existem fatores essenciais neste processo de desenvolvimento de uma vinculação segura, como a disponibilidade parental e a responsividade sensível. Do mesmo modo, existem experiências adversas negativas pelas quais algumas crianças passam, como maus-tratos psicológicos e físicos e/ou negligência por parte dos cuidadores, que se podem tornar representações mentais negativas sobre si, sobre os outros e sobre as relações (Silva, 2017).

As relações de vinculação precoce que a criança desenvolve na sua infância podem adquirir um fator crucial nas relações íntimas que os sujeitos criarão e desenvolverão ao longo da sua vida, assim como se julga que são um preditor muito importante no que diz respeito à qualidade destas mesmas relações (Sousa, 2013).

1.2. Sexualidades: Considerações sobre a Adolescência

De acordo com Gouveia (2008) o termo adolescente remete para a ideia de “crescendo” e está diretamente relacionado com o repentino crescimento pelo qual o ser humano atravessa nesta fase da vida. É complexo estabelecer limites cronológicos quando se fala em adolescência.

É perceptível que o conceito de adolescência não é linear e a sua definição vai sofrendo alterações, até porque os indivíduos não atravessam este processo todos da mesma forma, nem na mesma altura.

De acordo com Marques (2012) é nesta altura da vida dos indivíduos que ocorrem as primeiras mudanças, tanto a nível físico, como psicológico, social, cultural e emocional.

Relativamente às mudanças físicas, estas acontecem numa fase que se designa por puberdade, onde surge a menarca, o amadurecimento da genitália, o crescimento dos pelos, no caso específico dos rapazes, a mudança de voz, as poluções masculinas, o aumento do pénis, entre outros.

Além destas transformações, Ramiro (2013) afirma que também ocorrem algumas ao nível psicológico e ao nível do desenvolvimento da atração sexual e de sentimentos românticos pelo

outro. O adolescente neste período realiza uma reconstrução da sua própria imagem pessoal e define a sua identidade através da sua identificação com o mundo que o rodeia (Marques, 2012).

A adolescência, além de um período complicado para os jovens, é também a altura em que estes iniciam as suas descobertas, explorações e escolhas, que tanto podem levar às práticas de atitudes favoráveis, como o seu inverso (Marques, 2012). É nesta fase que o indivíduo descobre a sua sexualidade, e de acordo com López & Fuertes (1999) mencionados por Ramiro (2013) é aqui que os adolescentes adquirem as crenças, mitos e práticas que estão relacionadas com a sexualidade, através da sociedade, tornando-se estas em determinantes essenciais aquando se procura compreender os comportamentos sexuais nesta fase.

De acordo com Lima (2013) esta fase desafiante pela qual os adolescentes passam, por vezes faz com que os mesmos tenham relações sexuais apenas para demonstrar à sociedade e ao seu grupo de amigos que estão dentro das normas sociais. Além disso, neste período a escola é o local onde os jovens passam a maior parte do seu tempo e é nesta que os jovens estabelecem os seus primeiros contactos sociais, os grupos de amigos e as regras, sendo que é na escola também onde e se começam a expressar na forma de linguagem verbal, comportamental e física.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) (2006) a sexualidade é definida como sendo

“um aspeto central do ser humano ao longo da vida e inclui o sexo, o género, identidades e papéis, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é experienciada e expressa através de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Embora a sexualidade possa incluir todas estas dimensões, nem sempre elas são todas experienciadas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, económicos, políticos, culturais, éticos, legais, históricos, religiosos e espirituais” (¶7).

Relativamente ao conceito da sexualidade, sendo esta uma dimensão da intimidade, é possível afirmar que este é extremamente complexo, uma vez que a sexualidade não se circunscreve apenas à genitalidade. Este conceito prende-se a uma realidade multidimensional, que é desenvolvida e vivenciada relacionalmente ao longo de toda a vida. É uma dimensão que isolada não consegue desenvolver-se, depende das outras dimensões (Balão, 2012). De acordo

com Crespo et al., 2006 (*cit in* Balão, 2012) “não é viável vivenciar uma sexualidade de modo pleno se a relação apresenta dificuldades ao nível dos outros componentes da intimidade, do mesmo modo, dificuldades ao nível sexual são resolvidas, ignoradas e/ou perpetuadas no âmbito da autorrevelação/partilha, apoio emocional, confiança, etc.” (p.29).

A sexualidade não se resume ao instinto sexual que constitui o ser humano. É mais do que isso, pois declara-se como um dos âmbitos que compõe a subjetividade, tal como a afetividade, a liberdade e a autonomia, não se restringindo apenas ao prazer (Carvalho, Silva, Souza & Salgado, 2012).

Relativamente à sexualidade é importante mencionar que ela pode relacionar-se com a vivência do primeiro amor e que se intensifiquem as explorações ao nível físico, tanto do seu corpo, como do corpo de outrem. Além disso, há uma série de novas experiências que são vividas com grande intensidade, podendo o/a adolescente descobrir as relações de intimidade, confiança e partilha com outrem (Ramiro, 2013).

Tendo em conta essas transformações, na sociedade moderna é comum os adolescentes iniciarem a sua vida sexual mais cedo, sendo que a existência de contraceptivos e a liberdade sexual são fatores que potenciam este facto (Cardoso, 2014).

Devido ao facto de os jovens iniciarem muito cedo a sua vida sexual e devido à própria adolescência ser uma fase propícia para os jovens se exporem ao risco, com frequência, provocado pela curiosidade, os comportamentos de risco ao nível sexual são comuns nos mesmos. É nesta fase da adolescência que os jovens amadurecem e passam por uma série de transformações no seu corpo e na sua personalidade e, com a perda do corpo infantil para um adulto, o jovem teme o desconhecido e cria um “reservatório” de ideias, fantasias e pensamentos, angústias, conquistas, frustrações, desejos e desvaneios, com os quais não sabe lidar (Lima, 2013).

Geralmente é na adolescência, que se designa como o período crítico do desenvolvimento da sexualidade, sendo que é nesta altura ocorre o primeiro contacto sexual, com pessoas do sexo oposto, porém, é comum que existam estes contactos com pessoas do mesmo sexo (Taquette et al., 2005). É neste período que ocorre a fase de experimentação e de conhecimento do nosso próprio corpo (Taquette & Rodrigues, 2015).

1.3. Heteronormatividade e Homofobia

A sociedade ao longo dos tempos organizou-se com base na voz do homem branco heterossexual, e através desta visão surgem e constroem-se as representações sociais que regulam os média, os espaços culturais, escolas, entre outros (Costa, Machado, & Wagner, 2015). Trata-se, assim, de construções sociais, pois é na sociedade e na cultura que se desenvolvem os indivíduos como sujeitos de género e, é mediante este conceito que se organizam as sociedades e culturas, de maneira a incluir todos os processos que definem, constroem e distinguem os corpos e sujeitos masculinos e femininos (Bandeira & Seffner, 2013).

A formação identitária do homem é influenciada, no período da adolescência, pela construção da sua masculinidade que tem como suporte uma variedade de espaços simbólicos, moldes, atribuições e funções social e culturalmente definidas (Vasconcelos et al., 2016). A competição, o combate e a violência são também características da masculinidade, com valorização de atributos como a coragem e a virilidade, que compõem as representações das masculinidades heroicas e desportivas (Bandeira & Seffner, 2013).

Segundo Gomes (2008) cit in Vasconcelos et al., (2016, p.188) a masculinidade pode-se entender como

“um espaço simbólico que serve para estruturar a identidade de ser homem, modelando atitudes, comportamentos e emoções a serem adotados. [...] a masculinidade – situada no âmbito de género – representa um conjunto de atributos, valores, funções e condutas que se espera que um homem tenha numa determinada cultura” (p.70).

Existe também um requisito fulcral para a masculinidade, segundo Anderson (2008) em Neto & Saraiva (2018) sendo esse a “hiper-heterossexualidade”, ou seja, não basta ser-se heterossexual, isso deve ser visível e ostentado. Do mesmo modo como os desejos sexuais dos homens não devem ser negados, pois são incontrolláveis e definem-se como um imperativo sexual de reprodução (Neto & Saraiva, 2018).

Estas masculinidades criam desigualdades sociais, que advém desde a infância e geram crenças de que o sexo masculino é superior e diferente do sexo feminino e dos outros homens que se desviam nas normas sociais. Desta forma torna-se necessário modificar estas ideias de masculinidade e do enquadramento do que é ser-se homem ou mulher, visto que, sendo as

masculinidades negociadas e construídas, também podem ser desconstruídas (Andrêo, Peres, Tokuda & Souza, 2016).

Devido ao contexto sociocultural os adolescentes que não se regem pela norma, por vezes sentem uma certa culpa (Taquette & Rodrigues, 2015). Esta heteronormatividade segundo Jackson (2005) *cit in* Bandeira & Seffner (2013) é vista como,

“um amplo sistema de relações de poder vinculadas a práticas e instituições que colocam a heterossexualidade como a norma em nossa cultura. A heteronormatividade, além de produzir uma hierarquia entre hétero/homossexuais, também produz formas hegemônicas e subalternas entre os heterossexuais” (p.267).

De acordo com Moura & Medeiros (2014) a heteronormatividade relaciona-se com o modo como se padronizam modos de ser agir das pessoas, incluindo a sua sexualidade. Devem existir apenas dois sexos, o masculino e o feminino, que devem também seguir regras de comportamentos característicos. Nesta linha de pensamento, os mesmos autores mencionam que Nascimento (2010) afirma que esta distinção biológica e anatômica teve um grande reflexo no que respeita aos papéis sociais e no ambiente de trabalho, e isso deu origem a práticas e discursos que tinham nas suas bases a heterossexualidade como centro, ou heterocentrismo, o domínio masculino e a heterossexualidade compulsória, onde se pressupõe que todos os indivíduos são heterossexuais, e se não são, deveriam sê-lo. No que concerne a esta heteronormatividade compulsória, esta realidade coloca todas as vivências sexuais e expressões de género como algo errado e marginaliza todas as pessoas que não correspondem ao esperado pela sociedade, que tem como premissa o sexo-género-sexualidade, onde é natural acreditar que um individuo apenas se pode interessar, seja em que dimensão for, por alguém do sexo oposto, e consequentemente, procriar. Ou seja, o “termo heteronormatividade advém de se tomar como parâmetro a norma heterossexual em relação à sexualidade, designando-a como forma normal de atração e de comportamento de indivíduos de sexos diferentes” (Moura & Medeiros, p.3, 2014).

Na estreita relação com a heteronormatividade está a homofobia que, segundo Daniel Borrillo (2009) mencionado em Andrêo, Peres, Tokuda & Souza (2016) foi um termo que surgiu em 1971 nos Estados Unidos da América, sendo vista como um ato hostil, colocando a outra pessoa como alguém que foge à normalidade, revelando assim um carácter sexista e

supressor relativamente a todos os homossexuais. Além disso, associavam a prática homossexual a algo pecaminoso, abominável, criminoso e perverso, demonstrando que a homofobia, nada mais é do que uma declaração sexista (Andrêo et al., 2016). Segundo Nascimento (2010) a homofobia podia ser compreendida como o medo da homossexualidade e desprezavam lésbicas e gays, assim como quem se supunha que era, mesmo não tendo a certeza. Atualmente, a homofobia é o que se chama a qualquer ato ou atitude negativa e injusta perante pessoas homossexuais e, por vezes isso acontece, partindo-se da ideia de que a sociedade deve ser heterossexual e que um homem e uma mulher possuem atração mútua natural, tendo como objetivo final, a reprodução de espécies (Rede ex aequo, 2015).

Para um adolescente assumir-se como homossexual pode ser um processo bastante duro e moroso devido à discriminação social que ainda sofrem, acabando por se isolar e não se expor, por receio da violência homofóbica (Taquette et al., 2005). A violência homofóbica limita a vida destes adolescentes, uma vez que estes escondem a sua verdadeira identidade. O facto de se rejeitar a homossexualidade e se adotar uma postura de hostilidade com estas pessoas faz com que se crie uma preocupação ainda maior no que concerne aos comportamentos que os jovens homossexuais podem vir a adotar, como o isolamento, o comércio social, ou práticas sexuais de risco (Taquette & Rodrigues, 2015).

Quando o processo de construção desta identidade homossexual se inicia, nesta fase é comum o indivíduo não se sentir confortável e diferente dos outros indivíduos que o rodeiam, do mesmo sexo e da mesma idade, nunca compreendendo o porquê de tais sentimentos. O período seguinte é o da confusão, e aqui, é habitual que se ignore qualquer tipo de impulso homossexual, porém quando o indivíduo decide ter uma experiência homossexual adquire sentimentos de culpa, devido aos padrões que a sociedade implementou e por estar a sair fora do comum e esperado pela sua família. Muitas vezes esta culpabilização associa-se à internalização da homofobia e que agrava com a baixa autoestima de alguns indivíduos que atravessam este processo. Depois deste processo de estranheza, os indivíduos tomam consciência do seu desejo homossexual, aceitam-se e reconhecem-se como tal e deixam de estar em conflito com eles próprios. Contudo o sofrimento que sentiam resultante da visão negativa da sociedade perante a sua orientação não desaparece com esta autoaceitação (Taquette & Rodrigues, 2015).

Torna-se assim essencial que se garantam os direitos sexuais de cada pessoa, de uma forma não preconceituosa. É importante também que os serviços médicos adotem uma postura

diferente, uma vez que, assumem automaticamente a heterossexualidade de alguém (Taquette & Rodrigues, 2015).

Segundo McCarn & Fassinger, 1996:524 *cit in* Carneiro & Menezes (2004) “a intensidade emocional e a dificuldade do processo (de construção da identidade homossexual) é determinada pelo grau de heterossexismo e de homofobia (constatado) em cada indivíduo” (p.135). A homofobia, segundo Carneiro & Menezes (2004) é um conceito que “recai sobre a homossexualidade, consubstancia-se no medo e/ou no evitamento irracional suscitado pela presença (real ou imaginada) de homossexuais” (p.122) e, também segundo estes autores, citando Morin (1973), a homofobia começou por ser defendida como o sentimento de pânico em partilhar o mesmo espaço com uma pessoa homossexual.

É possível afirmar que ao longo das últimas décadas se verificou uma evolução relativamente à sexualidade entre pessoas do mesmo sexo, assim como o aumento dos direitos assegurados às minorias sexuais. Porém considera-se que não têm sido suficientes, para implementar a aceitação social destas pessoas (Neves, 2016).

Em Portugal, de acordo com Neves (2016) as mudanças a propósito das identidades sexuais levaram a cabo algumas vitórias nesta matéria, como é exemplo a constatação da homofobia como um problema social e que deve enfrentado através da justiça e o reconhecimento político da orientação sexual, sendo que este é já parte integrante da defesa dos direitos humanos. De facto, a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo, sofreu ao longo dos anos mudanças nos discursos sociais acerca desta prática, que nos dias de hoje, levam a uma visibilidade social indubitável, assim como, o aumento dos direitos que são agora reconhecidos às minorias sexuais. Contudo, estas profundas mudanças não são ainda suficientes para criar uma aceitação social efetiva, relativamente à homossexualidade, o que gera dificuldades e dilemas existenciais, psicológicos, biográficos que ocorrem na vida de uma pessoa com esta orientação sexual (Neves, 2016).

Embora as atitudes de tolerância se vão implementando, com alguma relutância e os jovens apelam ao paradigma moderno de sexualidade e que sejam partilhadas sentidos e conceções relativamente à pluralidade sexual. Para Neves (2016) a homossexualidade é ainda um desvio à norma social e é encarada ainda por algumas gerações como “contranatura”, conduzindo a atitudes e práticas extremamente discriminatórias.

Para concluir, é possível afirmar que de acordo com Neves (2016) ainda persiste muita discriminação no que diz respeito à orientação sexual, e o preconceito ainda surge nos discursos

das pessoas, levando a heterossexualidade a ser vista como normal e regra, mesmo que a ética inclusiva e igualitária seja promovida.

1.4. Os Direitos Sexuais e Educação Sexual em contexto institucional

Os direitos sexuais foram definidos de acordo com uma reflexão a partir de bases teóricas de diferentes campos de conhecimento, como o legislativo, o da saúde e mesmo o militar, integrando sempre os Direitos Humanos (Silva, 2015). Relativamente aos direitos sexuais, de acordo com Antunes (2007) *cit in* Marques (2012) podemos identificar os seguintes:

“i) acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva; ii) procurar, receber e partilhar informação relacionada com a sexualidade; iii) educação sexual; iv) respeito pela integridade corporal; v) escolher os seus parceiros; vi) decidir ser sexualmente ativo ou não; vii) manter relações sexuais consensuais; viii) casamento consensual; ix) decidir se quer ou não e quando ter filhos; x) alcançar uma vida sexual caracterizada pela satisfação, segurança e prazer” (p.781).

Estes direitos surgiram da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo em 1993, assim como da Conferência Mundial sobre a Mulher, em Beijim a 1995. Foi nestas conferências que a sexualidade passou a ser encarada com uma dimensão essencial do ser humano, sendo garantidos os seus direitos. É importante que compreendamos os o direito democrático da sexualidade (Carvalho, Silva, Souza & Salgado, 2012).

Silva (2015) reforça o acima mencionado, realçando que quem vive e expressa de forma livre a sua sexualidade, não deve sofrer imposições de qualquer ordem, assim como não deve sofrer discriminações nem violência. Todo o ser humano, independentemente da sua idade, sexo, etnia, identidade de género, condição física ou estado civil, deve ser respeitado relativamente ao modo como usa o seu próprio corpo, bem como quem escolhe para parceiro/a das suas práticas sexuais, ficando sempre assegurado o seu direito de utilizar os serviços de saúde, onde serão disponibilizadas informações acerca da saúde sexual, garantindo o sigilo, o atendimento e o respeito.

De acordo com Marola, Sanches & Cardoso (2011) os meios de comunicação devem procurar promover os direitos sexuais e reprodutivos com afinco, pois estes ainda não são divulgados o suficiente e, os profissionais de saúde não estão capacitados para o atendimento aos jovens e para a promoção da saúde dos mesmos.

É importante refletir também, sobre os desafios que existem relativamente à educação sexual na promoção da saúde, assim como quem os conduz. Primeiramente, os obstáculos podem ser de natureza epistemológica, se forem fundamentados com as vivências do quotidiano e se negarem a perspetiva científica; em seguida, podem ser de ordem psicológica, uma vez que estão dependentes da personalidade do sujeito; também têm carácter didático, se estiverem envolvidos em aprendizagens escolares passadas, e por último, de índole sociológica, caso estejam relacionados com aspetos políticos que possam interferir no sistema educativo. Concluindo, todos os obstáculos estão envolvidos com os ideais que os sujeitos da ação educativa vão criando e desenvolvendo como resultado das interações entre os seus conhecimentos científicos, os seus valores, os seus sistemas e práticas sociais relativamente ao tema da sexualidade (Anastácio, 2018).

A educação sexual está relacionada com os conhecimentos acerca da sexualidade que o ser humano adquire ao longo da sua vida com a sua família e em ambientes do quotidiano, como a igreja, o grupo de amigos, a escola, os média, entre outros, sendo que estes surgem desde logo na infância e perduram até ao fim da vida de cada um. Estes conhecimentos são obtidos de maneira informal, muitas das vezes, porém podem ser também transmitidos de forma sistematizada, formal e organizada (Oliveira & Venancio, 2017). É, portanto, um processo pelo qual o ser humano passa, onde desenvolve crenças e atitudes sobre a sexualidade através da informação que obtém. Este tem como objetivo principal capacitar os jovens de conhecimento relacionado com a temática, por forma de lhes possibilitar realizar escolhas informadas e segurança nos seus comportamentos ao longo da vida (Ramiro, 2013).

Segundo Anastácio & Marinho (2018) a educação sexual procura “não só atenuar os comportamentos de risco, tais como a gravidez não desejada e as doenças sexualmente transmissíveis, mas também promover a qualidade das relações interpessoais, a qualidade da vivência da intimidade e a contextualização destas na sua raiz cultural e socio-histórica” (p.2).

As primeiras aprendizagens relacionadas com a sexualidade, advêm do ambiente familiar, sendo que esta ação educativa, por vezes involuntária, transforma-se no primeiro contacto da

criança com a temática, assim como no local onde esta começa a manifestar os seus conhecimentos. Além disso, Oliveira & Venancio (2017, p.24) *cit in* (NOVAK, 2013) o,

“convívio social e familiar a educação sexual depende da cultura a qual a criança e ou adolescente estão inseridos, sendo comprometida pelo processo cultural, onde cada indivíduo “acultura-se” através das expressões, atitudes, gestos, e falas do local onde vive e está inserido. Assim, a educação sexual se forma, também, pela comunicação verbal e não verbal [...] (p.19).

Sendo a escola o local mais adequado para assegurar aos jovens o seu completo desenvolvimento e crescimento intelectual, e tendo em linha de conta que o seu ambiente é favorável para que isto se suceda, seria importante que esta instituição se tornasse num espaço apropriado para explorar assuntos e esclarecer dúvidas sobre os mesmos, como serve de exemplo, a sexualidade. A educação sexual passa a ter um carácter formal quando é lecionada numa escola e quando a transmissão de conhecimento acerca da educação sexual faz parte do plano de atividades curriculares (Oliveira & Venancio, 2017). Porém, não tem sido fácil a implementação desta, apesar das tentativas legais, pois é um assunto que cria controvérsia social, uma vez que, parece que a educação sexual para muitos está associada ao ensinamento de práticas sexuais, à desmoralização dos comportamentos sexuais e ao à iniciação precoce de atividade sexual (Anastácio, 2018).

Em Portugal é cada vez mais usual a presença de um profissional de saúde para auxiliar na matéria de educação sexual. Aliás, já foi investigado acerca da responsabilidade pela saúde escolar ser atribuída às/aos enfermeiras/os em Portugal, verificando-se alguns obstáculos no que respeita à questão da intervenção de promoção da saúde através de atividades, sendo esses “a escassez de recursos humanos nos serviços de saúde; a falta de tempo que as enfermeiras alegavam; e ainda a sua falta de preparação” (Anastácio, p.4, 2018). O papel dos pais neste campo é serem os mais próximos e os primeiros educadores de sexualidade, sendo essencial estabelecer uma parceria entre a família e a escola pois é importantíssima e, já está proposta na lei portuguesa (Anastácio, 2018).

Em 2009 implementou-se a Lei n.º 60/2009 onde está estabelecida a obrigatoriedade da concretização da educação sexual em todos os ciclos de ensino, assim como estão propostas finalidades abrangentes que estão sugeridas na literatura de referência com esta temática, que segundo Pontes & Ribeiro (2015) são:

- “a) A valorização da sexualidade e afetividade entre as pessoas no desenvolvimento individual, respeitando o pluralismo das concepções existentes na sociedade portuguesa;
 - b) O desenvolvimento de competências nos jovens que permitam escolas informadas e seguras no campo da sexualidade;
 - c) A melhoria dos relacionamentos afetivo-sexuais dos jovens;
 - d) A redução de consequências negativas dos comportamentos sexuais de risco, tais como a gravidez não desejada e as IST’s;
 - e) A capacidade de proteção face a todas as formas de exploração e de abuso sexuais;
 - f) O respeito pela diferença entre as pessoas e pelas diferentes orientações sexuais;
 - g) A valorização de uma sexualidade responsável e informada;
 - h) A promoção da igualdade entre os sexos;
 - i) O reconhecimento da importância de participação no processo educativo de Encarregados de Educação, sujeitos e professores;
 - j) A eliminação de comportamentos baseados na discriminação sexual ou na violência em função do sexo ou orientação sexual”
- (p.9)

Por forma a concluir, e mais particularmente no que toca à implementação obrigatória da educação sexual pela lei, torna-se necessário que se avaliem e analisem os processos desta implementação, para compreender se estão a ter ou não impacto nos comportamentos, atitudes e conhecimentos dos alunos e se os encarregados de educação, professores, parceiros e sociedade em geral têm perceção disso e notam que há diferenças nas práticas destes (Pontes & Ribeiro, 2015).

1.5. Crianças e jovens institucionalizados: breves notas introdutórias

As crianças que se encontram em medida de acolhimento residencial, apresentam tendencialmente um comportamento agressivo, usando a violência, muitas das vezes, como meio de comunicação (Marques, 2019). Seguindo vários estudos referidos por Marques (2019) é possível afirmar que grande parte das crianças em situação de acolhimento residencial apresentam um padrão de vinculação desorganizado e inseguro face aos seus cuidadores na instituição, quando comparadas com crianças que residiam com a sua família.

De acordo com Ferreira (2013) o acolhimento residencial tem impacto relativamente à questão da vinculação, podendo ser destacados alguns problemas de foro emocional e de comportamento. Além disso, há estudos que comprovam que estas crianças institucionalizadas apresentam sérias dificuldades no que concerne ao estabelecimento de vínculos com os cuidadores das instituições, e pode dever-se ao facto de haver muitas crianças para poucos profissionais, ou à rotatividade de horários e turnos (Ferreira, 2013). Uma vez que estas crianças chegam à instituição, desde logo um lugar onde a maioria não escolheu, a chegada pode ser para elas um momento de perda do seu meio familiar, que por muito desorganizado e disfuncional que possa ser, representa um sentido de pertença para estas crianças (Mota & Matos, 2008).

Bowlby defende a ideia de que,

“devido ao facto da criança estar numa Instituição e, por isso mesmo, existirem outras crianças, é-lhe mais difícil requerer do tempo, atenção e disponibilidade por parte do outro (e que tanto carece), dificultando a construção e o desenvolvimento de um vínculo mais seguro e de proximidade com os adultos e/ou cuidadores, na medida em que estes terão de prestar esses cuidados a tantas outras crianças acolhidas” (Bowlby 1981; 1984, *cit in* Ferreira, 2013, p.27)

Compreendemos que o período de acolhimento residencial pode ser conturbado para a criança ou jovem e que pode acarretar marcos negativos, tais como a tristeza, o medo, o desalento, a angústia e a incerteza relativa ao futuro. Por consequência, uma criança, aquando das suas necessidades de proteção, segurança e proximidade emocional se encontram preenchidas, tem maiores hipóteses de construir uma representação positiva sobre si mesma, tal

como se sente valorizada e merecedora de cuidados, o que leva a que esta se torne uma exploradora ativa do meio e também autónoma no mesmo (Ferreira, 2013).

O processo de institucionalização dever ser bastante desafiante para as crianças ou jovens que o atravessa, pois estes pensam acerca da sua situação enquanto acolhidos, pensam no futuro, e no seu projeto de vida, na sua família, entre muitas outras coisas. É essencial que se tenha em consideração que existem quatro aspetos que estão diretamente ligados a este processo, e que podem trazer consequências negativas para estas crianças e jovens, que são: estigmatização e discriminação social; o sentimento de punição; a demissão/diminuição da responsabilização familiar; e por último a função de controlo social/reprodução das desigualdades sociais (Ferreira, 2013).

Mota & Matos (2008) afirmam que muitas vezes os jovens que foram acolhidos e que passaram por experiências adversas negativas e têm uma base insegura, são aqueles que mais necessitam e procuram proteção e apoio, por parte dos profissionais, mesmo que essa procura e chamada de atenção, se demonstre de forma paradoxal, ou seja, através de mau comportamento e prática de delitos. Estes jovens sentem uma solidão psicológica devido ao seu passado e isso evidencia-se nas atitudes de mau comportamento.

Por tudo isto, é importante que, ao longo deste percurso, os profissionais e entidades, que não substituem as suas famílias, criem condições e juntem esforços para proporcionar a estas crianças e jovens a oportunidade de estabelecer uma relação, não só estável, mas também de cooperação e integração entre a instituição, as famílias e elas/eles mesmo (Ferreira, 2013).

É, contudo, necessário reconhecer, no âmbito destas problemáticas, que, como referem Mota e Matos (2008) os adultos que trabalham nas instituições de acolhimento residencial, uma vez que, estes devem de receber os jovens de maneira a proporcionar-lhes um meio estável de confiança e permitir que os mesmos desenvolvam ligações afetivas seguras com eles. Estes adultos, representam agora as suas figuras securizantes, que se tornaram num fator de proteção, que lhes pode permitir enfrentar o futuro e as adversidades de forma adaptativa e promover o processo resiliente dos jovens (Mota & Matos, 2008). Muitas vezes os funcionários das instituições, estabelecem com os jovens relações que alcançam dimensões vinculativas, proporcionando maior sensação de confiança, afeto e proximidade, pois “os adultos assumem verdadeiros papéis no sentido de os orientar, proteger e acarinhar, constituindo inclusive os seus modelos identificatórios” (Mota & Matos, 2008, p.374)

No que diz respeito à **educação para a sexualidade em contexto institucional** a realidade é desafiante, uma vez que a prática desta está repleta de obstáculos que se prendem muitas das vezes com as vivências dos jovens que estão institucionalizados. Isto acontece, pois muitos carregam consigo histórias bastante sensíveis e problemáticas relacionadas com a sexualidade, tornando o assunto delicado de trabalhar. Aquando da chegada dos jovens, é comum que estes manifestem reduzida motivação para estudar, carência de rotinas e regras, rebeldia e comportamentos desadequados, entre estes, comportamentos sexuais (Anastácio & Lopes, 2017).

Os comportamentos sexuais destes jovens apresentam diversos problemas sérios para os profissionais que trabalham com estes, no sentido em que há ainda falta de formação profissional específica para lidar com determinadas situações, não havendo respostas para as mesmas. Porém os próprios técnicos sentem que é importante haver esta formação, atendendo aos riscos de saúde a que estes jovens podem estar expostos, sendo que estes estão em situação de vulnerabilidade (Anastácio & Lopes, 2017).

De acordo com Pinto (2013) são poucos os estudos realizados na área da sexualidade, referentes a comportamentos sexuais problemáticos de crianças em contexto institucional. Porém, baseada em Baker et al., (2001;2008) a autora afirma que estes comportamentos podem interferir com os princípios das próprias instituições de acolhimento, visto que pode pôr em causa a segurança das crianças e jovens que lá habitam. O direito de receber proteção e de viver num ambiente seguro deveria estar assegurado, contudo, com a existência de comportamentos sexuais problemáticos, esses direitos não estão garantidos (Pinto, 2013). Porto isto, considera-se essencial, que aquando do acolhimento da criança ou jovem, se avalie a presença, ou não, a existência de comportamentos sexuais ditos problemáticos, do mesmo modo que se avaliam outro tipo de comportamentos. Tendo em consideração que estas casas de acolhimento residencial são, por vezes, representativas de contextos onde há a necessidade de intervir e identificar comportamentos tidos como não normativos e problemáticos, é fulcral que disponham de equipas de profissionais competentes e conscientes das suas ações para com o futuro destas crianças e jovens (Pinto, 2013). Segundo Pinto (2013), pressupõe-se, que se invista na formação dos profissionais, do mesmo modo que “é importante que todos os colaboradores do contexto institucional, seja ele de carácter temporário ou prolongado, tenham claro que a missão da estrutura residencial é promover a qualidade de vida das crianças” (p.17) e para isso é necessária formação. Quando não existe essa formação, os profissionais podem incorrer nas suas experiências pessoais e a modelos educacionais para educarem as crianças e

jovens, sujeitando-as a uma quantidade de diferentes modos de atuar, consoante cada profissional que trabalha na instituição (Pinto, 2013).

Tendo por base os estudos de Baker e colaboradores, Pinto (2013) afirma que os profissionais e as próprias instituições concordam com a necessidade de haver mais formação na área da sexualidade. Uma vez com formação, os profissionais aumentam a probabilidade de reduzir o número de comportamentos sexuais problemáticos, pois são capazes de remover fatores que possam, de certo modo, contribuir para a manutenção desses comportamentos. Além disto, mais conhecimento significa também menos crenças em mitos e melhora a forma como respondem aos comportamentos adversos destas crianças e jovens (Pinto, 2013).

1.6. Medidas de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens em Perigo

No que concerne às medidas legais existentes acerca das casas de acolhimento residencial, abordar-se-ão de seguida as mesmas, por forma a enquadrar o local onde ocorreu o estágio, no quadro legal de Portugal.

Segundo Colorado (2018) nos últimos anos foram sendo criadas leis e medidas portuguesas que, de certo modo, influenciaram a vida das crianças e jovens, no que concerne à sua proteção. Na tabela seguinte *cit in* Colorado (2018, pp.15-16), estão sistematizados os diplomas legais que marcaram o país:

Tabela 1. *Principais marcos da legislação sobre a proteção à infância em Portugal*

Ano	Diploma Legal	Iniciativa	Objetivo/Finalidade
1911	Lei de Proteção à Infância, de 27 de maio	Governo Provisório da República Portuguesa	Primeira lei de proteção das crianças Instituída a primeira Tutoria de Infância
1973	Reforma Veiga Simão Decreto-lei nº 5/73, de 25 de julho	Reforma Educativa	Direito a uma Educação para todos, incluindo crianças com Necessidades Educativas Especiais
1991	Decreto-lei nº 189/91, de maio	Criação das Comissões de Proteção de Menores (atuais Comissões de Proteção de Crianças e Jovens)	Visam assegurar a proteção de crianças menores de 12 anos
-	-	Reforma do Sistema Jurídico de proteção das crianças	Separação das medidas de promoção e proteção das medidas tutelares educativas, determinada pela prática de crimes e situações de delinquência

1999	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Decreto-lei nº 147/99, 1 de setembro	Promover os direitos das crianças (até aos 21 anos) e proteger aqueles que se encontrem em perigo, de forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral
	Lei Tutelar Educativa (LTE), Decreto-lei nº166/99, 14 de setembro	Aplicação de medidas tutelares na prática de delitos qualificados por crianças com idades entre os 12 e os 16 anos
2003	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Decreto-lei nº31/2003, de 22 de agosto	Alterações relativas à adoção e à intervenção das Comissões de Proteção
2008	Decreto-lei nº3/2008, de 7 de janeiro	Escola inclusiva, apoios especializados para crianças com Necessidades Educativas Especiais no ensino básico e secundário
2015	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Decreto-lei nº 142/2015, de 8 de setembro	Substituição do termo de acolhimento institucional ou institucionalização por acolhimento residencial
2017	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP), Decreto-lei nº 23/2017, de 23 de maio de 2017	Alargamento do período de proteção para os 25 anos de idade, sempre que existam processos educativos ou de formação profissional

Relativamente ao **Sistema de Promoção e Proteção para Crianças e Jovens em Perigo**, em Portugal:

“O sistema de promoção dos direitos e proteção de crianças em perigo encontra-se suportado por princípios orientadores da intervenção que convocam á cooperação, responsável e mobilizadora das entidades que o integram – as públicas, as judiciais e não judiciais, as sociais, as académicas e também as da sociedade civil, todas determinantes nos processos e nos procedimentos tendentes à dignificação das crianças e dos jovens, sujeitos autónomos de plenos direitos” (Relatório CASA, 2016, p.11).

O sistema de proteção de Crianças e Jovens em Perigo, regido pela Lei nº 147/99 de 1 de setembro, sofreu variadas alterações - Lei 31/2003 de 22/08; Lei 142/2015 de 08/09, pela Lei 23/2017 de 23/05 e, Lei 26/2018, de 5 de julho. A Lei de Proteção de Crianças e Jovens em perigo (LPCJP) possui como objetivo a promoção dos direitos e proteção das crianças e jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral (art.º 1 da LPCJP), aplicando-se às crianças e jovens em perigo que residam ou se encontrem em território nacional (art.º 2 da LPCJP).

Segundo a última alteração da LPCJP, consta no art.º 5, alínea a) Criança ou jovem - a pessoa com menos de 18 anos, ou a pessoa com menos de 21 anos que solicite a continuação da intervenção iniciada antes de atingir os 18 anos, e ainda, a pessoa até aos 25 anos sempre que existam, e apenas enquanto durem, processos educativos ou de formação profissional.

É importante que os direitos que são fundamentais a estas criança/jovens sejam plenamente cumpridos, pois, caso contrário, poderão desenvolver situações de risco ou mesmo de perigo relativamente à segurança, saúde, bem-estar, formação, desenvolvimento e educação, destas crianças em vulnerabilidade. Posto isto, é essencial que esta promoção e proteção ocorra através de uma abordagem sistémica e integrada, sendo que é importante a participação da família (Relatório CASA, 2016).

Considera-se que uma criança e/ou jovem se encontra em perigo quando existe abandono, negligência, abuso sexual, exercício abusivo da autoridade parental e comportamentos aditivos e/ou desviantes (Alves, 2007). Quando isto se sucede, é possível aplicarem-se medidas que visam afastar a criança ou jovem do perigo em que se encontram, são também as medidas que as protegerão no futuro, assegurando-lhe as condições necessárias de saúde, educação, segurança, bem-estar, formação e desenvolvimento integral, bem como, lhes garantem a possibilidade de recuperação psicológica e física que possam ter sido sujeitas (Gaspar, 2020). Estas medidas podem encontrar-se no artigo 35º da LPCJP, sendo estas:

- a) Apoio junto dos pais;
- b) Apoio junto de outro familiar;
- c) Confiança a pessoa idónea;
- d) Apoio para a autonomia de vida;
- e) Acolhimento familiar;
- f) Acolhimento residencial;
- g) Confiança a pessoa seleccionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção;

De acordo com Gaspar (2020) as medidas acima mencionadas podem ser aplicadas pelo Tribunal ou pela Comissão de CPCJ, excetuando a alínea g), sendo apenas passível de aplicar pelos Tribunais, visto que apenas poderá ser aplicada através de medida jurídica.

1.6.1. Acolhimento Residencial

De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, ou LPCJP (Lei n.º 142/2015), o artigo 49º o acolhimento residencial é definido como “colocação da criança ou jovem aos cuidados da entidade que disponha de instalações, equipamento de acolhimento e recursos humanos permanentes, devidamente dimensionados e habilitados, que lhes garantam os cuidados adequados”, e tem como finalidade a “satisfação das necessidades físicas e psíquicas, emocionais e sociais das crianças e jovens e o efetivo exercício dos seus direitos, favorecendo a sua integração em contexto sociofamiliar seguro e, promovendo a sua educação, bem-estar e desenvolvimento integral” (p.7204). As modalidades deste tipo de acolhimento dividem-se entre integração planeada e integração urgente (art.º 51 LPCJP). Além disto, esta lei determina também as entidades com legitimidade para intervir e de que modo o poderão fazer, sendo que estas, segundo o princípio da subsidiariedade no artigo 4º, atuam de modo sucessivo, ou seja, apenas quando a entidade anterior não conseguiu retirar o perigo da criança ou jovem em que este se encontrava, é que atua de forma adequada a próxima entidade. Posto isto, as entidades com competências em matéria de infância e juventude, de carácter informal, ocupam o primeiro patamar. De seguida, com carácter formal, estão as Comissões de Promoção e Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) e, por último, os Tribunais (Gaspar, 2020).

Sendo assim, citado por Quintães (2009) a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco, considera que o acolhimento institucional inclui:

“A assunção das responsabilidades educativas (ao nível jurídico, moral, social e escolar) cometidas normativamente aos progenitores biológicos, por parte dos lares de crianças e/ou jovens que acolhem. Estas responsabilidades, implicando a substituição das famílias de origem, incluem o acompanhamento das crianças e dos jovens quer ao nível do seu desenvolvimento físico (alimentação, cuidados de saúde) quer ao nível psicológico (equilíbrio emocional, desenvolvimento cognitivo e afectivo), tendo em conta a adequação à sua idade, género de pertença, origens sociais, percursos de vida e características de personalidade” (p.29).

Segundo a alteração exercida em 2015 sob a Lei 147/99, art.º 50 nº1, podemos observar que o acolhimento institucional, passou a ser designado de “acolhimento residencial” e este localiza-se em casa de acolhimento que respeita os modelos de intervenção socioeducativos que

são adequados para as crianças e jovens acolhidos. Estas casas organizam-se em diferentes unidades, sendo cada uma delas especializadas: uma para dar resposta em situação de emergência; outra para dar resposta às situações que necessitem de maior intervenção terapêutica e educativa demonstradas pelas crianças e jovens que serão acolhidos, e por último, os apartamentos de autonomização que são designados para dar apoio aos jovens e promover a sua autonomia. Esta resposta tem a sua própria legislação. Além de casas de acolhimento,

“(…) as instituições que desenvolvem respostas residenciais, nomeadamente nas áreas da educação especial e da saúde podem, em situações devidamente fundamentadas e pelo tempo estritamente necessário, executar medidas de acolhimento residencial relativamente a crianças ou jovens com deficiência permanente, doenças crónicas de carácter grave, perturbação psiquiátrica ou comportamentos aditivos, garantindo os cuidados socioeducativos e terapêuticos a prestar no âmbito da execução da medida.” (p. 7204).

É importante ter consciência de que as instituições do sistema vão ter de se precaver e preparar para ter capacidade de para ultrapassar estas novas exigências, sendo esse o motivo da criação de unidades especializadas, uma vez que, se estas se organizarem, conseguem intervir na área específica e dar a resposta adequada.

É importante também referir que a está presente na Lei 142/2015 art.º 58, os direitos da criança e o jovem em acolhimento, sendo essencial respeitá-los:

- “a) Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção;
- b) Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas;
- c) Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;

- d) Ser ouvido e participar ativamente, em função do seu grau de discernimento, em todos os assuntos do seu interesse, que incluem os respeitantes à definição e execução do seu projeto de promoção e proteção e ao funcionamento da instituição e da família de acolhimento;
- e) Receber dinheiro de bolso;
- f) A inviolabilidade da correspondência;
- g) Não ser transferido da casa de acolhimento ou da família de acolhimento, salvo quando essa decisão corresponda ao seu superior interesse;
- h) Contatar, com garantia de confidencialidade, a comissão de proteção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado.
- i) Ser acolhido, sempre que possível, em casa de acolhimento ou família de acolhimento próxima do seu contexto familiar e social de origem, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar;
- j) Não ser separado de outros irmãos acolhidos, exceto se o seu superior interesse o desaconselhar” (pp.7205-7206).

Estes direitos devem ser considerados e respeitados pela equipa técnica da instituição. Esta equipa deve ser pluridisciplinar, sendo elementos integrantes da mesma, profissionais na área da psicologia, serviço social e educação. É importante também que colaborem com a equipa, profissionais das áreas da medicina, enfermagem, direito e também na organização de tempos livres (Manual de Boas Práticas, n.d).

Segundo o art.º 54 da Lei 147/99 alterada em 2015, podemos afirmar que a equipa técnica deve ter profissionais licenciados e específicos para as funções de acompanhamento socioeducativo. Pode recorrer a respostas e serviços que existam na comunidade e, é a esta equipa que cabe o diagnóstico da criança ou jovem, bem como a definição do projeto de vida, consoante a decisão da comissão ou do tribunal.

Relativamente ao funcionamento das casas de acolhimento, pretende-se que estas funcionem em regime aberto e sejam organizadas em unidades que vão promover a relação afetiva de tipo familiar, a integração na comunidade e uma vida diária personalizada. De acordo com o art.º 53 da Lei 147/99 alterada em 2015, o regime que cada casa adota é definido num

diploma próprio e relativamente às visitas, “o representante legal ou quem tenha a guarda de facto da criança podem visitar a criança ou o jovem, de acordo com os horários e as regras de funcionamento da casa, salvo decisão judicial em contrário” (p.7205). Quando não existem pessoas ou estão ausentes, o tribunal ou a comissão de proteção são as entidades que dão autorização a outros adultos que sejam uma referência afetiva positiva da criança para fazer então as visitas.

2. Diagnóstico Social e Caracterização Institucional

Para realizar o estágio de observação a propósito do qual é desenvolvido este relatório, foi escolhida uma casa de acolhimento residencial de rapazes numa localidade na zona do litoral, sendo que por motivos de privacidade não se mencionará em momento algum o nome da mesma, nem de nenhuma pessoa que habite ou exerça as suas funções profissionais no local. Além disto, é importante mencionar que os profissionais das equipas da instituição em questão, quando se dirigem ao espaço, chama-lhe Casa. Não gostam nem utilizam a palavra instituição, tendo sido requerido que não o fizesse também, mesmo em matérias de recolha de dados, como as entrevistas e os questionários que foram aplicados ao longo do período de estágio.

De acordo com o Código de Ética e Conduta da Fundação, aprovado a 31 de janeiro de 2015 em reunião do Conselho de Administração, a **missão** da fundação é “contribuir para o desenvolvimento privilegiado de atividades de segurança social a nível nacional exercendo ainda ações complementares no âmbito da justiça, educação, habitação, emprego, formação profissional, ambiente, saúde, administração local, juventude, cultura e desporto” (p.1). Os **valores** pelos quais se regem, estão relacionados com a solidariedade, conhecimento, integridade, idoneidade, responsabilidade, cooperação e proximidade. A **visão** da instituição prende-se com a vontade de ser referência ao nível nacional na promoção de respostas sociais, em conjunto com ações noutras áreas que compõem a multidimensão social dos cidadãos cooperando para a inovação e investigação científica.

Segundo o Regulamento Interno (2014) um Lar de Infância e Juventude (LIJ) é uma resposta social, no centro litoral, que tem como objetivo o acolhimento residencial de crianças e jovens, proporcionando-lhes condições de vida o mais aproximado possível da realidade familiar, procurando também o desenvolvimento global dos mesmos.

São **objetivos** dos Lares de Infância e Juventude criar e desenvolver um projeto de vida para cada criança ou jovem acolhido, assim como promover a sua (re)integração na família, se possível, e na comunidade. Devem também procurar desenvolver os meios necessário que auxiliem na valorização pessoal, profissional e social de cada um. Deve ser um espaço onde se prima pelo respeito à individualidade e privacidade, assim como, se estimula o desenvolvimento ao nível intelectual e físico dos crianças e jovens acolhidas. É necessário que se garanta a aprendizagem dos valores e normas da Casa, assim como se deve garantir o recurso aos serviços de saúde, os cuidados necessários ao nível de aspetos preventivos e de despiste de

situações anómalas. Por exemplo quando há desconfiança de que o jovem esteve a consumir drogas, são realizados uns testes à urina para confirmar, ou não, essa desconfiança. É importante relativamente à alimentação, que esta seja saudável e adaptada às necessidades e idades de cada um, sendo que, caso se necessite haja a possibilidade de uma alimentação especial. Ao nível educativo, é importante que estejam asseguradas as condições para o desenvolvimento pessoal, formação escolar e profissional, sempre com cooperação da família, escola e estruturas locais de formação profissional. Por fim, é objetivo da Casa, criar ocupações para os tempos livres dentro das possibilidades do mesmo (Regulamento Interno, 2014).

O local onde foi realizado o estágio situa-se no centro litoral, porém as suas instalações originais estão a realizar-se obras, e por isso, os jovens e os profissionais tiveram de se deslocar para um novo local. O local onde neste momento está localizado um dos Regimento de Artilharia da zona centro. Neste novo espaço os jovens têm uma sala comum, casas de banho com vários compartimentos, balneário comum para tomarem banho e quatro quartos partilhados, com cinco jovens cada um. Há o gabinete da Diretora Técnica, o gabinete da Equipa Educativa e o gabinete dos Auxiliares de Ação Educativa que é o mesmo espaço da sala de estudo dos jovens.

No que respeita a **recursos humanos**, a instituição é composta 12 profissionais, sendo 9 do sexo feminino e 3 do masculino. A média de idades dos profissionais da instituição é de 35 anos, e a média de tempo de trabalho na mesma é de 55 meses. Estes estão divididos por 3 equipas. A equipa Educativa com três membros, dois femininos e um masculino. A equipa técnica com dois membros femininos, sendo que um destes, pertence também à equipa educativa. A terceira equipa é a Equipa de Auxiliares de Ação Educativa composta por 8 pessoa, sendo duas delas do sexo masculino. Além destas equipas, existem ainda mais três elementos do sexo feminino que trabalham, na cozinha, na roupa e na limpeza das instalações, porém estes não estão inseridos no quadro, visto que não estão com os jovens todos os dias, e por isso também não participaram nas entrevistas realizadas.

Tabela 2. *Caracterização dos Profissionais da Casa*

Profissionais	Idade	Sexo	Habilitações Literárias	Equipa que integra	Tempo de trabalho na Casa
Profissional 1	56 anos	Feminino	7º ano	Auxiliar de Ação educativa	60 meses
Profissional 2	35 anos	Feminino	Licenciatura	Auxiliar de Ação educativa	9 meses

Profissional 3	38	Feminino	Licenciatura	Auxiliar de Ação educativa	28 meses
Profissional 4	25 anos	Feminino	Licenciatura	Auxiliar de Ação educativa	12 meses
Profissional 5	24 anos	Feminino	Licenciatura	Auxiliar de Ação educativa	24 meses
Profissional 6	26 anos	Feminino	Mestrado	Auxiliar de Ação educativa	19 meses
Profissional 7	39 anos	Masculino	Licenciatura	Auxiliar de Ação educativa	55 meses
Profissional 8	25 anos	Masculino	12º ano	Auxiliar de Ação educativa	20 meses
Profissional 9	32 anos	Feminino	Licenciatura	Equipa Educativa	36 meses
Profissional 10	41 anos	Masculino	Mestrado	Equipa Educativa	150 meses
Profissional 11	36 anos	Feminino	Licenciatura	Equipa Educativa e Técnica	108 meses
Profissional 12	37 anos	Feminino	Licenciatura	Equipa Técnica	144 meses

Dentro da Casa, estão acolhidos 20 jovens rapazes, sendo que o mais novo tem dez anos e o mais velho tem vinte. Existem cinco jovens que já atingiram a maioridade, porém permanecem na casa, pois estão todos a estudar e esse é um dos critérios que permite esta situação.

Treze dos vinte jovens da Casa têm como projeto de vida a autonomização e o motivo de institucionalização mais comum é negligência parental, seguido de ausência de suporte familiar. Quase todos os jovens estabelecem contacto com a família, e nos fins-de-semana e interrupções escolares vão para as suas casas.

Todos os jovens frequentam a escola, sendo que alguns estão inscritos em cursos profissionais e outros frequentam a escola regular.

No que concerne à saúde física e mental, é possível referir que há 8 jovens a ser seguidos por uma psicóloga, sendo a especialidade com mais ênfase, seguindo-se da pedopsiquiatria, onde estão 4 jovens a aguardar consulta e 6 a ser seguidos por um especialista.

Tabela 3. Caracterização dos Jovens da Casa¹

Jovens	Idade	Tempo em Instituição	Motivo da Institucionalização	Projeto de Vida
Jovem 1	20 anos	9 anos	Negligência parental	Autonomização
Jovem 2	19 anos	9 anos	Sem suporte familiar	Autonomização
Jovem 3	17 anos	9 anos	Negligência e exposição a comportamentos desviantes dos pais	Autonomização
Jovem 4	18 anos	7 anos	Negligência parental	Autonomização
Jovem 5	19 anos	7 anos	Negligência parental	Autonomização
Jovem 6	17 anos	6 anos	Negligência parental	Autonomização
Jovem 7	17 anos	3 anos	Ausência de suporte familiar	Autonomização
Jovem 8	18 anos	3 anos	Deixou de haver competências parentais devido a comportamentos do jovem	Autonomização
Jovem 9	16 anos	2 anos	Exposição a comportamentos desviantes dos pais	Apoio junto da progenitora
Jovem 10	14 anos	1 ano	Ausência de suporte familiar	Autonomização
Jovem 11	18 anos	1 ano e 6 meses	No momento, ausência de suporte familiar	Reintegração familiar, junto da mãe
Jovem 12	15 anos	1 ano	No momento, ausência de suporte familiar	Reintegração familiar, junto da mãe
Jovem 13	14 anos	1 ano e 6 meses	No momento, ausência de suporte familiar	Reintegração familiar, junto da mãe
Jovem 14	14 anos	1 ano	Comportamentos desviantes	Reintegração familiar, junto do pai
Jovem 15	17 anos	10 meses	Negligência parental	Autonomização
Jovem 16	17 anos	1 ano e 4 meses	Negligência parental	Autonomização
Jovem 17	16 anos	6 meses	Comportamentos desviantes e absentismo escolar	Reintegração familiar, junto da mãe
Jovem 18	16 anos	4 meses	Ausência de suporte familiar	Autonomização
Jovem 19	15 anos	5 anos	Ausência de suporte familiar	Autonomização
Jovem 20	10 anos	5 meses	Ausência de suporte familiar e negligência parental	Autonomização

No que diz respeito a rotinas diárias, estes jovens devem cumprir uma série de regras para as refeições, os banhos e as saídas da instituição.

¹ Importante referir que a expressão “desviantes” é a expressão utilizada dentro da instituição para caracterizar os comportamentos, dos jovens e dos familiares, tendo sido por isso utilizada também no presente relatório.

No quartel o pequeno-almoço é às 7h da manhã, o almoço às 12:15h e o jantar às 19:15h, sempre no refeitório comum do Regimento. Os lanches e a ceia dos jovens estão autorizados a tomados na Caserna onde habitam. Caso não estejam presentes à hora das refeições e não tenham informado com antecedência, perdem o direito à refeição, uma vez que têm de ser responsáveis por si próprios e cumprir com os seus deveres. Durante o fim-de-semana o pequeno-almoço é mais tarde 30 minutos. Os jovens são sempre acompanhados pelos profissionais da equipa de auxiliares de ação educativa que estejam a exercer funções.

No que concerne à hora dos banhos, esta é após o jantar e os jovens devem dirigir-se com a toalha e os itens de higiene até ao balneário, onde apenas três de cada vez podem utilizar os chuveiros. Devem ser o mais rápidos possível, visto que a água quente está contabilizada e deve chegar para todos os rapazes. Os membros da equipa de auxiliares de ação educativa supervisionam a hora dos banhos, tendo em consideração a quantidade de jovens dentro da casa de banho, e auxiliam na entrega de roupa lavada caso alguém não tenha.

Quanto aos lanches e à ceia, são entregues aos profissionais e os jovens levam os lanches para a escola e tomam a ceia na caserna, depois dos banhos.

No que diz respeito a saídas ao fim de semana do quartel para as suas casas, apenas se realizam com autorização da equipa e das entidades responsáveis pelos processos dos jovens e todas as semanas é necessário entregar um documento a identificar o jovem que vai sair, quem o vem buscar, a que horas, e quando regressa ao quartel.

Sobre saídas ao longo do dia, estas têm de ser autorizadas pelos profissionais que estiverem a trabalhar, uma vez que os jovens têm um cartão de identificação sempre que pretendem sair, e esse cartão está com a equipa de auxiliares de ação educativa. Isto também acontecia nas antigas instalações, porém, havia mais facilidade de saídas não autorizadas, uma vez que não havia ninguém a controlar o portão da entrada como acontece no Quartel.

Devido à pandemia de Covid-19 as rotinas dos jovens alteraram-se sendo que o pequeno-almoço e a ceia são tomados dentro da Caserna onde os jovens estão instalados, bem como o lanche. O almoço e o jantar continuam a ser no refeitório do Regimento, porém existem alterações, pois o almoço é servido em dois períodos distintos, sendo que o primeiro é às 12h:00m, e a segunda hora é a partir das 13h:30m. Isto acontece para que os jovens não se cruzem com os militares como era habitual, sendo que devem deslocar-se da Caserna até ao Refeitório e vice-versa com a máscara colocada. As aulas passaram a ser on-line, na sala dos computadores, sempre com a supervisão de algum adulto.

Quando os jovens chegam das visitas a casa no fim de semana, têm de tirar toda a sua roupa, calçado e acessórios para um saco que vai diretamente para a lavandaria, e tomam banho

numa casa-de-banho que se encontra na entrada da Caserna. Pretende-se com isto que os jovens quando entrem em casa estejam já desinfetados, assim como os seus pertences, pois estes dentro das instalações não utilizam máscara, apenas para ir ao refeitório e quando saem do quartel.

3. Metodologia de Investigação e Intervenção

No que concerne à metodologia de investigação e intervenção apresentada neste capítulo, abordar-se-á os procedimentos adotados para a realização do estágio e, respetivos instrumentos para a recolha dos dados².

3.1. Integração no Contexto de Estágio

Relativamente à integração no contexto de estágio é possível afirmar que foi um processo tumultuoso e demorado. Foram estabelecidos vários contactos telefónicos até conseguir uma reunião presencial para proceder ao pedido de estágio, sendo que após essa reunião e o início do mesmo, passou cerca de 1 mês.

Iniciei um estágio de 450h no dia 23 de dezembro de 2019 e terminando no dia 6 de agosto de 2020. Foram objetivos principais deste estágio:

- Compreender como são abordadas as temáticas da intimidade e sexualidade numa casa de acolhimento residencial de rapazes;
- Percecionar o trabalho exercido pelos profissionais da Casa com os jovens, no que diz respeito à intimidade e sexualidade em contexto institucional;
- Contribuir para a recolha, tratamento e análise de informação que permita compreender como é que estes temas são trabalhados e abordados em casas de acolhimento residencial;
- Potencializar os conhecimentos e desenvolver competências dos jovens, através de atividades lúdicas, relacionadas com intimidade, sexualidade e autoestima;
- Compreender a perceção e os conhecimentos dos jovens sobre intimidade, sexualidade e educação sexual;
- Contribuir de forma positiva para o melhoramento da abordagem dos profissionais com os jovens, no que diz respeito a intimidade e sexualidade;

² Posteriormente, no capítulo IV, serão avaliadas as atividades desenvolvidas com os jovens ao longo do estágio com o objetivo de recolher informação que será avaliada num capítulo posterior. Considerou-se que se tornaria de mais fácil compreensão, colocar a avaliação após a descrição das atividades, por forma a estar tudo dentro do mesmo tema.

As primeiras semanas de integração foram desafiantes visto que estávamos num período de interrupção escolar devido ao natal e passagem de ano, e muitos dos jovens não se encontravam na instituição. Quando as férias terminaram os jovens voltaram todos ao mesmo tempo, tornando o processo de integração e conhecimento dos mesmos mais difícil e demorado. Além disto, iniciei o estágio num período de uma mudança temporária de instalações. A Casa dos jovens ia sofrer remodelações e a Segurança Social decidiu que iriam ficar num quartel militar até terminar as obras. Esta situação nova e atípica perturbou muito a minha integração dentro do local de estágio, pois os jovens estavam descontentes com a mudança e com larga quantidade de novas regras que teriam de cumprir durante o tempo em que permanecessem no quartel, não estando muito recetivos a conhecer novas pessoas e adquirir novos conhecimentos.

Ao longo deste tempo procurei conhecer os jovens, as instalações, as novas regras, as rotinas e horários da Casa, os profissionais e como funciona a utilização dos telemóveis e computadores. Além disso, procurei também ficar a conhecer os processos de cada um deles, datas de aniversário, quem vai a casa ao fim-de-semana e as atividades extracurriculares dos rapazes. Tentei acompanhar os jovens nos períodos das refeições, assim como passar tempo com eles na sala comum a todos. Acompanhei também nas atividades que decorriam ao longo das semanas e ajudei com algumas tarefas, como ir levar a roupa à rouparia, na carrinha da instituição. É uma das tarefas que causou mais desavenças na Casa, visto que o espaço onde se trata de toda a roupa, se manteve nas antigas instalações e é necessário fazer as deslocações de carro.

Estava também ansiosa para conhecer a equipa de profissionais da Cassa, que desde logo se mostraram muito prestáveis e disponíveis para mim. Percebi logo que havia naquela Casa um ambiente familiar e muito devido à relação das equipas dos profissionais presentes. Foram-me todos apresentados no primeiro dia em que cheguei, bem como as instalações que iriam sofrer remodelações. Durante a parte da tarde fui conhecer então o local onde eles iriam permanecer todo o período em que realizei o estágio.

Um dos maiores receios seria o facto de as idades dos jovens mais velhos ser próxima da minha, e as complicações que isso poderia acarretar, ao nível de faltas de respeito e de não conseguir marcar a minha posição com eles, e por isso, comprometer o meu objetivo de estágio. Além disto, contou também o facto de eu ser do sexo feminino e os jovens serem todos do sexo masculino, podendo trazer também desafios no sentido de haver provocações e colocarem-me em situações constrangedoras propositadamente, que foi algo para o qual me advertiram na

primeira reunião com a Diretora Técnica antes do início do estágio. Após esta reunião, a questão que se colocava era: como trabalhar estas temáticas com profissionais e jovens rapazes institucionalizados que, na grande maioria, estão a atravessar o período da puberdade? Sabia que iria ser desafiante e que teria de ir com alguma cautela, por isso procurei fazer uma boa adaptação, mesmo que isso implicasse participar em atividades que nada tinham a ver com o tema, assim como, acompanhar os rapazes para tudo aquilo que me fosse possível. Acompanhei a assistente social em todos os momentos que esta permitiu que eu estivesse presente, sendo que acabava por estar muitas vezes apenas com um jovem, ao invés do grupo. A equipa técnica e educativa permitiram também que eu acompanhasse e auxiliasse no que me fosse possível, conseguindo passar muito tempo apenas com alguns jovens e conhecer a sua história de vida, contada por eles.

Procurei conhecer os jovens, juntando-me a eles nos momentos em que estavam a conviver e tentei que os mesmos se sentissem confortáveis para me fazerem perguntas, sempre procurando uma postura descontraída, mas com um certo distanciamento. Expliquei-lhes desde logo qual era a minha posição na Casa, o que estava a fazer ali com eles e para eles, assim como o objetivo do meu estágio. Inicialmente as reações não foram as mais animadoras, quando lhes foi dito que estaria relacionado com intimidade e sexualidade dentro de uma casa de acolhimento residencial. Devido a estas reações, percebi que seria importante realizar atividades com eles que não fossem inicialmente sobre sexualidade, mas que de certo modo, estariam relacionadas. Fui por um caminho mais longo, mas senti que era necessário para conseguir atingir o meu objetivo e também instruir um pouco mais os jovens.

Ao nível de constrangimentos, posso afirmar que o tema escolhido para trabalhar para realizar este relatório foi sem dúvida difícil de abordar, tanto com os jovens, como com os profissionais. Aquando da altura da recolha de dados, foi possível perceber que muitos não estavam preparados e/ou com o suficiente à vontade para falar sobre o mesmo. Além disso, o local onde os jovens ficaram a viver durante o tempo em que a Casa deles estaria a ser remodelada, foi sem dúvida, um dos maiores desafios para eles e para mim como estagiária. Todas as rotinas foram alteradas e a própria dinâmica da casa sofreu alterações que inicialmente, não foram fáceis de acompanhar. Os jovens inicialmente tiveram muitas dificuldades em aceitar todas as mudanças e cumprir as regras, tornando também o ambiente da Casa mais tenso e desafiante todos os dias. Havia regras às quais estes não estavam habituados, tornando esta adaptação mais tumultuosa, uma vez que eles não conseguiam compreender a razão das mesmas, bem como a alteração dos horários e os transportes até à escola. Um outro

constrangimento, foi a proximidade de idades, pois consegui criar logo uma grande ligação com os jovens mais velhos, porém, foi difícil manter o distanciamento e o respeito que me permitisse levar a cabo os objetivos do meu estágio.

3.2. Procedimentos Adotados para a Recolha de Dados

Neste capítulo mencionam-se e descrevem-se as técnicas de recolha de dados utilizadas para obter informação, a partir dos jovens que habitam na Casa, bem como dos profissionais que nela exercem as suas funções. Esta metodologia foi estudada e ponderada, de modo a conseguir atingir os objetivos deste relatório final, no sentido de compreender que métodos se adequavam melhor ao tipo de grupo com quem se iria intervir.

3.3.1. Observação Participante

No que diz respeito à técnica da observação participante, esta aplicou-se ao longo de 450h de estágio de observação, dentro de uma casa de acolhimento residencial de rapazes, na região do litoral.

A observação participante pode ser considerada como parte de uma pesquisa empírica qualitativa, mas também, como uma técnica pesquisa e de recolha de dados (Minayo & Costa, 2018). Esta técnica de pesquisa, tem sido encarada, de acordo com Barbosa (2012), como “um dos elementos fundamentais desse processo, pois está presente na escolha e na formulação do problema, na construção de hipóteses e na coleta, análise e interpretação dos dados” (p.89). Nesta técnica, de acordo com Bardin (1997) mencionado por Souza, Kantorski & Luis, (2011), a pessoa observadora deve colocar-se no mesmo grupo que vai ser estudado, como se participasse nele, porque, desta forma compreenderá mais facilmente os interesses, as atitudes, os hábitos, as relações pessoais e as características do grupo em estudo. É importante que a pessoa observadora, ao longo da sua pesquisa, mantenha uma postura de abertura para viver de forma livre o que a população e a realidade que está a viver lhe oferece, porém, é importante que haja preparação teórica para esta vivência (Minayo & Costa, 2018).

Segundo a reflexão de Schütz (1982) mencionada por Minayo & Costa (2018) a pessoa observadora quando se encontra em campo deve seguir alguns princípios, como pode ser exemplo, o posicionar-se no mundo das pessoas que está a observar, tentando compreender a

sua vida quotidiana, sendo este posicionamento essencial para obter bons resultados. Além disto, é essencial que adote uma postura com mente aberta, bem como procurar ter uma linguagem simples e adequada à realidade onde se encontra. Por último, também se considera importante, dar valor às pessoas com quem está a interagir, e ao que estas fazem, de forma aberta e natural para posteriormente ser capaz de o valorizar teoricamente. A pessoa observadora tem a oportunidade de corrigir as pessoas com quem está a trabalhar, no que concerne a questões importantes, fazendo com que estas oiçam o que ela tem a dizer. Do mesmo modo, também consegue compreender possíveis contradições, práticas, regras e normas, ao estar diretamente em contacto com o objeto de estudo (Minayo & Costa, 2018). Nesta técnica, “as ferramentas do observador são os seus próprios sentidos, em particular a visão e audição, os quais podem ser ampliados por via do recurso a equipamentos audiovisuais para registar, conversar e reproduzir a realidade” (Barbosa, 2012, p.90). Posto isto, é importante que a pessoa observadora se livre de preconceitos (Minayo & Costa, 2018).

Como em todas as técnicas, existem vantagens, estando a desta relacionadas com o facto de se obter informação quando ela acontece, sendo por isso, extremamente espontânea, assim como, permite criar uma grande proximidade entre a pessoa observadora e o grupo onde está inserida para realizar a pesquisa, compreendendo-se melhor as vivências, e até mesmo, colocar-se no lugar das pessoas que estão a ser observadas (Souza, Kantorski & Luis, 2011).

3.2.2. Questionário aplicados aos Jovens

Para realizar esta investigação e tendo em consideração o tema do estudo e a população escolhida para trabalhar no mesmo, considerou-se pertinente e ajustada, a realização de questionários. Segundo Fialho, Silva & Saragoça (2015) “os questionários são ferramentas de investigação que, no quadro do diagnóstico, são muito úteis para a recolha de grandes quantidades de informação” (p.134) e estes podem conter várias tipologias de questões, que devem ser preparadas e analisadas e validadas antecipadamente, e podem ser de tipo fechado, aberto ou misto.

Os questionários foram aplicados a 18 dos 20 jovens presentes na casa, sendo que dos 2 que não o realizaram, os motivos relacionam-se com o facto de 1 deles ter apenas 10 anos de idade, e o outro rapaz estava de férias na altura em que foram recolhidos estes dados. Os jovens ao longo do período de estágio foram questionando sobre o que iria ser feito e, quando lhes foi perguntado se aceitariam realizar estes questionários, a maioria concordou no imediato, pois já

sabiam previamente que isto iria acontecer. Houve alguns jovens mais reticentes, contudo, e após algumas conversas, aceitaram responder. Durante o período em que se realizaram estes questionários, alguns jovens já se encontravam de férias em casa das suas famílias, e por isso, foi necessário marcar antecipadamente os dias em que cada um iria responder, para que todos conseguissem.

No caso que se segue, as questões elaboradas foram de tipo misto, pois na sua grande parte, a investigadora procura obter mais informação, dando espaço à pessoa que está a responder ao questionário de a fornecer, em questões abertas relacionadas com a questão fechada anterior.

Relativamente ao estudo em questão, os questionários foram elaborados pela investigadora, tendo em conta o vocabulário e a linguagem dos jovens da Casa, assim como, as suas capacidades e conhecimentos sobre a matéria a ser investigada, previamente trabalhada em atividades de foro educativo e em conversas com os mesmos sobre o tema. Ficou decidido que as questões seriam de resposta fechada, pois através do tempo de estágio e do conhecimento das personalidades destes rapazes, pareceu mais facilitador para a investigadora e para os mesmos abordar o tema através de perguntas de Sim/Não, do que por resposta aberta, visto que o mais provável seria não obter respostas de todo. Com as questões fechadas consegui obter informação, e alguns jovens complementaram através da questão aberta o que queriam dizer sobre o assunto, permitindo informação mais detalhada e importante.

O questionário estava, de certa forma, dividido por temas e com linguagem corrente e simples para que não surgissem dúvidas ao longo do mesmo. Para evitar essas mesmas dúvidas, foi realizado um pré-teste, ou seja, houve um jovem a quem se mostrou o questionário em primeiro lugar, para compreender quais as perguntas estavam a gerar dúvidas e quais é que eram de difícil compreensão e necessitavam de melhoria. Após se ter realizado a reflexão falada com o jovem³ de 15 anos, fizeram-se as alterações que se julgaram necessárias e prosseguiu-se com a finalização dos questionários

³ No que concerne à escolha do jovem, para realizar a reflexão falada, esta não foi aleatória: interessou que este jovem contribuísse para tal reflexão por ter algumas limitações ao nível intelectual, sendo que a administração do questionário junto deste, permite explorar o que era mais ou menos inteligível no âmbito do que estava a ser perguntado. Desta forma, era importante que potenciasses os restantes jovens, por não terem tais limitações, a compreender os conteúdos do questionário. Nota-se ainda que, nesta intenção exploratória da reflexão falada, se percebeu que nenhuma das questões era incompreensível para o jovem, pelo que se manteve o conjunto de questões inicialmente criada.

Os questionários elaborados cumpriam com as recomendações de Fialho, Silva e Saragoça (2015), pois segundo estes autores, os questionários devem apresentar os seus objetivos de uma forma breve, assim como a instituição e a certeza de que os mesmos são confidenciais, bem como as suas respostas se devem manter em anónimas,

Os questionários desenvolvidos para os jovens da Casa de Acolhimento Residencial tinham como **objetivo geral** “perceber como é que a temática da sexualidade é vivida dentro da Casa”. Como **objetivos específicos** consideram-se que seriam “compreender a perceção dos jovens institucionalizados em relação aos conceitos de sexualidade, intimidade e educação sexual” bem como “compreender se os jovens possuem conhecimentos relativamente à área da sexualidade”. Além disto, foi importante “perceber se existem ou não comportamentos sexuais entre os jovens e como é que este são percecionados pelos mesmos”.

3.2.3. Entrevistas Semiestruturadas aos Profissionais da Casa

No que concerne às entrevistas, estas foram realizadas a 12 profissionais da casa de acolhimento residencial, porém, apenas uma foi presencial. As restantes entrevistas foram respondidas por escrito pelos próprios, fora do contexto de trabalho e, entregues posteriormente à estagiária. Foi-lhes entregue o guião das entrevistas, tendo sido explicado todo o procedimento, referindo que era importante que respondessem a todas as questões. Mais tarde, entregaram as entrevistas presencialmente e/ou por email. O motivo pelo qual escolheram não responder às entrevistas presencialmente prendia-se com a necessidade de pensar nas respostas a dar, e também, devido ao tempo que a entrevista poderia levar, causando algum transtorno no seu horário laboral.

Relativamente aos profissionais da Casa, considerou-se pertinente realizar entrevistas, tendo em consideração as vantagens que acarretam e, segundo Fialho, Silva e Saragoça (2015) estas “permitem-nos obter um conjunto de informações sobre a sensibilidade, pontos de vista, ideias e sentimentos dos atores sobre a situação ou problema social” (p.133). As entrevistas permitem obter uma grande e profunda quantidade de informação e dados qualitativos, que posteriormente podem auxiliar na análise dos dados quantitativos. Tornam possível percecionar de uma forma mais detalhada certos comportamentos e permitem também a clarificação de conteúdo (Fialho, Silva e Saragoça, 2015).

As desvantagens apresentadas por segundo Fialho, Silva e Saragoça (2015) prendem-se com o facto de estas poderem ser demoradas e poder não haver recetividade dos entrevistados às mesmas. Além disto, o entrevistado pode não ter a capacidade de colocar por palavras o seu ponto de vista e os seus ideais, bem como não ter a disponibilidade para responder de forma completa às questões apresentadas, e até mesmo tornar difícil todo o processo da entrevista.

No caso em questão realizaram-se entrevistas estruturadas, porém não foram concretizadas com a presença da estagiária, mas sim individualmente, uma vez que devido aos vários constrangimentos que surgiram devido à pandemia, não foi possível proceder a uma entrevista presencial. Além disso, os entrevistados mostraram maior interesse em realizar as entrevistas fora de horário de trabalho e sem a presença do entrevistador. Supõe-se que tenha sido devido à sensibilidade do tema e das perguntas realizadas, excluindo apenas um profissional.

As entrevistas realizadas aos profissionais da Casa de Acolhimento Residencial tinham como **objetivo geral** “compreender como é que os profissionais abordam as questões relacionadas com a sexualidade numa casa de acolhimento residencial”. Além deste, tinham como **objetivos específicos** “analisar estratégias desenvolvidas pelas equipas para trabalhar as questões da sexualidade”, bem como “identificar as dificuldades e limitações dos profissionais aquando da intervenção no tema da sexualidade com os jovens institucionalizados”. Considerou-se importante também ter como objetivo específico “analisar a perceção dos profissionais da casa relativamente a comportamentos sexuais dos jovens da Casa”.

3.2.4. Análise Documental

No presente relatório utilizou-se, também, como técnica de recolha de dados, a análise documental. Esta pode ser realizada através de duas perspetivas, segundo Barbosa (2012), sendo que uma será para “complementar a informação obtida por outros métodos, esperando encontrar-se nos documentos informações úteis para o objeto de estudo” (p.86) e a outra relaciona-se com o facto de ser o método de pesquisa principal de um estudo.

A análise documental engloba, segundo Souza, Kantorski & Luis (2011) “identificar, verificar e apreciar os documentos com uma finalidade específica e, nesse caso, preconiza-se a utilização de uma fonte paralela e simultânea de informação para complementar os dados e permitir a contextualização das informações contidas nos documentos” (p.223).

Para se realizar esta análise, é importante compreender que a seleção dos documentos utilizados para a pesquisa, é influenciada pelo tempo que o/a investigador/a possui. O/a investigador/a deve recolher e analisar os documentos que necessita adotando uma estratégia que seja adequada ao seu trabalho (Barbosa, 2012). Estes documentos são fulcrais para a pesquisa e oferecem uma série de informações ricas que podem vir a ser utilizadas posteriormente noutras áreas, como as ciências sociais e humanas, pois auxiliam ao entendimento do objeto no que respeita à sua contextualização sociocultural e histórica (Cechinel, Fontana, Giustina, Pereira, & Prado, 2016).

Como todas as técnicas, existem vantagens e limitações, e esta não é exceção. Como vantagens é possível verificar que têm um baixo custo, não modifica, em momento algum, o ambiente ou os sujeitos, e também, o facto de serem fontes fixas, dão estabilidade às informações. Por outro lado, como limitações é possível identificar a falta de vivência do assunto a ser estudado, de forma a representá-lo com mais veracidade, assim como a falta de validade e objetividade questionável (Souza, Kantorski & Luis, 2011).

Para concluir, de acordo com Bardin, mencionado por Souza, Kantorski & Luis (2011), esta técnica é vista como o tratamento do conteúdo por forma a produzi-lo de modo diferente do original, permitindo mais facilmente a sua referenciação e consulta. Quer com isto dizer que, o objetivo é “dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação” (p.224).

No que concerne aos documentos utilizados para a realização do presente relatório de estágio, recolheu-se informação do Regulamento Interno da instituição onde se realizou o estágio, fornecido pela mesma. Analisou-se a legislação através de leis e decretos-lei retirados do Diário da República Eletrónico, bem como vários artigos científicos válidos, recolhidos através de diversas bases de dados, como a B-on, o RCAAP, a EBSCO e a SciELO. Para complementar ainda este trabalho estudaram-se também vários relatórios de estágio e dissertações de mestrado relacionadas com os temas analisados ao longo do presente relatório.

3.3. Procedimentos de Intervenção

No que diz respeito aos procedimentos de intervenção, foram realizadas algumas atividades em conjunto com os rapazes acolhidos, por forma a abordar vários temas relacionados com a problemática a trabalhar ao longo do estágio.

Todas as atividades foram direcionadas para todos os jovens da Casa, contudo, foi pedido ao jovem com 10 anos que não participasse numa das dinâmicas, devido à complexidade da mesma para a faixa-etária que em este se encontra.

Para estas atividades foi utilizado um método de pesquisa qualitativa, denominado de Sociograma, que consiste em proporcionar ao grupo, através do/a pesquisador/a, um momento para abordar trabalhar conflitos e temas que lhes parecem necessários. O grupo deve consentir esta tentativa de resolução de conflitos, sabendo que é um método de pesquisa-ação que procura dar oportunidade a todo o grupo para que reflita sobre os problemas e que se influenciem mutuamente para a resolução dos mesmos. Além disso, permite que o/a pesquisador/a constate problemas do grupo, que contribua para a sua solução e que amplifique os conhecimentos dos elementos que participam nas dinâmicas, uma vez que dá valor à dimensão relacional (Nery, Costa & Conceição, 2006).

Foram realizadas quatro atividades, sendo que ocorreram todas dentro das instalações do estágio. A primeira chamava-se “Workshop - Cheirinho de Amor”⁴ no dia 12 de fevereiro de 2020. A segunda dinâmica teve como nome “A Importância da Autoestima”⁵, realizada a 26 de fevereiro de 2020. O “País Tutti”⁶ era o nome da terceira atividade, desenvolvida no dia 5 de março de 2020. Para terminar, a última atividade, apelidou-se de “Mito ou Realidade?”⁷ tendo sido realizada no dia 12 de março de 2020, e foi a única que não se considerou adequada para todos os jovens, devido ao teor da mesma.

3.4. Pressupostos Éticos

Relativamente a pressupostos éticos é possível referir as preocupações éticas que ocorrem sempre que se inicia um trabalho de pesquisa, destacando os protocolos de consentimento, sobre os quais nos debruçamos no presente subcapítulo.

Existe uma certa dificuldade em equilibrar o respeito pelos princípios éticos enquanto todos os indivíduos que estão a ser objeto de pesquisa se mantêm conhecedores de toda a informação, sendo-lhes assegurando também o direito da livre participação, bem como, a

⁴ Consultar Anexo 1

⁵ Consultar Anexo 2

⁶ Consultar Anexo 3

⁷ Consultar Anexo 4

preocupação em realizar o trabalho em tempo conveniente e com a observação rigorosa necessária que os procedimentos metodológicos que as Ciências Sociais exigem (Peixoto, 2017).

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) é notificada pelas entidades públicas e privadas devido ao tratamento de dados pessoais que estas realizem, de acordo com Lei de Proteção de Dados portuguesa. Os pontos essenciais são o anonimato, o grau de sensibilidade da informação recolhida e tratada, bem como o grau de intrusão da mesma. Posto isto é importante referir que apenas se devem recolher dados que serão utilizados para a investigação, sendo que estes devem ser sempre anonimizados (Peixoto, 2017).

Consentimento informado, segundo Peixoto (2017) quer dizer que “sempre que os participantes recebem informação suficientemente detalhada sobre a pesquisa em que estão a participar, de modo a podem tomar uma decisão voluntária, informada e racional em relação a participar ou não participar desta” (p.155). Em suma, os participantes devem poder sair da pesquisa, caso pretendam, mesmo que esta não tenha terminado, da mesma forma que devem ter toda a informação sobre os objetivos da mesma. Têm o direito a saber quem vai recolher os dados, bem como quem os tratará. Para que o protocolo do consentimento seja pleno, deve haver transparência em todo o processo da pesquisa. É essencial que de forma escrita ou oral, seja transmitido às pessoas que estão a participar na pesquisa, o âmbito da pesquisa, os objetivos desta e também quem é a pessoa, ou pessoas, que a conduzem (Peixoto, 2017).

É importante mencionar que existem seis questões éticas relativas ao consentimento informado. A primeira questão diz respeito à idade dos participantes, sendo que na União Europeia a idade que um indivíduo pode dar o consentimento é 16 anos. A segunda questão relaciona-se com a importância e necessidade de não causar dano a ninguém envolvido na pesquisa, sejam os participantes, profissionais ou pesquisadores. Em terceiro lugar, a questão ética está relacionada com os princípios de confidencialidade e privacidade, onde é fulcral garanti-los e mantê-los. Como quarta questão, sendo esta bastante complexa, está o engano deliberado ou estratégico, sendo essencial evitá-lo ao longo da pesquisa, tal como, a mentira. Para concluir, a sexta questão ética prende-se com o uso adequado do trabalho científico realizado por outros autores, tendo em consideração os direitos de autor, procurando não criar apropriação (Peixoto, 2017).

Segue-se o termo da confidencialidade, que se relaciona com os valores normativos, sendo fulcral pretender as preferências e os direitos dos indivíduos envolvidos. Segundo Loch

(2003) a confidencialidade é caracterizada por dois momentos, sendo esses, a forma como se regista a informação e o modo como se mantêm em segredo a informação, através de uma relação interpessoal e de um compromisso que não deve ser quebrado. O participante deve ter a liberdade de escolher o que considera privado, sendo que os valores da confidencialidade, privacidade e comunicação privilegiada estão vinculados aos direitos individuais e de autodeterminação, que permitem a seleção de informação a partilhar, e também a obrigação da discrição do profissional (Loch, 2003).

Ao longo do estágio, foram desenvolvidos dois documentos, um compromisso de confidencialidade⁸ e um consentimento informado⁹.

Relativamente ao compromisso de confidencialidade, este referia-se à confidencialidade por parte da estagiária relativamente a toda a informação recolhida durante o período na Casa, relativamente a questionários e entrevistas realizadas. Houve o compromisso de destruir o material utilizado (entrevistas e questionários) após retirar toda a informação essencial à pesquisa. Antes de realizar a recolha de dados, foi entregue o acordo de confidencialidade assinado pela estagiária a todas as pessoas que participaram neste processo.

No que concerne ao consentimento informado, foi elaborado pela estagiária, como anteriormente referido. Neste consentimento era pedido autorização para a utilização dos dados, sendo garantido o anonimato ao longo da recolha e análise de dados, e posteriormente em publicações resultantes da pesquisa. Também foram criadas afirmações sobre a compreensão do consentimento, onde os participantes teriam de assinalar positivamente ou negativamente. A estagiária, que é a pessoa que conduz a pesquisa, coloca a sua identificação no documento, bem como as suas habilitações literárias. Este documento era entregue antes de se dar início à entrevista ou aos questionários, para os participantes assinarem.

Tudo isto apenas foi possível após uma conversa com a diretora técnica da casa de acolhimento residencial onde foi realizado o estágio, bem como a sua autorização. Antes de se proceder à recolha de informação através dos inquéritos por questionário, existiu uma reunião com alguns membros da equipa técnica e educativa, no intuito de ficarem a conhecer as questões que iriam ser apresentadas aos jovens, e também se debateu sobre a reformulação de algumas.

⁸ Consultar Anexo 5

⁹ Consultar Anexo 6

4. Atividades Desenvolvidas, Descrição, Análise e Reflexão da Intervenção

No que diz respeito à descrição e análise crítica do projeto de intervenção, bem como das atividades realizadas, e à avaliação global dos resultados obtidos, é importante referir que a recolha de dados foi feita com recurso a entrevistas aos profissionais da Casa e questionários aos jovens. Além disso, foram realizadas atividades cujo o objetivo não era a recolha de informação para a realização do presente trabalho. Foram atividades realizadas ao longo do período de estágio, que fazem parte das rotinas diárias dos profissionais.

4.1. Atividades Complementares Desenvolvidas no período de estágio – Acompanhamento do Trabalho Técnico

Ao longo do período de estágio foram desenvolvidas várias atividades complementares ao presente trabalho. Foi possível acompanhar a assistente social em diversos compromissos, permitindo adquirir conhecimento técnico e compreender como é que a teoria é colocada em prática nas rotinas diárias do trabalho do assistente social.

Acompanhei numa ida ao tribunal, com um jovem, para revisão da medida de acolhimento, assim como, também tive a oportunidade de acompanhar a diretora técnica a uma reunião na CPCJ, com três jovens irmãos que estão institucionalizados. Auxiliei na realização dos planos individuais dos jovens, bem como, realizei um ofício para o tribunal, sob a supervisão da assistente social. Permitiram-me de ler os processos dos jovens e atualizar os que era necessário.

Pude também acompanhar os educadores sociais nas idas às reuniões escolares, aos médicos, hospital, consultas de rotina, bem como, na toma da medicação que era necessária dar no Centro de Saúde. Fui também com um jovem à polícia, entregar objetos que este furtou na escola, sempre com o educador social.

A determinada altura do estágio, foi possível acompanhar sozinha um jovem que leva a medicação no Centro de Saúde. Do mesmo modo, fui também com um jovem a sessões de fisioterapia no hospital.

Auxiliei nas tarefas diárias da Casa, como supervisionar os jovens no refeitório na hora das refeições, fazer vistoria aos quartos quando necessário, agilizar a hora dos banhos com os profissionais que estavam a trabalhar, bem como na hora de recolher. No primeiro dia do

estágio, ajudei nas mudanças das instalações e, ao longo do mesmo, auxiliei nas questões da roupa (levar e ir buscar roupa). Acompanhei também os jovens nas idas às compras de roupa, no shopping, com o intuito de os ajudar na contagem do dinheiro,

Desenvolvi alguns materiais para agilizar nos processos de admissão e na identificação dos bens materiais de cada jovem, assim como atualizei e criei tabelas com informação dos jovens para colocar nos arquivos. Tive a oportunidade de assistir a reuniões da equipa técnica, bem como, a uma reunião geral com todos os profissionais da instituição.

4.2. Atividades Realizadas para a Intervenção – Questionários e Entrevistas

Compreendeu-se que fazer questionários aos jovens, com respostas de escolha múltipla e, perguntas de resposta aberta facultativas, seria a forma mais segura e facilitadora para os jovens de fornecer informação para este trabalho. Além disto, é importante referir que na capa dos questionários¹⁰ estava explícito que os mesmos estariam dentro de envelopes em conjunto com o consentimento informado e que no fim de serem respondidos, deveriam ser colocados novamente no envelope, fechados e introduzidos dentro de uma caixa que estava na sala onde os jovens, individualmente responderam, e que apenas tinha uma ranhura, não possibilitando a abertura da mesma. No final de todos os jovens terem respondidos a caixa seria aberta para a análise dos questionários, por forma a que estes compreendessem que o anonimato seria garantido.

Após feita a recolha procedeu-se à análise dos mesmos.

Depois de toda a leitura dos questionários foi possível compreender que, tal como as perguntas, as respostas também se enquadravam em determinados temas, e por isso, decidiu-se agrupá-las por categorias, para facilitação da compreensão sistematizada da análise, tanto dos questionários, quanto das entrevistas.

¹⁰ Consultar Anexo 7

4.3. Análise Categorical dos Questionários dos Jovens

No que toca à análise dos questionários, a primeira categoria corresponde ao **(Des) Conhecimento sobre Educação Sexual**, e como o nome indica está relacionado com esta temática. Segue-se posteriormente a categoria da **Intimidade** e, por último a da **Sexualidade**.

Dentro de cada categoria existem subcategorias, que se identificavam diretamente com as perguntas presentes nos questionários. Após a divisão geral, seguiu-se a discussão dos dados recolhidos, inicialmente relativos às respostas diretas, ou não, dos questionários e posteriormente, seguir-se-á a análise reflexiva das mesmas, também divididas por categoria e subcategoria.

Estas categorias foram-se criando ao longo do levantamento dos dados, uma vez que as perguntas realizadas nos questionários se interligavam e, como seria de esperar, também as respostas. Tendo por isto sido considerado que seria mais claro para quem estivesse a ler este trabalho, que a discussão destes temas fosse feita por categorias, por forma a compreender-se também, que os questionários foram pensados ao pormenor, para conseguir subsequentemente obter informações privilegiadas para trabalhar e discutir os temas principais deste relatório de estágio.

Segue-se então o levantamento dos dados recolhidos através dos questionários aos jovens, e posteriormente, apresentar-se-ão os resultados do levantamento de dados das entrevistas realizadas aos profissionais que trabalham com estes jovens a instituição.

1. (Des) Conhecimento sobre Educação Sexual

- a) Conhecimento do Conceito;
- b) Riscos/Proteção /Prevenção Sexual;
- c) Experiências Pessoais (Ou vivências pessoais);

Discussão

Relativamente à primeira categoria definida como **(Des) Conhecimento sobre Educação Sexual** foram criadas subcategorias nomeadas como “*Conhecimento do Conceito*”, “*Riscos/Proteção/Prevenção Sexual*” e “*Experiências Pessoais*”, pois compreendeu-se ser o mais correto para tratar a informação relacionada com esta área dos questionários.

No que diz respeito ao “*Conhecimento do Conceito*” foi possível apurar que mais de metade dos jovens da casa afirmam saber o que é a Educação Sexual, e as explicações dos mesmos confirmam-no, pois percebe-se que sabem que está relacionada com os conceitos de relações, sexualidade, intimidade, orientação sexual e prazer. No entanto, há respostas onde é possível verificar a falta de conhecimento e noções relativamente ao conceito.

Na subcategoria apelidada de “*Riscos/Proteção/Prevenção Sexual*” considera-se importante referir que dos 18 rapazes que realizaram os questionários, 14 responderam que sabem que existem riscos, sendo que as suas respostas variam entre “sida”, “doenças sexualmente transmissíveis”, “infecções” e “gravidez”, sendo que a resposta “sida” foi a mais comum, mostrando algum conhecimento da parte dos rapazes. Continuando neste tema, 16 dos 18 jovens inquiridos, dizem saber como se evitam riscos de saúde associados a comportamentos sexuais, por isso, apenas 2 responderam que não sabem. Quando são questionados sobre como é que se podem evitar esses riscos, as respostas diversificam-se entre: preservativo, métodos contraceptivos e usar proteção. Porém há também respostas como: “não fazer sexo”, “não tocar nas partes íntimas” e “ser higiénico”, que revelam pouco conhecimento na matéria e alguma confusão da parte dos jovens. No que concerne aos métodos contraceptivos, foi perguntado se sabiam o que era um preservativo, e apenas 1 dos 18 jovens respondeu que não, levando a acreditar que o conhecimento sobre este método contraceptivo está adquirido. Isto porque, na pergunta seguinte onde se questiona a sua utilidade as respostas enquadram-se na “proteção de doenças”, “evitar a gravidez” e “atos sexuais seguros”.

Por último, foi criada uma terceira subcategoria chamada “*Experiências Pessoais*” onde se encaixam as perguntas referentes a essas mesmas. No que diz respeito à iniciação da vida sexual, 11 jovens dizem já ter tido relações sexuais, sendo que há 7 rapazes que responderam não. Tendo em conta os riscos de saúde associados a comportamentos sexuais, considerou-se importante questionar sobre a utilidade do preservativo e a frequência de utilização do mesmo. 10 jovens responderam que sim quando questionados se já tinham utilizado algum preservativo, porém, 11 já iniciaram a vida sexual, levando a crer que há pelo menos 1 jovem que já teve relações sexuais desprotegidas. Além disto, relativamente à pergunta “costumas usar preservativo?” apenas 6 respondem que sim, ou seja, há a possibilidade de os outros rapazes não terem por hábito o uso do mesmo, revelando irresponsabilidade e falta de coerência relativamente a este assunto, pois praticamente todos os jovens estão familiarizados com este método contraceptivo. Sobre se têm facilidade em adquirir preservativos, dos 18 rapazes há 1 que escolhe não responder à questão, 4 que afirmam que não têm facilidade em arranjar e os

restantes 13 dizem não ter problemas com a aquisição dos mesmos. Isto demonstra que não é um assunto tabu na Casa, visto que grande parte dos jovens afirmam que é na Casa que eles têm por hábito solicitá-los, seguindo-se o posto médico. Contudo, independentemente da facilidade que os mesmos têm em adquirir preservativos na Casa, não é uma questão fácil para todos, pois há rapazes que admitem ter dificuldades em pedir preservativos, assim como há jovens que nem sequer respondem à pergunta. Porém, para mais de metade dos jovens, não há qualquer dificuldade em pedir, revelando confiança, maturidade e até comprova a boa relação de intimidade que existe para com os adultos, pois é um assunto difícil de abordar para alguns jovens.

2. Intimidade

- d) Partilha de Informação;
- e) Momentos de Intimidade;
- f) Relações de Intimidade;

Discussão

Relativamente à segunda categoria considerada essencial nesta discussão de resultados, essa chama-se “**Intimidade**” e tem como constituintes três subcategorias importantes: a “*Partilha de Informação*”, os “*Momentos de Intimidade*” e as “*Relações de Intimidade*”. Estas subcategorias foram criadas pela pertinência das mesmas relativamente a esta investigação, pois há diversos tópicos e temas a ser trabalhados no que toca à Intimidade, e que por vezes é tão difícil de compreender.

Ao longo do período de observação foi possível verificar que há ainda algum desconforto e dificuldade em falar sobre intimidade. Aliás, há até muita confusão sobre este conceito, e por isso mesmo, considerou-se importante criar uma subcategoria sobre a “*Partilha de Informação*” e perguntar aos jovens se tinham dificuldade em falar sobre intimidade. 7 jovens dizem que sim e os restantes 11 afirmam não ter problemas em falar no tema.

Isto acontece porque, segundo os mesmos, é normal ter intimidade, existe confiança para falar nisso e é natural. Por outro lado, os que afirmam ter dificuldade, explicam que se deve à vergonha e falta de à-vontade, preferem guardar o assunto para eles mesmos ou até mesmo o receio que, pessoas exteriores à instituição, pensem que têm essa intimidade com os colegas de casa, dando a ideia de que se está a referir a intimidade ao nível amoroso e sexual.

Existem alguns jovens que dizem que não conseguir explicar o porquê, comprovando o que foi mencionado acima sobre alguma falta de conhecimento, vocabulário ou até mesmo de compreensão do conceito. Paralelamente a esta dificuldade, foi questionado aos jovens sobre comportamentos mais íntimos, de forma a compreender se eles acontecem, onde acontecem e se sozinhos ou acompanhados. Isto tornou-se uma área temática de relevo devido às várias reclamações¹¹, de que se sentiam incomodados com os comportamentos uns dos outros. Criou-se, portanto, a subcategoria apelidada de “*Momentos Íntimos*”, e os rapazes quando questionados se já tinham tido momentos mais íntimos na presença de outros colegas, 7 jovens afirmam que sim e 11 dizem que não, levando a pensar se esta intimidade que eles afirmam ter, para alguns não estará a ser em demasia e sem o consentimento do outro. Caso houvesse consentimento de todos os envolvidos, certamente não haveria reclamações, nem isto se tornaria um problema na Casa e entre os rapazes.

Como terceira e última subcategoria deste tema existe as “*Relações de Intimidade*”, que estão diretamente ligadas com isso mesmo, com as relações que eles criaram e desenvolveram ao longo da sua vida e também dentro da Casa. Quando se pergunta se têm intimidade com alguém ou algumas pessoas na casa, há 1 que não responde, 4 que dizem que não e 13 que afirmam ter. Destes 13 jovens, 12 apontam os amigos como as pessoas com maior intimidade, seguindo-se dos familiares e as amigas, com 6 e 7 menções respetivamente. Foi questionado também o porquê de existir essa intimidade, sendo que as respostas variaram entre, terem proximidade entre eles pois estão sempre juntos, entre a confiança e o à-vontade, assim como a boa relação e até quase familiar entre os rapazes “porque são meus irmãos”.

Para finalizar esta subcategoria é importante mencionar que quando os rapazes são questionados sobre o local onde normalmente adquirem os preservativos, como acima mencionado, 11 deles diz que é na Casa, seguindo-se o posto médico com 7 indicações. Considera-se que isto acontece devido às relações de intimidade que estes têm com os elementos que constituem as equipas técnica, educativa e auxiliar da Instituição.

3. Sexualidade

g) Questões/Dúvidas sobre o Tema;

¹¹ Com a expressão “reclamações” pretende-se dizer que os jovens mostram o seu desagrado aos profissionais da Casa, relativamente a vários comportamentos dos colegas que os incomodam e deixam desconfortáveis. Fazem-no em conversas privadas, mas também demonstram a sua insatisfação na presença de vários elementos da Casa quando estão exaltados com algo relacionado com o assunto.

- h) Partilha de Informação;
- i) Práticas Sexuais entre rapazes da casa;
- j) Momentos/Comportamentos Sexuais;
- k) Incómodo e Desconforto entre os jovens;
- l) Atração e Desejo;

Discussão

Para finalizar foi criada uma terceira categoria chamada de “**Sexualidade**” onde estão inseridas subcategorias apelidadas de “*Questões/Dúvidas sobre o Tema*”, a “*Partilha de Informação*”, as “*Práticas Sexuais entre rapazes da Casa*”, “*Momentos/Comportamentos Sexuais*”, “*Incómodo e Desconforto entre os jovens*” e por fim “*Atração e Desejo*”. Nesta categoria serão discutidos os resultados das perguntas relacionadas com estes temas, visto ser uma investigação pertinente nesta área, tendo em consideração o tempo de estágio na Instituição e toda a envolvimento relativa a este tema.

Relativamente à subcategoria das “*Questões/Dúvidas sobre o Tema*”, é importante referir que quando se fala sobre sexualidade é frequente surgirem questões, e nestes adolescentes, não foi exceção, sendo que 5 deles admitiram ter algumas dúvidas e os restantes 13 dizem que não têm. Quando questionados sobre que tipo de dúvidas têm, as respostas recaem sobre a masturbação, o preservativo e o vocabulário que é utilizado. Existe também a consciência de que nunca se sabe tudo e vão sempre surgir dúvidas. Para concluir esta subcategoria, foi pedido aos jovens para identificarem com quem esclarecem as suas dúvidas quando estas surgem, e as respostas apontam para os amigos com 11 identificações, representando o maior número, seguindo-se os familiares e a equipa técnica, ambos com 6 menções e por fim os monitores com 5 menções. Além disto, os jovens também explicaram por palavras deles como é que sentiram que correu quando tiraram as suas dúvidas, sendo que as respostas variam entre o nervosismo, vergonha, correu mal e as “palavras não saem da boca”, mas também dizem que se sentiram à vontade, que correu bem, que ficaram esclarecidos e sentiram que havia interesse da parte das pessoas em responder. É importante reforçar que foram mais as respostas positivas do que as negativas.

No que concerne à “*Partilha de Informação*” considerou-se importante criar esta subcategoria para se avaliar corretamente todas as questões que estejam diretamente relacionadas com a mesma, pois numa Casa de Acolhimento Residencial de rapazes é natural que, especialmente nestas idades, se partilhe informação. Por isso, dos 18 jovens residentes na

casa, 17 dizem já ter tido conversas sobre sexualidade e apenas 1 afirma que não teve. Os amigos, os familiares, as amigas e os funcionários da casa, são apontados como aqueles com quem eles já falaram sobre sexualidade, mostrando alguma coerência com a questão da sexualidade, cujas respostas foram idênticas. Além disto, os rapazes da casa admitem que falam sobre sexualidade uns com os outros, sendo que apenas 2 a dizer que não o fazem. Quando questionados sobre os temas que mais falam, as respostas prendem-se com a partilha de experiências sexuais, raparigas, o ato sexual e masturbação. Contudo, há jovens que admitem eles não se sentem à vontade para falar sobre este assunto e há quem diga também que não sentem necessidade de partilhar com os outros coisas da sua intimidade.

Em relação a *“Práticas Sexuais entre rapazes da Casa”* foi importante questionar os jovens devido, mais uma vez, a queixas feitas pelos mesmos devido a este assunto. Portanto, quando questionados de se aconteceram ou acontecem momentos de sexualidade com colegas, houve 8 respostas onde é dito que sim, 9 onde a resposta foi não e, há 1 jovem que menciona não saber. Sobre a frequência destes acontecimentos, apenas 8 jovens responderam. A opção que os rapazes mais responderam foi a “Outro” com as seguintes respostas: “raramente”, “quase todos os dias”, “vai dependendo” e “não sei”. Depois responderam também que seria “1x por mês” e “1x por semana”. Acerca da existência comportamentos sexuais na casa entre os jovens na presença de colegas, 5 rapazes afirmam que sim, eles acontecem/aconteceram. Por outro lado, há 13 rapazes que dizem que não. Posto isto, pareceu importante questionar sobre que tipo comportamentos seriam esses. 12 jovens escolheram não responder, sendo que os restantes deram respostas como “apalpões”, “toques”, “beijos”, “comer-se” entre outros, mostrando que efetivamente há comportamentos entre os rapazes, não significando em momento algum que isso seja errado ou contra a vontade de algum. Foi também perguntado se os comportamentos sexuais entre os jovens aconteciam contra a vontade deles, ao que 5 responderam que sim, 7 responderam que não e 6 não responderam. Isto leva a acreditar que esses acontecimentos poderiam acontecer na sua presença, mas sem o consentimento deles, pois quando são questionados sobre como se sentiram relativamente aos mesmos, as respostas foram “mal”, “intimidado”, “constrangido” e afirmam que pedem aos colegas que os estão a ter para parar. Por último, dentro desta subcategoria é importante referir que a última pergunta do questionário aplicado foi “se algum jovem já tinha tentado ter algum momento sexual com eles”, e sobre isto, houve 2 rapazes que afirmam que sim, sendo que os restantes 16 dizem que não.

Desenvolveu-se uma subcategoria chamada *“Momentos/Comportamentos Sexuais”*, para discutir os resultados das perguntas que estão relacionadas com este assunto. Tendo em

consideração, novamente, o tempo de observação na instituição, mas também o facto de os jovens afirmarem que existem comportamentos sexuais entre colegas, questionaram-se os jovens sobre se eles próprios já teriam tido momentos mais íntimos na presença de outros colegas, e 7 afirmam que sim, restando 8 respostas negativas. Sobre estes comportamentos mais íntimos dentro de casa, apenas 4 dizem que é possível tê-los sozinhos, e por outro lado, 13 dizem que não é possível. Os que dizem que sim, afirmam que os têm quando não está ninguém ou quase ninguém na casa, ou então, vão à casa de banho. Os outros 13 dizem que não é possível porque não há privacidade, são 20 rapazes na casa e é quase impossível estar sozinho. Além disso há respostas como “é porco”, “respeito os outros e prefiro fazer noutro sítio sem ser no colégio”, “não vou fazer à frente de todos” ou então afirmam que não sentem necessidade ou que não acham “graça” a isso. Dentro do mesmo tema, perguntou-se aos jovens se já tinha acontecido terem sido interrompidos enquanto estavam a ter um momento mais íntimo, ao que 3 responderam que sim e 15 responderam que não. Seguiu-se a pergunta sobre quem tinha sido, sendo que 3 assinalaram a opção de amigos/as e os restantes não responderam, como seria de esperar pois tinham dito anteriormente que não lhes tinha acontecido. O curioso está na pergunta que se segue, que é: “se sim, como é que isso tem feito sentir?”, e aqui obtiveram-se 4 respostas, ou seja, alguém na pergunta anterior não quis admitir, talvez por vergonha. As respostas foram “mal”, “um bocado nervoso” e “constrangido”, sendo que mal foi dito duas vezes.

Na Casa, é comum ver os jovens a provocarem-se entre eles, e por isso mesmo, questionei-os sobre se estes já tinham interrompido algum colega durante um momento íntimo do mesmo, onde obtive 8 respostas positivas e 10 negativas. De seguida questionei se teria sido propositado e 3 rapazes confirmaram que sim, 11 disseram que não e 4 escolheram não responder. Quando perguntei aos que disseram que sim como é que isso os tinha feito sentir, as respostas foram entre “nojo”, “não gostei” e “gozo”, “foi fixe ver a cara dele quando foi apanhado”, mostrando aqui algum desconforto da parte da pessoa que interrompeu, mas também uma satisfação por ter conseguido interromper, demonstrando alguma imaturidade e maldade. Por outro lado, quando questionei os jovens que tinham interrompido, mas sem intenção, estes disseram que foi vergonhoso, esquisito, constrangedor, normal e que não tinham gostado. Houve alguma compaixão e compreensão num jovem que referiu que se tinha sentido “mal, porque quando é comigo também não gosto”.

Desenvolveu-se uma subcategoria para incluir o incómodo evidente sentido pelos rapazes relativamente a atitudes e comportamentos por parte de outros jovens da casa,

relacionados com a sexualidade. Chamou-se a essa subcategoria *“Incômodo e Desconforto entre os jovens”* pois, é comum ouvirmos os jovens a queixarem-se de que se sentem incomodados com certos comportamentos uns dos outros, então foram questionados sobre se já se tinham sentido incomodados com algum comportamento relacionado com sexualidade de algum colega. 15 rapazes responderam que sim, e 3 responderam que não, demonstrando alguma coerência com as suas atitudes. A quem respondeu que sim, foi perguntado como teria acontecido e como se sentiram em relação a isso, sendo que as respostas foram muitas e variadas, como podem ser exemplo: “toques e olhares que deixam desconfortável”, “masturbação”, sempre a tentar acariciar-me”, “não sou desses”, “acho estranho ter esses comportamentos”, “não sei a orientação sexual dele e ele tem atitudes de uma pessoa homossexual”. No geral as respostas são de desconforto, falta de compreensão de atitudes e comportamentos e dizem que são brincadeiras que não gostam e que já se prolongam há algum tempo. O único jovem que respondeu que não se sentiu incomodado, diz que foi “normal, não devemos julgar os outros pelo que são”, levando a acreditar que se está a referir à homossexualidade.

Por fim, foi criada uma sexta subcategoria relacionada com a sexualidade denominada de *“Atração e Desejo”* para discutir perguntas onde este tema está inserido. Relativamente a isto, quando é perguntado aos rapazes se já sentiram atração ou desejo por alguém do mesmo sexo, apenas um jovem respondeu que sim, restando 17 respostas negativas.

4.3.1. Análise Reflexiva dos Questionários dos Jovens

É importante que se faça uma reflexão dos dados adquiridos ao longo deste trabalho, uma vez que são aquilo que os jovens escolheram responder e dizer. Contudo, é importante referir que ao longo de vários meses de estágio de observação e depois de ler todas as respostas fornecidas pelos jovens, parece-me adequado admitir que é evidente que muitos jovens dão respostas que não compactuam com a realidade da Casa onde os mesmos vivem.

1. (Des) Conhecimento sobre Educação Sexual

- a) Conhecimento do Conceito;
- b) Riscos/Proteção /Prevenção Sexual;
- c) Experiências Pessoais (Ou vivências pessoais);

No que respeita à categoria que se incide sobre a educação sexual, riscos, prevenções e vivências, cujo nome é *(Des) Conhecimento sobre Educação Sexual* creio importante mencionar que foi detetada alguma falta de conhecimento sobre o conceito de “educação sexual” através das respostas dos jovens quando lhes é solicitada uma explicação sobre o mesmo. Relativamente aos perigos para a saúde relacionados com comportamentos sexuais de risco, os jovens demonstram saber que eles existem, mesmo não sabendo os nomes técnicos. Porém há jovens que ainda não sabem como prevenir estes riscos. Enquanto a grande parte diz que existe o preservativo e admite saber o que é, há quem responda “ser higiénico” e “não tocar nas partes íntimas” quando questionados sobre como prevenir os riscos de saúde associados a comportamentos sexuais, demonstrado ainda alguma falta de conhecimento. Além disto, está também muito presente nas respostas destes jovens a preocupação com a prevenção da gravidez, podendo estar diretamente relacionado com o facto de os mesmos estarem institucionalizados, visto ser algo mencionado por alguns dentro da casa, não só pela questão da idade e das responsabilidades que isso acarreta, como devido ao facto de não se sentirem capazes de ser pais e não querer colocar os futuros filhos em situações semelhantes à dos mesmos.

Quanto às vivências destes rapazes, mais de metade dos jovens a quem foi administrado o questionário, dizem já ter iniciado a sua vida sexual. Esta questão não significa que os mesmos tenham relações sexuais com regularidade, pois quando questionados sobre a frequência do uso do preservativo alguns afirmam não ter por hábito utilizá-lo. Isto pode acontecer devido à inexistência de relações sexuais, ou pode demonstrar, falta de responsabilidade e maturidade, inconsciência em relação aos riscos de saúde, e até alguma incoerência. Relativamente a esta, a incoerência, diz respeito ao facto de os jovens afirmarem não ter quaisquer dificuldades em pedir este método contraceptivo à Equipa Técnica da Casa. Esta situação, revela uma grande relação de confiança e intimidade com os membros da mesma, sendo extremamente importante que assim o aconteça em instituições acolhimento residencial. Obtive também a informação, por parte da equipa técnica, de que alguns jovens requisitam preservativos para se masturbarem de forma mais higiénica no quarto, porém, há outros que apenas o fazem para que os restantes elementos da casa tenham conhecimento desse pedido, como forma de se afirmarem perante os mesmos.

2. Intimidade

d) Partilha de Informação;

- e) Momentos de Intimidade;
- f) Relações de Intimidade;

No que diz respeito à categoria da Intimidade foi possível perceber que os jovens sentem algum desconforto quando abordam o tema, que o vocabulário é escasso, e que há falta de conhecimento e compreensão do conceito, mesmo quando este já foi trabalhado com os jovens. Aquando da realização do questionário, foi entregue aos jovens uma folha que continha a definição de intimidade e sexualidade, com linguagem clara. Porém, estes revelaram falta de interesse em compreender melhor os conceitos, ou por outro lado, por questões de ego, recusaram-se a lê-la. Recusando-a, tentaram demonstrar possuir conhecimentos que na realidade que não existiam, tendo em consideração as respostas presentes nos questionários.

Com algumas respostas e atitudes dos rapazes ao questionário, foi possível entender que os mesmos dizem ter a consciência e a percepção de que há certas brincadeiras que podem, ou não, envolver intimidade, e que para as pessoas que não estão dentro da instituição isso pode ser mal interpretado e visto como negativo. Isto acontece maioritariamente com os jovens mais velhos, que temem que os outros os julguem homossexuais. É possível que isto seja devido ao facto de estes serem os jovens que mais demonstram comportamentos e atitudes homofóbicas. Isto remete para aquele que poderá ser dos maiores problemas desta Casa, a homofobia. “Eu não sou desses” é dos comentários mais comuns dos jovens, assim como os insultos que giram todos em torno do mesmo tema, a homossexualidade. Apesar de nenhum dos jovens se assumir como homossexual, este assunto é extremamente complicado, pois um abraço mais longo, uma brincadeira mais repetitiva, ou um toque indesejado, é logo motivo para insultar outro e incentivar ao preconceito. Apesar disto acontecer, percebeu-se que há jovens que apenas são maldosos e ofendem os colegas para serem “engraçados” e para não serem identificados como homossexuais. Esta situação é comum, pois os que não insultam e não fazem comentários desajustados relativamente a esta orientação sexual, são vistos como se também a tivessem. Mas quando se conversava em privado com eles sobre este tema, as suas respostas e a postura alteravam drasticamente. Nesse momento foi perceptível que estas atitudes homofóbicas podem acontecer para não serem eles mesmo o alvo de ataques e gozos. Este receio de que os outros pensem que podem ser homossexuais é notório pela forma como abordam o assunto, como se defendem quando confrontados com algumas atitudes e/ou comentários dos próprios, e até mesmo, no modo como agem perante os colegas da casa que têm mais sensibilidade e fazem mais demonstrações de carinho. O contrário também acontece. Alguns jovens provocam situações desconcertantes para como os outros, por forma a serem o foco da atenção, mesmo

sendo pelos motivos errados e sujeitando-se a ser ofendidos e gozados pelos outros jovens da Casa. Considera-se essencial trabalhar este tema com os rapazes, através de todos os profissionais da Casa, uma vez que é preocupante a forma como eles encaram a diferença no outro e a falta de consciência dos mesmos acerca do impacto que estas atitudes podem ter na vida das outras pessoas.

Como observadora, também foi possível constatar que as reclamações e queixas dos jovens são constantes, quando falamos sobre momentos de intimidade. Eles afirmam ser muito desafiante para eles, tê-los com privacidade, por vários motivos. Ou porque partilham o quarto com mais colegas, ou porque há rapazes que, por vezes, têm esses momentos de intimidade na presença de outros sem o seu consentimento, e até porque durante a noite se quiserem ir à casa de banho também não é simples, uma vez que os o monitor que está a trabalhar acaba por incomodar, caso este demore muito tempo por está fora do horário de recolher. Estas situações instauram algumas agitação e discussão na Casa, uma vez que eles sentem o seu espaço pessoal invadido, mas também compreendem que a solução nem sempre é exequível devido à falta de instalações do local onde se encontram a habitar. O facto de ser apenas um monitor a trabalhar no turno da noite, dificulta o processo de vigilância. Uma vez que este tem como tarefa verificar se os jovens estão em silêncio, em respeito dos restantes colegas, mas também, assegurar que não acontecem situações indesejáveis entre os jovens, durante a noite.

Apesar destes pontos negativos, os jovens afirmam que têm fortes relações intimidade dentro da casa, quase como se fossem família, não só com os outros rapazes, mas também com as equipas. Isso é possível perceber, tanto nos questionários, como pelo tempo dispensado a observar as rotinas e o ambiente que se vive dentro da instituição. Sempre que têm uma angústia, um problema, ou uma dúvida, eles dirigem-se aos monitores ou à sala da equipa técnica e educativa. Não só quando são coisas que os preocupam, mas também quando é algo que os deixa felizes, eles partilham com os adultos da casa. Além disto, sempre que têm alguma questão sobre sexualidade, caso necessitem de preservativos, ou quando têm alguém novo na sua vida amorosa, eles falam com as equipas, sem vergonhas ou tabus. É realmente reconfortante perceber que, apesar de haver dias turbulentos, o carinho e relações afetivas entre os membros da Casa e os jovens não deixam de existir. Talvez sejam estas as bases para que os jovens, apesar de institucionalizados, vivam uma adolescência dentro da normalidade e feliz.

3. Sexualidade

- g) Questões/Dúvidas sobre o Tema;
- h) Partilha de Informação;
- i) Práticas Sexuais entre rapazes da casa;
- j) Momentos/Comportamentos Sexuais;
- k) Incómodo e Desconforto entre os jovens;
- l) Atração e Desejo;

No que diz respeito à categoria da sexualidade considera-se importante referir que ao ler as respostas dos jovens aos questionários, constatarem-se faltas de honestidade e veracidade nas mesmas. Pois, tendo em conta todo o período de observação participante, a atividade sobre sexualidade desenvolvida com os mesmos, os comentários e as conversas que estabelecidas com os jovens, foi possível perceber que as respostas dadas não correspondem à realidade do que acontece na Casa. Isto pode acontecer, por forma a não admitirem certos comportamentos e desejos que consideraram errados ou inadequados. Outro fator que pode condicionar as respostas dos jovens é o facto de os mesmos saberem que os questionários vão ser analisados pela estagiária, e que vão fazer parte de um estudo sobre sexualidade em casas de acolhimento residencial. Tendo em consideração as conversas com os jovens sobre sexualidade, compreende-se que os mesmos não querem transmitir uma ideia errada a alguém exterior à instituição, podendo por isso, não ter sido sinceros nas respostas. Para agravar a situação, a homofobia como já foi referido anteriormente, é um motivo de conflito na Casa e, na maior parte destes jovens, o pensamento sobre homossexualidade é negativo. Posto isso, é possível considerar que, se em determinadas perguntas se fossem honestos, a análise poderia dar a ideia de que os rapazes institucionalizados são homossexuais, derivado de comportamentos afetivos e sexuais entre eles. É crucial não esquecer de que estes jovens se encontram no período da puberdade e a atravessar várias alterações a nível físico, cognitivo, hormonal, entre outras, sendo que as suas ideias são versáteis e podem ser contraditórias.

As discussões entre rapazes são bastante comuns neste tipo de instituição, pois são várias pessoas, personalidades e feitios diferente, e nem sempre, conseguem concordar uns com os outros. Porém, há um assunto que é consideravelmente comum. As brincadeiras que englobam toques em zonas mais íntimas, que podem ou não, ser intencionais. Por vezes há jovens que não aceitam que outros rapazes lhes toquem ou tentem brincar com eles, sendo que quando isso acontece há discussão. Há outros que até participam nas brincadeiras, mas, se há um que começa a brincar “demais” ou a tocar repetidamente nos mesmos sítios, fazendo o colega sentir-se

desconfortável, há discussão. Isto pode acontecer, pois ainda não estão bem cientes dos seus limites, e também porque não sabem como impô-los sem magoar ou ofender o outro. Há jovens que, quando brincam, se agarram muito e tocam-se mutuamente, com ou sem intenção sexual, e por norma, o adulto intervém e a ordena que parem com a brincadeira. Isto é uma prática comum da Casa. Além disto, há ainda uma situação que exige mais atenção por parte dos monitores e dos jovens mais velhos, estando esta relacionada com as brincadeiras com o jovem mais novo da Casa. Há um certo cuidado quando certos jovens brincam com o mais novo, pois este ainda não tem consciência de uma possível intenção sexual, porém quem brinca com ele tem. Aqui o auxiliar de ação educativa tenta controlar, de forma tranquila, o momento da brincadeira, por forma a garantir que não passará disso. Importante referir que há dois jovens a ser acompanhados fora da Casa, devido a comportamentos sexuais que não são enquadráveis no que é tido como desejável ou aceite e, por norma, este controlo acontece quando é um destes que tenta sempre brincar com o jovem mais novo. Controlar e gerir momentos de brincadeira não se considera uma tarefa simples, pois depende de cada jovem. Cada um tem os seus limites e têm de aprender a impô-los da forma correta e consistente.

No que diz respeito facto de os jovens se interromperem propositadamente durante os momentos íntimos, considera-se também um problema do qual quase todos os jovens se queixam na casa. Durante a quarentena, foi uma das situações que mais se agravou, porque era recorrente os jovens irem espreitar-se uns aos outros à casa de banho, sendo que desencadeou uma série de discussões, comentários desagradáveis e piadas. Neste sentido, considero que os profissionais da Casa se devem manter uma postura mais alerta para conseguir evitar este tipo de situação, assim como, conversar com os rapazes e consciencializá-los para gravidade da situação e incuti-los de conhecimento no que concerne à importância da privacidade, individualidade e intimidade. Por vezes, é possível constatar alguma incoerência na forma como os profissionais lidam com as situações, pois não existe um modo para intervir. Ao invés de cada um resolver a situação, da forma que considera mais correta, deveria haver uma união e coerência no modo de atuar, demonstrando congruência e harmonia entre os profissionais da Casa.

4.4. Análise Sintética/Descritiva das Entrevistas aos Profissionais

Neste ponto do presente trabalho, é importante mencionar que a análise realizada é sintética/descritiva, sendo, portanto diferente daquela que foi realizada nos questionários. A

razão pela qual que optou por este modo, relaciona-se com o facto de esta permitir um entendimento mais claro das respostas dos profissionais, não sendo estas também enquadráveis em categorias, como era o caso das dos jovens nos questionários. Na capa das entrevistas¹² eram pedidas informações, como as habilitações literárias, a idade, o tempo de trabalho na instituição, a equipa que integra e o sexo.

Pergunta 1. Considera que é importante trabalhar e conversar sobre a intimidade com os jovens institucionalizados?

Relativamente à primeira pergunta das entrevistas realizadas aos profissionais da Casa de acolhimento, todos afirmaram ser importante conversar e trabalhar o tema da intimidade com os jovens acolhidos. As respostas dos profissionais variaram entre intensificar o conhecimento trabalhando o tema e esclarecendo dúvidas, assim como, tentar explicar-lhes que tipo de comportamentos de intimidade são desadequados na instituição. Além disso, consideram importante educar os jovens relativamente a atitudes sexistas e comentários desajustados para com os colegas, bem como prepará-los para um crescimento e desenvolvimento harmonioso e informado relativamente ao seu próprio corpo e aos seus sentimentos e relação com os outros. Por último procuram consciencializar para a importância da prevenção nas relações futuras e educá-los nesta fase de descoberta do “eu”.

Pergunta 1.1 E sobre sexualidade?

Quando se pergunta se consideram importante conversar e trabalhar o tema da sexualidade com os jovens institucionalizados, todos os profissionais da casa responderam à pergunta de forma afirmativa. As respostas variam entre intensificar o conhecimento acerca da temática, para que saibam o que podem ou não fazer, assim como, desmitificar mitos, quebrar tabus e mudar mentalidades. Os jovens apresentam muita desinformação e, por isso, os profissionais procuram conversar para proporcionar um crescimento saudável e consciente, garantido que a proteção dos jovens e do/a seu/sua parceiro/a está assegurada, educando-os para que tomem decisões conscientes e informadas. Procuram esclarecer dúvidas e incertezas, trabalhando o tema com eles, preparando-os para o futuro. Consideram-se uma das fontes de informação dos jovens e pretendem prepará-los para todas as ocasiões e consciencializá-los

¹² Consultar Anexo 8

para que estes compreendam o que são considerados comportamentos desadequados. Devem estar mentalizados para as suas ações e para os riscos que correm, sendo importante que se conheçam e conheçam os seus limites, de modo a identificar/limitar atitudes para com os outros e vice-versa. Os profissionais consideram que a sexualidade é uma parte integrante da vida do ser humano e é direito dos jovens reconhecê-la como um direito seu e devem ter o maior e melhor conhecimento sobre a mesma. Para terminar, os profissionais na Casa afirmam que os jovens têm conversas sem fundamento e sexistas.

Pergunta 2. Já abordou com os jovens o tema intimidade?

A esta pergunta obtiveram-se 10 respostas positivas e 2 negativas, relativamente à abordagem do tema da intimidade com os jovens. Quando questionados sobre o porquê desta abordagem, quem respondeu negativamente, afirma que para isso acontecer é necessário tempo e confiança, e também dizem que “nunca se ocasionou”, palavras usadas pelo profissional que estava na casa há 24 meses. Os profissionais que afirmam já ter conversado com os jovens sobre intimidade, justificam esta situação dizendo que são questões que surgem naturalmente ou quando os jovens apresentam dúvidas. Além disso, dizem ser necessário para um crescimento e desenvolvimento informado, sendo por isso importante adequar e endereçar a informação aos jovens considerando a sua maturidade e as questões que provocam mais dúvidas, desmistificando tabus e ideias pré-concebidas. A masturbação é também uma situação mencionada, pois os profissionais consideram importante abordar a intimidade para os jovens aprenderem a controlar-se e a dominar o seu “eu”, bem como o local onde se masturbam e a falta de higiene associada a esta questão. Mencionam que os jovens estão na fase da curiosidade e conversam com os profissionais sobre aquilo que fazem ou gostavam de fazer, olhando de uma forma maternalista e não havendo vergonha para trabalhar questões mais sensíveis. Com o tempo há barreiras que são quebradas e os rapazes conseguem expor as suas curiosidades, permitindo que o adulto discuta o tema da intimidade com mais naturalidade. Por fim, é mencionado que esta abordagem é importante para que o jovem consiga lidar com momentos de maior tensão, considerando que houve um melhoramento (no que diz respeito ao modo de falar, estar e agir, relacionados com intimidade, ao longo do período de estágio) nas atitudes dos jovens depois destas conversas.

Como se sentiu?

Na questão que se seguiu, foi perguntado como os profissionais sentiram que correu a conversa com os jovens, quando falaram sobre intimidade. Alguns profissionais dizem que a conversa correu bem e que, como se sentem pessoas essenciais na vida deles e as relações são boas, conseguem abordar qualquer assunto e que vêem melhorias nas atitudes dos mesmos. Há profissionais que afirmam que eles ainda têm vergonha de conversar, chegando mesmo a gozar com o assunto e que muitas vezes, já têm a sua opinião formada, não dando ouvidos a quem está a tentar fazer com que vejam as situações de outra forma. Consideram também que há questões mais complexas, nomeadamente quando são assuntos que abordam o género, contudo estas profissionais desempenham o papel de “pais” nesta fase de puberdade e transição e onde criam a sua identidade, sendo necessário não fazer juízos de valor e ouvir o jovem, para que posteriormente consigam articular o discurso e encontrar/estabelecer um novo equilíbrio. Não devem impor uma conversa, nem ser intrusivos com os jovens, respeitando-se os limites de cada um, adequando a conversa à idade, compreensão e disposição dos mesmos. Por fim, afirmam que existe um constrangimento inicial que é superado, desde que o interlocutor se sinta confortável, e, caso os assuntos se abordem de forma informal, informada e com naturalidade, visto que há assuntos que os jovens precisam de conversar e procurar respostas a questões.

Pergunta 2.1. E o tema da sexualidade?

Quando os profissionais foram questionados sobre se já abordaram o tema da sexualidade com os jovens da Casa, 10 profissionais respondem que sim e 2 respondem que não. Dos 12 profissionais apenas 1 não mencionou como correu a conversa quando lhe foi questionado.

No que concerne às respostas positivas, quando questionados sobre o porquê desta conversa, as respostas variam entre ser um assunto que surge naturalmente quando se trabalha com adolescentes, o facto de ser importante para o bem-estar biopsicossocial, sendo importante pela parte dos profissionais que acompanham o crescimento/desenvolvimento destes rapazes abordar todos os aspetos que estejam relacionados com um crescimento e desenvolvimento informado. A sexualidade, como parte integrante da vida humana deve ser um tema abordado com naturalidade, de forma simples e correta, adequando à maturidade e idade de cada um, com o objetivo de consciencializar também para os riscos que acarreta. Além das sessões que existem na Casa sobre doenças sexualmente transmissíveis, contraceptivos e contato físico, os jovens expõem dúvidas aos profissionais sobre as/os seus/suas parceiros/as, ou sobre conversas

quem ocorrem entre os jovens, e como a relação de proximidade é tão grande com os adultos, é possível trabalhar também aspetos como as emoções e os afetos, e os jovens partilham experiências. No que respeita a primeiras experiências, os jovens recorrentemente conversam com os profissionais sobre as mesmas e estes, devem procura esclarecer dúvidas e desconstruir ideias pré-concebidas que possam levar a que se cometam erros no futuro. Por último, é de referir que a questão da masturbação foi novamente mencionada, pois esta não deve ser realizada na cama, e a questão da falta de higiene associada, também.

Como correu?

Os profissionais consideram que as conversas habitualmente correm de forma positiva e consideram importante que o interlocutor se sinta confortável para discutir o tema da sexualidade, pois é um assunto que cria um constrangimento inicial aos jovens, que acaba a ser superado devido à naturalidade com que o profissional fala. Além disso, é importante que o profissional mantenha uma mente aberta para conseguir responder a questões que acarretem consigo preconceitos, ações e ideias pré-concebidas, sendo necessário que se encare a sexualidade de forma natural, caso contrário os jovens também não se sentirão confortáveis para colocar questões. Quando são os jovens a dirigir-se aos profissionais para colocar dúvidas, isso demonstra que as conversas dão resultados positivos, visto que ficaram a pensar no assunto, e muitas vezes estão disponíveis para conselhos e recomendações, potencializando a relação e a proximidade com os profissionais.

Os profissionais que responderam que não tinham abordado o tema da sexualidade com os jovens, afirmam que não o fizeram porque formalmente não se ocasionou e porque é necessário haver confiança e tempo com os jovens.

Pergunta 3. Os jovens já o/a abordaram para conversar sobre experiências (pessoais ou não), relacionadas com os temas da intimidade?

No que diz respeito à pergunta nº3, 9 dos 12 profissionais entrevistados responderam que sim, já tinham sido abordados pelos jovens para conversar sobre experiências relacionadas com intimidade, e 3 profissionais afirmam que não. Quando questionados sobre quais os principais conteúdos das conversas estes prendem-se com sentimentos e descobertas de novas emoções; a perda da virgindade; os namoros, primeiros interesses românticos e como saber lidar com a atração sobre outra pessoa. Pedem conselhos e tiram dúvidas sobre o sexo oposto, além disso, tentam compreender como é que se lida com a rejeição, desgosto amoroso e com

algumas frustrações. No que concerne ao desenvolvimento do corpo humano surgem também algumas questões, bem como sobre masturbação e sobre a privacidade e respeito pelo espaço (seu e do outro).

Quem não foi abordado, também foi questionado sobre o porquê de isso não ter acontecido, sendo que as razões apresentadas foram o facto de os jovens serem reservados e não quererem falar sobre isso, preferindo guardar para eles; dizem também que não se ocasionou ou que não surgiram momentos para isso. Afirmam ainda que os jovens sabem que os profissionais estão sempre disponíveis para responderem a qualquer pergunta.

Pergunta 3.1. E relativamente à sexualidade?

Sobre a questão se os jovens já tinham abordado os profissionais para conversar sobre experiências relacionadas com sexualidade, houve 1 profissional que não respondeu. Dos restantes 11 profissionais, 2 disseram que não tinham conversado com os jovens sobre o tema e 8 responderam que sim. De seguida foram questionados sobre os principais conteúdos das suas conversas ao que foi respondido que estava relacionado com doenças sexualmente transmissíveis, a utilização do preservativo e a requisição do mesmo. Falam sobre as experiências sexuais que já tiveram, a primeira relação sexual, e a masturbação. Além disto, questionam quando consideram estranhos alguns comportamentos/attitudes e reacções de colegas, e é habitual falarem mais com profissionais masculinos. Procuram saber como é que é o desenvolvimento dos órgãos reprodutores, apresentam dúvidas sobre o sexo oposto, e as formas de demonstração de carinho também já foram questionadas. Por último, falam sobre assuntos exteriores e afirmam que tentam aproveitar o fim de semana, altura em que vão a casa, para estar com a/o sua/seu companheira/a ou para se masturbar.

Aos que responderam negativamente, eles dizem que os motivos pelos quais não conversaram é devido a ser necessária confiança na pessoa para falar sobre isso e porque não se expressam bem sobre o tema.

Pergunta 4. Como lida/como é para si, sempre que um jovem aborda o tema da intimidade?

Relativamente à questão de como lidam/como é para os profissionais, quando um jovem aborda o tema da intimidade, dos 12 profissionais entrevistados apenas 1 não respondeu a esta questão. As respostas mais frequentes consistem em ser tranquilo conversar com eles pois a proximidade de idades facilita a comunicação, assim como é mencionado o facto de ser conversado com muita naturalidade e descontração. Referem que vêm estas conversas como um ato de confiança do jovem para com eles e aconselham de forma profissional os rapazes, sempre com a consciência de que é importante falar sobre os benefícios e as consequências de qualquer assunto.

Pergunta 4.1. E o tema da sexualidade?

Sobre a pergunta como lidam/como é para os profissionais, quando um jovem aborda o tema da sexualidade, apenas 1 dos 12 profissionais escolheu não responder a esta questão. Os restantes afirmam que para eles é com naturalidade e à vontade que lidam com esta situação, bem como o facto de já fazer parte do dia a dia. Agem de forma profissional com os jovens e valorizam a atitude, pois consideram que é a demonstração de um ato de confiança. Além disso, afirmam que a proximidade de idades facilita a comunicação e mencionam que há jovens que não gostam de falar porque não tem a sua sexualidade definida. Dizem que se sentem invadidos e expostos ao falar na vida sexual, contudo, há jovens que mostram abertura ao tema.

Pergunta 5. Na sua opinião há experiências de intimidade não corretas/indesejáveis dentro da Casa?

Quando se pergunta aos profissionais da Casa se na opinião deles há experiências de intimidade não corretas/indesejáveis dentro da Casa, 11 responderam que sim, e 1 escolheu não responder. Foi, de seguida, questionado quais seriam então essas experiências, e as respostas prendem-se com intromissão na vida pessoas dos colegas e estar presente quando estes estão a tomar banho ou a vestir-se/despir-se. Dizem haver brincadeiras impróprias entre eles e contactos entre si a nível sexual. Afirmam que os jovens passam dos limites, têm comportamentos exploratórios do corpo e, as descobertas são também vistas como indesejáveis. Há profissionais que afirmam que os mais velhos tentam acariciar os mais novos, que há jovens que tentam dar apalhões nas zonas erógenas de outros, que dão abraços e beijos rápidos na boca,

mas que também inserem o dedo no ânus do colega. A masturbação e o local onde se masturbam é considerado também uma experiência não desejável na opinião dos profissionais.

Na questão seguinte, é perguntado porque é que consideram as experiências anteriormente mencionadas não corretas, ao que os profissionais responderam que os jovens se respeitam a si mesmos nem o espaço do outro, do mesmo modo que ao interferirem nesse espaço pessoal, pode ter influência na estabilidade emocional dos colegas. Dizem que o jovem que sofrer com este tipo de comportamentos por parte de outro/s colega/s, muitas das vezes sente-se mal e é coagido pelos mesmos através de ameaças e pode incorrer em violência. As pessoas a quem estes comportamentos não desejáveis estão a ser dirigidos pode não gostar e pode causar sofrimento ao nível emocional e psíquico, pode levar a agressões, estados depressivos e pode dificultar na adaptação de novos jovens. Os jovens não têm problemas em expor-se e quando estes comportamentos são descobertos, eles ficam embaraçados e tornam-se alvos fáceis de gozo pelos colegas. Para terminar, afirmam que a falta de higiene pessoal e do espaço também é uma razão e que são comportamentos considerados como fora do normal. Há ainda quem afirme que pode ser considerado pedofilia.

Pergunta 5.1. E pode dizer-se que há experiências corretas/aceitáveis na sua opinião?

Foi questionado aos 12 profissionais entrevistados se estes consideravam que existiam experiências corretas/desejáveis, sendo que 2 profissionais escolheram não responder e os restantes 10 afirmam que sim. Quando questionados sobre quais seriam estas experiências as respostas variam entre saberem estar “no seu eu”, salvaguardando-se e realizando as descobertas na privacidade. Dizem que os jovens devem masturbar-se na casa de banho e sem ninguém a ver, tendo atenção à sua higiene pessoal e do espaço. Devem descobrir e conhecer o próprio corpo num espaço próprio para isso, respeitando sempre a privacidade do outro. É importante na opinião dos profissionais que os jovens partilhem experiências/confidências pessoais, bem como sentimentos íntimos e empatia pelos colegas, devendo também conviver com pessoas diferentes a todos os níveis. A importância da partilha e do trabalho em equipa é também mencionado. Por último as experiências entre os jovens forem consentidas, devem sê-lo de uma forma discreta e privada, da mesma forma que é afirmado que as experiências entre os jovens podem ter significados diferentes, isso depende de quem recebe/usufrui da mesma.

Pergunta 6. Alguma vez conversou com os jovens sobre comportamentos que considere incorretos, relacionados com intimidade?

Quando os profissionais são questionados sobre se alguma vez já tinham conversado com os jovens sobre comportamentos que consideram incorretos relacionados com a intimidade, em que dos 12 profissionais entrevistados apenas 2 escolheram não responder. Dos 10 que responderam a esta questão, houve 2 que afirmam não ter falado com os jovens pois dizem não ter havido oportunidade e consideram que os jovens ainda não têm consciência do erro, e por isso, mais fácil chamar à atenção/conversar sobre o assunto em grande grupo.

As razões e comportamentos que levaram os profissionais a conversar com os jovens sobre este assunto foram o facto de os jovens estarem presentes enquanto outros colegas estão a tomar banho ou a vestir/despir roupa nos quartos que não são os seus, pois consideram que eles se expõem muito perante os outros. Por conseguinte, não respeitam a privacidade e intimidade dos colegas em vários momentos como pode ser exemplo, as atividades diárias de higiene e a invasão de redes sociais dos mesmos e provocam cyberbullying. Relativamente a comportamentos mais físicos, mencionam o apalpar os colegas, os beijos entre eles na presença de mais jovens, os toques nas zonas íntimas/órgãos e de seguida dizerem que foi na brincadeira. Também o facto de dormirem dois jovens na mesma cama apenas com a roupa interior vestida, as brincadeiras invasivas e por fim, os toques impróprios. Os profissionais dizem que é necessário chamar à atenção sobre os riscos dos seus comportamentos e mencionam a importância da sua proteção deles mesmos. Consideram incorreto os jovens mais velhos terem determinado tipo de conversas (desadequadas à idade) na presença de jovens mais novos, e o facto de os mais velhos tentarem acariciar os jovens mais novos. Por último, mencionam novamente a necessidade de alertar para a higiene no momento da masturbação, a linguagem desadequada, a divulgação de sentimentos de outros colegas que lhes foram confidenciados, e por conseguinte, as tentativas de inferiorização através do gozo constante e ataques pessoais, bem como a intolerância à diferença que estes jovens demonstram.

De seguida, quando é questionado como é que os jovens reagiram à conversa, 3 profissionais não responderam, tendo obtido respostas dos restante 9. Estes afirmam que os jovens assumem o erro na maior parte das vezes e dizem que devem adotar outro comportamento. Ficam desconfortáveis e, regra geral no início da conversa adotam uma postura defensiva e resistência, porém esta postura passa a aceitação e fazem o que lhes é pedido, mas também depende da personalidade de cada rapaz. Muitas vezes dizem que não volta a acontecer, contudo os profissionais afirmam que não é uma mudança imediata de comportamento e que

pode demorar a acontecer ou nunca acontecer. Afirmam também que não reagem bem, focam as atenções noutros assuntos, reagem mal pois a conotação atribuída pelos colegas é depreciativa, e há ainda um profissional que diz que esta má reação advém de não terem a sua sexualidade definida.

Pergunta 6.1. E relacionados com a sexualidade?

No que diz respeito à pergunta se alguma vez já tinham conversado com os jovens sobre comportamentos que consideram incorretos relacionados com a sexualidade, houve 4 profissionais que escolheram não responder a esta questão. Os restantes 8 profissionais da Casa responderam, porém destes, apenas um afirma que não conversou com os jovens sobre este assunto porque considera que não existiu oportunidade para tal. Relativamente aos comportamentos que consideram incorretos, estes prendem-se com o facto de os jovens se masturbarem nos quartos com colegas presentes (debaixo dos lençóis) ou então, masturbarem-se em lugares indevidos. Dizem também que as conversas desadequadas entre eles, a exposição de imagens/vídeos desadequados, o facto de partilharem fantasias com jovens de idade inferior e sem maturidade para tal, e por fim, as conversas desajustadas cujo objetivo era provocarem os funcionários da Casa, constituem comportamentos incorretos na visão dos profissionais. São também apontados como incorretos os apalpões, os toques nas partes íntimas e a introdução do órgão sexual e de dedos no ânus dos colegas. Os profissionais afirmam que chamam à atenção dos riscos de saúde e de poderem ser alvo de gozo por parte dos colegas, assim como o facto de nunca estarem em casa sozinhos e por isso é importante que tenham isso em consideração. Além disto, os jovens quando são apanhados pelos colegas ficam envergonhados. Para concluir, é também afirmado por um profissional que são comportamentos normais para as idades.

Quando questionados sobre as reações dos jovens à conversa, os profissionais afirmam que os jovens adotam uma postura defensiva no início, constrangidos, alguns tímidos, contudo quando são chamados à atenção, assumem que os profissionais têm razão, vão aceitando a conversa e dizem que não volta a acontecer. Ao serem expostos perante os outros jovens ficam constrangidos, mas reconhecem, e ouvem com atenção o que lhes é dito e dizem que não se volta a repetir e tentam retratar-se. Os profissionais dizem ainda que os jovens reagem bem e muitas vezes são eles que vêm ao encontro para retirar dúvidas. Para concluir, dizem ser importante a relação de confiança com o profissional para abordar estes temas.

Pergunta 7. Já presenciou algum comportamento sexual indesejável por parte dos jovens?

Quando os profissionais são questionados sobre se já presenciaram algum comportamento sexual indesejável por parte dos jovens, 4 dos 12 profissionais não responderam, sendo que os restantes 4 disseram que sim e os outros 4 disseram que não.

No que diz respeito à forma como agiram perante a situação, afirmam que quando acontece colocaram fim ao comportamento, pedindo aos jovens para parar o comportamento, separarem-se e sair. Conversam sobre o assunto e quando necessário é aplicada uma medida disciplinar. Dizem que quando algo acontece, os profissionais mantêm-se mais atentos nos dias seguintes e consideram que o trabalho de equipa é muito importante para este tipo de situação não acontecer. Afirmam que chamam à atenção para o comportamento incorreto e para o facto do local não ser o correto. Alertam sobre a prevenção e explicam que estas experiências são naturais nas idades deles, porém devem ter atenção porque não sabem se o jovem com quem estão a ter esse comportamento também já não o teve com outro/a colega de forma desprotegida. Confirmam que agiram de forma natural e mencionam que não existem mantes e cobertores na sala comum, devido ao facto de no passado terem existido contactos físicos por baixo destes. Para concluir, afirmam que neste momento é necessário ter atenção ao jovem mais novo.

4.4.1. Análise Reflexiva das Entrevistas aos Profissionais

Tendo em consideração o levantamento de dados efetuado posteriormente, considerou-se mais facilitador e conveniente criar categorias para se realizar a análise reflexiva dos resultados obtidos. Esta análise vai ser elaborada tendo em consideração a observação participante ao longo do período de estágio, e o conjunto das respostas fornecidas pelos profissionais da Casa às entrevistas.

1. Intimidade

Primeiramente desenvolveu-se uma categoria denominada de “intimidade”, visto ser um dos principais temas abordados ao longo das entrevistas. Nesta categoria abordar-se-ão as considerações obtidas através das respostas e a visão da estagiária em tudo o que concerne a esta temática.

Para iniciar esta análise é importante mencionar, que do mesmo modo que os jovens adolescentes da Casa quando realizaram o questionário tiveram a oportunidade de ler a

definição do conceito de intimidade e de sexualidade, com o intuito de não confundirem, o mesmo aconteceu para os Profissionais. Foi questionado se estes saberiam a diferença e foi referido que, no caso de sentirem necessidade de rever as definições dos conceitos, esse documento lhes seria fornecido. Situação que não aconteceu, pelo menos com as definições que foram elaboradas para esse efeito, nem na presença de ninguém. Talvez devido ao facto de não terem visto essas definições é que foi possível verificar alguma dificuldade em distinguir e/ou desassociar o conceito de intimidade do conceito de sexualidade.

No que concerne a conversas sobre intimidade tidas com os jovens da Casa, é possível afirmar que quase todos os profissionais se sentem confortáveis para falar sobre este assunto com eles. Contudo, há quem considere que para isto acontecer é necessário ganhar a confiança dos rapazes e isso acontece ao longo do tempo de trabalho na própria instituição, tendo sido estes os motivos que justificaram o facto de esta conversa não ter acontecido por parte de um dos profissionais (exatamente aquele que exerce funções no espaço há menos tempo). Houve ainda um/a profissional que mencionou que esta conversa “não se ocasionou”, porém, quem disse isto foi um/a profissional que trabalha há 24 meses na Casa. Relativamente a isto, tendo em conta o período de observação e nas palavras de uma profissional, esta conversa “não se ocasionou”, pois não se sente confortável para abordar o tema da intimidade, sendo isto considerado errado. Se os profissionais não abordarem este tema com naturalidade e descontração, os jovens possivelmente também não o vão fazer, podendo desenvolver situações em que o jovem necessita de ajuda e não tem o à-vontade para conversar com os adultos responsáveis, quer seja para esclarecer dúvidas, colocar questões, ou simplesmente conversar sobre a temática. Esta disponibilidade da parte dos profissionais para conversar sobre os mais variados temas com os jovens, é crucial para um desenvolvimento informado e consciente, assim como para a sua educação e bem-estar. É essencial que estes domínios não sejam comprometidos.

No que diz respeito às relações de intimidade entre os jovens e os profissionais da Casa, podemos afirmar que são sólidas e estáveis, sendo que muitas vezes já não existe constrangimento e/ou vergonha para abordar qualquer tipo de assunto. Isto é um fator positivo e importante numa instituição, pois permite que os jovens conversem e questionem o que considerarem relevante para si, e os adultos responsáveis irão responder de forma profissional e disponível. Estas relações fortes proporcionam também a partilha de informação e experiências pessoais por parte dos jovens com os profissionais, dando abertura para que estes os eduquem da melhor forma e alertem para o que considerarem necessário e conveniente. Segue-se então a análise do modo como os profissionais abordam com os jovens este tema,

sendo essencial mencionar que o fazem de forma natural e descontraída, potencializando as conversas para a consciencialização do respeito pelo próximo e pela sua privacidade e intimidade.

Sendo os profissionais da Casa, em consonância com as pessoas significativas destes jovens, as suas figuras de referência, é essencial que lhes transmitam um bom exemplo e que procurem manter uma boa relação de intimidade com os mesmos. Esta intimidade potencializa a transmissão de conhecimentos, informação, educação e permite ajudar os jovens aprender a lidar com os seus sentimentos e emoções. Os profissionais têm presente de que nem todos os jovens são iguais e que as suas personalidades são bastantes distintas umas das outras, sabendo também que há jovens que escolhem deliberadamente não conversar sobre nada que esteja relacionado com intimidade, contudo procuram demonstrar a todos os jovens que estão disponíveis para eles e que, sempre que necessitarem eles estão presentes.

Para concluir esta categoria, é de referir que um dos profissionais da Casa mencionou que sentiu mudanças no comportamento dos jovens após o começo do estágio de observação. Relativamente a esta situação, foi possível concordar com esta mudança por parte dos jovens, uma vez que existiram diversas conversas e chamadas de atenção no que concerne a comentários desadequados e preconceituosos. Posto isto, sempre que alguém tinha um comportamento, atitude ou comentário desajustado, os jovens corrigiam de imediato o que tinham acabado de dizer, reformulando de modo a não ser maldoso e/ou preconceituoso. Não aconteceu com todos os jovens, todavia aconteceu com alguns e isso já é uma vitória, pois eles conseguiram reconhecer onde estava o erro e tentavam sempre corrigir.

2. Sexualidade

No que diz respeito a esta dimensão os profissionais mencionam a importância dos jovens em reconhecerem a sexualidade como parte integrante da vida do ser humano e como um direito seu, tendo o melhor e maior nível de conhecimento sobre o mesmo. No entanto, os profissionais não permitem que isto aconteça, uma vez que não dão espaço aos jovens para que exerçam e usufruam deste direito que lhes é adquirido. Isto acontece devido às regras, horários e rotinas da Casa, e também devido às instalações onde estão a habitar, que não proporcionam espaços onde seja possível ter privacidade. Os jovens têm de partilhar os banheiros, que são com chuveiros comuns, sem divisórias. Têm de partilhar os quartos com mais 4 colegas, não podem dormir com as portas fechadas, não podem saltar refeições, ou comer mais tarde, e tudo isto impede que os rapazes consigam viver a sua sexualidade livremente.

Relativamente ao modo como os profissionais abordam esta temática com os jovens, estes consideram que deve ser feito com naturalidade. É possível, através da observação participante, confirmar que grande parte dos profissionais conversar com os jovens de forma confortável e procura fazer com que estes se sintam bem e sem vergonha para questionar/falar o que sentirem necessidade. Procuram que o ambiente onde será tida essa conversa seja propício à mesma, tentando que seja num espaço privado sem interrupções. Todavia há novamente um/a profissional que menciona que nunca aconteceu conversar com os jovens sobre sexualidade, mas exerce funções na Casa há 2 anos, o mesmo acontece com a intimidade, denotando-se aqui um padrão. Esta profissional não se sente confortável e não é fácil para ela para conversar sobre estes assuntos, e isto pode representar um problema, uma vez que os jovens também conseguem compreender que isto causa incómodo e desconforto à pessoa em questão, aproveitando-se disso para a provocar. Os jovens conversam sobre este tema na presença do/a profissional, fazem questões propositadamente descabidas com o objetivo de a envergonhar, criam cenários onde a mesma faz parte das fantasias, entre outros, causando constrangimento e mal-estar. Porém isto deve ser ultrapassado pelo/a profissional, visto que é fulcral que se consiga abordar todos os temas com os jovens e proporcionar-lhes o máximo de conhecimento, tornando-os pessoas informadas e conscientes dos seus atos. Ainda sobre a questão das conversas dos profissionais com os jovens, é possível também verificar que são feitos juízos de valor e julgamentos sobre as conversas, comportamentos e atitudes dos mesmos. Como é de compreender esta prática não está correta, pois serve o exemplo de quando os jovens estão a falar sobre experiências sexuais que já tiveram ou que gostariam de ter, os adultos responsáveis por eles julgam e brincam com a situação, fazendo com que os jovens sintam que o que estão a dizer é desvalorizado ou que estão a brincar com eles.

Os profissionais demonstram muita preocupação no que concerne à educação sexual e a todos os conhecimentos associados a esta, tentando munir os jovens de informações fidedignas. Isto deve-se à necessidade extrema de que os jovens estejam informados, conscientes e alerta sobre o tema, por forma a viverem a sua sexualidade na íntegra, mas também para os consciencializar de que além dos benefícios, também pode haver riscos e consequências. Estes riscos são explicados aos jovens em vários momentos, para que tenham em atenção às doenças sexualmente transmissíveis e, por consequência, que compreendam a importância do preservativo. Este método contraceutivo é fornecido de forma gratuita na Casa, sendo que os jovens podem pedir quando quiserem, e além disso, há alturas em que são os profissionais da Casa a distribuí-los por todos, mesmo aqueles que dizem não ter iniciado a sua vida sexual. Fazem-no para evitar que algum jovem que não se sinta confortável em pedir, tenha relações

desprotegidas. Além da importância atribuída às doenças sexualmente transmissíveis e de todos os métodos contraceptivos existentes, os profissionais também abordam o tema da gravidez na adolescência, para que os jovens compreendam que é algo para toda a vida e que é aconselhável que se reúna um conjunto de condições por forma a criar um filho, quando se trata de jovens que estão institucionalizados, esta situação poderá ser mais problemática do que em jovens que em jovens que não vivem em instituições. É possível compreender também que os jovens rapazes conversam e questionam mais dos homens da Casa do que os elementos do sexo feminino, transmitindo a ideia de que tem mais intimidade e confiança com estes para abordar estes temas, e isso talvez se deva ao facto de serem do sexo masculino.

Para concluir, é importante referir que os jovens, por vezes, sentem preconceito por parte dos profissionais em determinados assuntos. Isto é possível de confirmar através de um exemplo que aconteceu ao longo da atividade (X – REMETER PARA ANEXO) onde os jovens criticam o facto de os profissionais gozarem como o modo de ser de determinado jovem no gabinete, e os jovens ouvirem. Além disso, presenciei por vezes situações idênticas a estas, onde os profissionais brincam num tom de gozo e fazem com que os jovens se sintam desconfortáveis, sendo que normalmente o assunto é sexualidade.

3. Reações dos Jovens após conversas sobre intimidade e sexualidade com os Profissionais da Casa

No que diz respeito a esta categoria que aborda a reação dos jovens a conversas com os profissionais da Casa sobre os temas da intimidade e sexualidade, decidi juntar-se ambos os temas, pois as respostas fornecidas nas entrevistas eram comuns aos dois.

Quando os profissionais são questionados sobre como é que correm as conversas sobre estes temas e como é que os jovens reagem, as opiniões dividem-se. Há profissionais que afirmam que corre bem e que os jovens têm muita confiança com eles para questionar qualquer assunto, bem como são várias as vezes que são os jovens a recorrer aos profissionais para conversar. Os profissionais mencionam ainda que, quando os jovens após uma conversa sobre intimidade e/ou sexualidade, tornam a vir ao seu encontro para questionar mais algumas dúvidas, é nesse momento que eles conseguem perceber que eles estiveram atentos ao que lhes foi dito e que ficaram a pensar no assunto. Todavia alertam também que é importante que os profissionais procurem conversar sobre isto várias vezes, para que os jovens se sintam confortáveis para discutir e adquirir mais conhecimentos sobre o mesmo. Isto demonstra efetivamente uma boa relação de confiança e intimidade com os adultos responsáveis, sendo

um fator bastante positivo e extremamente potencializador para uma educação com valores e informada.

Por outro lado, há profissionais que consideram que os jovens adotam uma postura muito defensiva com eles, não se permitindo a ouvir conselhos ou a explorar o tema. Afirmam que há jovens mais desafiadores que não aceitam conversas com ninguém e que há ainda jovens que têm muita vergonha para abordar e discutir estes temas. Além disto, apontam para que quando os temas são debatidos em privado com os jovens as conversas fluem de modo diferente, sendo que estes dão abertura aos profissionais para falar e aconselhar. Contudo, quando estão a abordar o tema em grande grupo, os jovens adotam uma postura diferenciada, gozando com o assunto e também com quem está a falar/participar na discussão. Isto demonstra que os jovens estão numa fase de mudança, sendo que há dias em que procuram saber e há outros em que não estão sequer disponíveis para tentar conversar sobre intimidade ou sexualidade. Nestes casos, é essencial que os profissionais respeitem a vontade dos jovens, sendo imperativo que quando estes procuram fazer troça dos temas, isso não lhes seja permitido, uma vez que são assuntos importantes e devem ser encarados com seriedade.

É importante referir que esta divisão de opiniões acontece, pois há profissionais que não se sentem confortáveis e capacitados para conversar sobre estas temáticas que, podem tornar-se delicadas, dependendo do jovem com quem se conversa. Além disto, é possível perceber também que há profissionais que não sabem, muitas das vezes, abordar estes assuntos e quando o jovem se afasta, o profissional brinca com a situação, deixando o jovem incomodado e, posteriormente, se este tiver alguma questão, já não vai sentir confiança com aquele profissional para a abordar. Ou então, o profissional dá a sua opinião, com base na sua experiência pessoal e na sua educação, podendo não ser a resposta adequada ao problema que o jovem levantou. Demonstrando que as equipas não atuam da mesma forma, podendo isto constituir um problema dentro da Casa e com os jovens, pois estes aprendem a manipular (através da troca de turnos) a quem pedem conselhos ou fazem pedidos para, por exemplo, sair do quartel para ir comprar algo. Paralelamente há ainda uma questão que é importante referir e que está relacionada ao modo de agir/atuar com os jovens, aquando destas temáticas. Os profissionais da Casa agem consoante a sua educação, valores e ideias, sendo que não existe um modo comum a todos, e por isso, são várias as vezes em que acontece uma determinada situação e a resposta dada à mesma, difere de acordo com o profissional que está a exercer funções no momento. Ou seja, isto leva a que os jovens ajam conforme o profissional que está presente no momento, jogando com estas situações, procurando nunca ser lesado. É de ter em consideração que estas situações

não acontecem apenas com as temáticas aqui abordadas, levando a pensar sobre a conjectura da equipa e a coerência e coesão da mesma.

4. Masturbação

Relativamente a esta categoria, sentiu-se a necessidade de a destacar, pois foi uma questão abordada na maioria das respostas das entrevistas. Considerou-se imperativo discutir este assunto, visto que é um dos que mais conflitos cria dentro da Casa e, indiscutivelmente, é percecionado como um dos maiores problemas a tentar ultrapassar.

Durante as várias perguntas que foram colocadas ao longo das entrevistas e observando e analisando posteriormente as respostas, é possível constatar que os profissionais demonstram uma enorme preocupação no que concerne às questões da masturbação. Alguns dos adultos responsáveis primeiramente apontam a masturbação como um comportamento indesejável por parte dos jovens, sendo que é de conhecimento geral e científico que esta prática é normal, adequada e típica da idade, transporta consigo benefícios para o jovem e para a sua saúde, e além disso, é prazerosa. Os profissionais da Casa olham para a masturbação como algo negativo e incorreto, afirmando que os jovens deveriam “dominar o seu eu”, parecendo que com isto pretendem dizer que gostariam que os jovens controlassem a sua vontade de se masturbar e esperassem pela altura, considerada por eles correta, para o fazer. As questões que se colocam em volta da masturbação prendem-se com o facto de os jovens a realizarem várias vezes no seu quarto, com os colegas presentes, e, dentro da cama, sujando os lençóis, a sua roupa e não tomando banho a seguir. Além disso, como os jovens apenas trocam de lençóis uma vez por semana, quando isso acontece eles permanecem com os lençóis sujos até ao dia da mudança, sendo que isto é um dos fatores que mais incomoda os profissionais, a falta de higiene.

Estas situações têm vindo a ser trabalhadas pelos profissionais com os jovens, porém ainda acontecem, e é normal que aconteçam, uma vez que estes rapazes partilham o quarto com mais colegas, têm de tomar banho em grupos de 3, têm horários para todas as refeições, atividades e tarefas do dia.

É deveras complicado para estes jovens terem um momento de privacidade, sem serem interrompidos e estares completamente sozinhos. Poderiam utilizar a casa de banho para esta tarefa, durante a noite, mas torna-se impossível, visto que apenas há um profissional a exercer funções nesse turno, e este tem como tarefas vigiar os quartos (que não podem ter as portas fechadas) durante a noite para se certificar de que os jovens estão efetivamente a dormir. Se algum jovem se levanta para ir à casa de banho durante a noite e demorar lá, é certo que o profissional o vai apressar porque tem as rondas para fazer e porque já passa do horário de

recolher e o rapaz deveria estar a dormir. Posto isto é insustentável para os jovens viverem a sua sexualidade sem vigilâncias e de forma livre, uma vez que são controlados em todos os momentos do dia, porque as instalações e as regras assim o impõem. Importante também referir que os jovens apresentam muitas reclamações relativamente a esta falta de espaço e privacidade, afirmando que nunca podem estar confortáveis na sua própria Casa.

Além destas questões, os profissionais também não sabem lidar quando encontram um jovem no momento da masturbação, sendo que as reações dos profissionais variam de acordo com quem se depara com o rapaz. É essencial que este tipo de situação não aconteça, devendo estar definido um modo de agir e abordar o tema quando acontece, porque muitas das vezes as reações não são as mais adequadas e cria um constrangimento e desconforto que não seria necessário. Uma outra questão relacionada com isto, é relativa ao facto de que quando isto acontece não deveria tornar-se de conhecimento geral, pois é uma situação normal do ser humano e não deveria ser julgada ou alvo de gozo por parte de ninguém.

Quando alguém encontra os jovens nesses momentos, estes ficam envergonhados e sabem que serão alvos de troça por parte dos colegas, tornando-se essencial que quando são os adultos a deparar-se com a situação, estes devem ser discretos na maneira como lidam com a questão.

Os profissionais deveriam de estar de acordo relativamente ao modo de atuar quando algo do género acontece, sendo que assim todos agiam da mesma maneira, ao invés de cada um atuar da forma que lhe parece mais acertada. Deveriam tentar manter estas situações privadas, ou em equipa, e evitar conversar sobre elas na presença de jovens. Não deveriam também brincar com as situações, com outros jovens presentes, ou mesmo com o jovem com quem aconteceu, visto que apenas vão alimentar este gozo por parte dos colegas, como vão proporcionar desconforto e incomodo ao jovem, podendo até desenvolver sentimentos de tristeza, raiva e levando a que este não confie mais nos profissionais da Casa.

5. Comportamentos/Experiências Sexuais

No que diz respeito a esta categoria considerou-se importante dividi-la em três subcategorias, com o intuito de deixar claro a visão e postura dos profissionais relativamente a este tipo de comportamentos. Além disso, é essencial que se compreenda que a postura dos profissionais analisada nesta parte, é quando estes presenciaram os comportamentos/experiências ditos indesejáveis dos jovens.

▪ Comportamentos/experiências considerados não corretos e/ou indesejáveis

Quando questionados sobre se haveria comportamentos não corretos e/ou indesejáveis dentro da Casa, os profissionais afirmam que sim e dão exemplos como lhes foi requerido na entrevista.

Os profissionais da Casa sentem e consideram que os jovens intervêm em demasia na vida pessoal dos colegas e não concordam que estes estejam presentes nos momentos dos banhos e de vestir/despir nos quartos, no caso de não serem os seus. Até poderia ser compreensível por uma questão de respeito e privacidade, porém os quartos são partilhados e os duches também. Para tornar esta prática em algo que não seja incorreto, os banhos ao invés de serem tomados com jovens aleatórios, por ordem de chegada, deveriam ser tomados com os colegas de quarto, visto serem estes os únicos a poder estar presentes nos momentos em que um jovem se está a vestir e/ou a despir. Supostamente, apenas entram no seu próprio quarto, pois não há autorização para entrar nos quartos dos colegas, todavia isso é uma prática comum e que os profissionais já não chamam à atenção. Mas talvez deveriam chamar, pois se estes jovens não são alertados para o erro que estão a cometer, eles vão continuar a fazer.

Os profissionais apontam também as brincadeiras impróprias e os contactos sexuais, sendo que quando isto acontece é evidente que fazem juízos de valor e julgamentos no que respeita a estas questões, visto que estão numa fase da idade onde há curiosidade e estas brincadeiras deveriam ser normalizadas e certamente que são realizadas com consentimento de ambas as partes. O mesmo se aplica aos contactos sexuais.

Os adultos responsáveis por estes jovens dentro da instituição consideram indesejável as descobertas do corpo e os comportamentos exploratórios, sendo que na ótica da estagiária, os jovens presentes na Casa tem idades variadas entre os 10-20 anos que é exatamente o período onde estes comportamentos de conhecimento do corpo acontecem, sendo parte integrante da puberdade e adolescência de qualquer ser humano, e é incorreto os profissionais considerarem indesejável, pois estão a atribuir-lhes uma conotação negativa, quando não é isso que eles representam.

Consideram ainda como indesejável quando os jovens mais velhos procuram acariciar os jovens mais novos da Casa, todavia seria indesejável se a intenção deste carinho fosse sexual e contra a vontade de alguma das partes. Os profissionais já olham para todas as situações com negatividade e fazem juízos de valor, por vezes errados, devido à conotação atribuída por eles a estes comportamentos. Podem apenas ser demonstrações de carinho, afeto e amizade, que seria completamente normal, pois vivem na mesma Casa e alguns jovens já se conhecem há anos. Considerando que não seria esse o caso, e os carinhos seriam com outras intenções, os

profissionais deveriam alertar o jovem que estava a realizar essa ação, explicando-lhe o porquê daquele alerta e procurando que este compreenda que à diferenças de idades grandes, que nem todos têm a mesma mentalidade e maturidade, bem como nem todos estão preparados para estas brincadeiras. Há ainda um profissional que diz que pode ser pedofilia, pois é um jovem maior de idade, com um menor. É grave isto ser dito e poder eventualmente acontecer. Assim sendo, o profissional que considera esta situação incorreta, deveria ter ido conversar com o jovem em privado, para que este compreenda a gravidade da situação, devido ao facto de haver realmente alguma diferença de idades e, e tentar compreender se este o fez/faz como demonstração de carinho e afeto ou se este jovem pode estar a desenvolver alguma patologia associada a este comportamento.

Ainda relacionado com este tema, os profissionais mencionam que é indesejável que os jovens troquem beijos entre eles na presença de outros colegas, a introdução dos órgãos sexuais e dedos em outros jovens, bem como toques em partes íntimas. Compreende-se que estes comportamentos sexuais possam ser considerados inadequados dentro da instituição, mas apenas se não forem consentidos e se forem na presença de outros colegas. Se não se der essa situação, e os jovens com quem isto está a acontecer tiverem consciência dos atos que estão a concretizar, não considero que seja indesejável. É apenas uma demonstração física de sexualidade, em adolescentes.

▪ Comportamentos/experiências considerados corretos e/ou desejáveis

Nesta subcategoria referem-se quais são os comportamentos/experiências que na visão dos profissionais se podem considerar corretos e/ou desejáveis.

Estes afirmam que é importante e desejável que os jovens partilhem experiências e confidências pessoais, sendo que para isso é necessário que os adultos responsáveis procurem criar uma relação de confiança para que isto aconteça e nem sempre isso é possível, ou desejado. Além disso, quando os profissionais brincam com assuntos dos jovens ou situações pelas quais eles já passaram, mesmo sem intenção tida como “maldosa”, os jovens podem não compreender dessa forma e escolhem afastar-se e deixam de confiar neles. É evidente que esta situação não acontece, nem com todos os profissionais, nem com todos os jovens, porém é importante ter atenção aos sentimentos das outras pessoas e ao modo como elas se sentem com as brincadeiras.

Os profissionais consideram também que é correto que os jovens realizem as suas descobertas no “seu eu”, pretendendo dizer com esta expressão que os jovens estão autorizados para realizar estas descobertas na condição de se resguardarem e

salvaguardarem a sua privacidade. Ora, pois bem, estamos perante um contrassenso. Se inicialmente era indesejável que os jovens realizassem comportamentos exploratórios, agora já é desejável que o façam, todavia, é importante que seja de forma privada. Por outro lado, como é que os jovens podem estar sozinhos e salvaguardar a sua privacidade se as instalações e toda a logística da instituição não o permitem? Segue-se mais um impasse. Os profissionais têm consciência do que deveria ser feito, na sua ótica, porém não compreendem que o espaço e a dinâmica não tornam possível fazer de o realizar e que está afastado do que eles consideram o ideal, sendo por isso urgente encontrar soluções para estas questões. É imperativo que se criem formas de providenciar momentos de privacidade aos jovens adolescentes, para que estes vivam a sua intimidade e sexualidade em pleno.

▪ Postura dos profissionais

No que diz respeito a esta categoria, considerou-se muito importante que se criasse um destaque para a postura que os profissionais adotam aquando dos temas da intimidade e da sexualidade são abordados, seja de que modo for.

Ao longo das entrevistas que os profissionais responderam foi possível identificar várias incongruências no que concerne ao modo de pensar e atuar das equipas. De notar por exemplo, quando eles referem que é um comportamento indesejável dos jovens “beijo rápidos na boca”, quando questionados sobre se já conversaram com os jovens sobre comportamentos relacionados com intimidade que considerem indesejáveis, a resposta altera para “os beijos entre eles na presença de mais jovens”, ou seja, para uns o indesejável é a troca de beijos em si, e para outros, é o facto de esta troca de beijos acontecer na presença de outros jovens. Só por este exemplo é possível compreender que as equipas pensam de formas diferentes e apontam como algo errado, situações distintas, e os jovens da Casa conseguem perceber que isto acontece. Este tipo de situações, dão origem, como se compreende, a que os jovens, através dos horários dos profissionais, consigam manipular os seus comportamentos de acordo com aquilo que eles sabem que estão ou não autorizados a fazer.

Outra questão que diz respeito aos profissionais é o facto de se preocuparem excessivamente com comportamentos sexuais entre os jovens, ou simplesmente com a possibilidade de isso acontecer. Segue-se um exemplo: um dos profissionais considera indesejável que dois jovens durmam na mesma cama, apenas com a roupa interior vestida. Este profissional considera errado este comportamento, não porque é regra da Casa que cada jovem dorme na sua cama

individual, mas sim porque os jovens dormem apenas de roupa interior aumentando a possibilidade de haver contactos sexuais entre eles.

Respeito pela privacidade constitui também uma das grandes preocupações dos profissionais, uma vez que é das reclamações mais comuns entre os rapazes. É importante que os jovens aprendam a respeitar a intimidade e a privacidade dos colegas, sendo também necessário que quando isto não acontece, os adultos responsáveis chamem os jovens à razão, e se necessário que lhes imponham uma consequência. É possível afirmar que por vezes estas invasões de privacidade acontecem e o profissional percebe, porém, para evitar conflitos e discussões desvaloriza a situação, deixando os jovens revoltados pois sentem que a sua opinião, vontade e sentimentos não são tidos em consideração. Estas invasões de privacidade podem ser no quarto, na casa de banho, no duche, ou até mesmo através de redes sociais e mensagens. É essencial que estes adolescentes compreendam a importância de respeitar o espaço do outro, para que assim também respeitem o seu. Ainda dentro desta questão, os profissionais afirmam que muitas vezes os jovens partilham informações que lhes foram confidenciais pelos colegas, e muitas vezes fazem-no na presença dos adultos responsáveis. Neste caso, deveriam ser alertados no momento em que isto acontece para o erro que estão a cometer, ao invés de não dizerem nada para não criar conflitos e discórdia. Portanto, novamente uma questão que os profissionais consideram errada, porém nem sempre procuram encontrar uma solução para que isso não se torne a repetir. O mesmo acontece quando os jovens têm conversas desajustadas e partilham imagens e vídeos desadequados na presença de jovens mais novos.

No que diz respeito a comportamentos sexuais entre jovens, quando os profissionais presenciarem algum, a postura que adotam é de mandar terminar o comportamento, separando os jovens e muitas vezes procedem à mudança de quartos, caso sejam jovens que partilhem o mesmo. Conversam com eles sobre o sucedido, explicando-lhes que não pode acontecer e caso sintam necessidade, podem aplicar uma medida disciplinar, revelando o nível de rigidez com que estes assuntos são tratados, tanto para assuntos relacionados com intimidade e sexualidade, como para outros assuntos da Casa. Além disto, quando existem comportamentos sexuais entre jovens os profissionais explicam que nos dias seguintes a esse comportamento estão mais atentos aos jovens para que não se repita. Denota-se também que existe uma grande preocupação no que diz respeito à saúde sexual dos jovens, sendo dos temas mais conversados na Casa. Portanto, sempre que acontece algum comportamento sexual, os jovens são alertados para os riscos que podem incorrer desse comportamento, como para o facto de este ter de ser consentido por ambas as partes. Alertam também para a importância do uso do preservativo,

pois mencionam que os jovens podem não ter conhecimento do passado do outro jovem, não sabendo se este pode, ou não, ter alguma infecção e/ou doença sexualmente transmissível. O mesmo acontece para jovens que não vivem na instituição.

Relativamente a relacionamentos amorosos, os jovens estão autorizados a ter namoradas e estas podem visitar a sua casa (onde vivem permanentemente, e não onde estavam a habitar ao longo do período de estágio) e são livres, desde que com autorização, a ir ter com elas. Porém quando questionados sobre se os jovens poderiam ter um relacionamento amoroso com um colega da instituição, a resposta foi negativa. Mais uma vez se repara a rigidez no que concerne a comportamentos amorosos entre jovens, mesmo que estes sejam assumidos e consentidos por ambas as partes. De notar que, as namoradas não podem ir aos quartos dos jovens, do mesmo modo que não deveria ser autorizado no caso de haver um casal de namorados dentro da Casa, porém, foi mencionado que demonstrações de carinho não seriam permitidas. Caso quisessem manter uma relação teriam de arranjar tempo para estarem juntos, por exemplo na escola.

No que diz respeito à intolerância à diferença para com o outro, estes jovens demonstram pouca abertura para compreender a posição de outras pessoas, assim como a sua etnia e orientação sexual. Demonstram este preconceito várias vezes ao longo do dia e na presença de profissionais, que deveriam de imediato corrigi-los e educá-los, todavia muitas das vezes a postura que adotam é ignorar o que foi dito, mencionando ainda que “não vale a pena”. Isto representa um dos maiores problemas da Casa, visto que são jovens muito novos a ter comportamentos de racismo e preconceito, onde não são alertados para o erro que estão a cometer, fazendo-o já de forma natural. Isto pode desenvolver problemas no futuro e vai contra os valores que os profissionais apelam que querem incutir-lhes. Estas situações aconteceram diversas vezes na presença da estagiária e, muitas foram as vezes que os profissionais escolheram não se intrometer e chamar à atenção para o teor das conversas discriminatórias que estavam a ser tidas naquele momento.

Para concluir, há um profissional que afirma que este tipo de comportamentos entre os jovens, são normais da idade. Não poderia estar mais de acordo com esta afirmação, uma vez que é algo que vem a ser discutido ao longo dos tempos e o período da adolescência é conturbado e cheio de curiosidades relativamente a vários temas, não sendo exceção a intimidade e a sexualidade.

5. Reflexões Finais e Conclusivas

Para terminar este trabalho é importante realizar uma avaliação global do estágio, bem como fazer algumas propostas e recomendações para intervenções futuras. Ao longo deste ponto irá ser feita referência aos pontos positivos e aos aspetos a melhorar na ótica da estagiária, tendo em consideração todo o tempo de estágio, bem como todas as intervenções realizadas ao longo do mesmo.

Relativamente a **aspetos positivos** diretamente relacionados com o trabalho das equipas de profissionais da Casa, é possível identificar a entreaajuda e disponibilidade demonstrada para levar a bom porto este relatório, visto que após apresentado o tema, este foi encarado de forma positiva e encorajadora, pois não é um assunto muito explorado. Os profissionais afirmam que deveria haver formações na área da sexualidade para que os próprios soubessem como trabalhar o tema com os jovens, assim como, saber agir em situações relacionadas, de forma problemática ou não, com a sexualidade.

A preocupação com os jovens da Casa é outro aspeto positivo, pois é notório que os adultos responsáveis pretendem passar valores que se entendem como positivos aos jovens, educando-os e auxiliando-os nas mais diversas situações. As ligações afetivas e relações de intimidade são facilmente identificáveis assim como o espírito de união que existe dentro e fora das instalações. Estes fatores potencializam uma boa educação e a vivência plena da adolescência, pois os jovens têm realmente atenção e consideração pelos conselhos que lhes são transmitidos, permitindo assim que estes não cometam erros que possam trazer consequências para o futuro de cada um.

Os jovens recorrem com frequência aos profissionais para conversar sobre vários assuntos, seja a nível pessoal, escolar, familiar ou ligado a relações amorosas. As equipas demonstram grande abertura para que isto aconteça e procuram manter os jovens confortáveis para que estes, sempre que sintam necessidade, os abordem novamente. As relações entre jovens e profissionais são de tal forma fortes e profundas, que é evidente que há jovens que olham para estes adultos como família biológica e preocupam-se genuinamente com eles.

No que diz respeito aos jovens, é importante referir que foi possível observar mudanças de atitude desde o dia em que iniciei o estágio, até ao momento final. Os jovens teciam vários comentários preconceituosos e desajustados, sem qualquer tipo de pudor, ou consciência da gravidade do que estavam a dizer. Ao longo do estágio estes comportamentos foram sendo

trabalhados aos poucos, através de atividades, de conversas, de troca de ideias, por forma a expandir os seus horizontes e mentalidades, com mais incidência nas matérias da orientação sexual e do racismo. Foi sendo notória a preocupação dos jovens quando estes assuntos eram abordados em conversas entre eles, ou mesmo comigo, sendo que procuravam encontrar outros objetivos e formas diferentes de dizer das anteriormente utilizadas, e pelas quais foram alertados. Sempre que alguém fazia um comentário desadequado, ou quando eram preconceituosos com algum colega, a reação dos jovens era olhar imediatamente em volta, para perceber se eu estava a ouvir, e caso estivesse corrigiam a frase, implementando outras palavras por forma a não serem tão ofensivos e/ou preconceituosos. Esta preocupação confirma que os jovens se tornaram mais conscientes das suas palavras, pois começaram a compreender de outra forma o impacto que as palavras e atitudes podem ter noutras pessoas. Todo o trabalho desenvolvido com os jovens ao longo do período de estágio surtiu algum efeito, pelo menos na minha presença, tendo sido bastante gratificante e significativo para mim.

Além disto, foi sentida uma mudança de atitude no que concerne à participação nas atividades propostas pela estagiária. Inicialmente a primeira reação era de recusa imediata, contudo, alguns jovens acabavam por compreender que era importante para mim que eles participassem e então eles faziam-no. A certo ponto do estágio os jovens já aderiam com outro ânimo e, durante as atividades, eram bastante ativos e faziam imensas questões. Isto demonstrou que criámos uma relação de confiança e que o tema também os cativou.

Como seria de esperar, nem tudo é positivo e, é exatamente aquilo que não funciona da melhor forma que faz com que haja transformação e mudança. É importante realçar também os aspetos a melhorar, na minha visão, tanto relacionados com os profissionais como com os jovens da Casa.

No que concerne aos **pontos negativos** relativos aos profissionais, parece-me importante começar pelo que considere mais grave. É notório que há profissionais da Casa que ainda têm uma postura discriminatória e preconceituosa no que diz respeito à orientação sexual, tendo sido possível ouvir comentários desajustados por parte dos mesmos, assim como os jovens também já assistiram a algumas situações tendo demonstrado, posteriormente, o seu desagrado. É muito importante que isto não aconteça dentro de uma instituição de acolhimento residencial, uma vez que, segundo alguns profissionais, são estes que educam e transmitem valores e conhecimentos aos jovens, assim como se consideram figuras de referência para estes. Ao acontecerem situações similares a estas, o exemplo, a educação e todo o trabalho realizado com

os jovens, não está a ser o correto, levando por vezes a que estes se sintam mal e incomodados na Casa onde habitam.

Há também, por vezes, uma postura de julgamento no que concerne a atitudes por parte dos jovens, que os profissionais considerem desajustadas. Normalmente estas atitudes estão relacionadas com troca de afetos, que são encaradas como algo errado e, os jovens, sofrem de juízos de valor, sem fundamento, por parte dos profissionais. É essencial que os jovens, independentemente da orientação sexual, se sintam bem e confortáveis dentro da Casa, sem sofrerem de qualquer tipo de preconceito ou ideias pré-concebidas por parte dos adultos responsáveis por eles. Para concluir este ponto, é de referir também, que foi possível compreender que os profissionais têm dificuldades em gerir as questões da masturbação. Quer-se com isto dizer que, independentemente de afirmarem que lidam de forma natural com a situação, quando algo acontece, os profissionais adotam uma postura de controlo, dizendo que os jovens não o podem fazer e julgam o facto de isto acontecer, não tentando por vezes, compreender o porquê de acontecer de determinada forma. Segue-se um exemplo: quando os jovens se masturbam durante a noite na presença de outros colegas, porque o quarto é partilhado, os profissionais não concordam que isto aconteça, porém é necessário perceber que não há margem para que os jovens o façam de outra forma, porque nunca conseguem ter um momento de privacidade. Caso queiram ir à casa de banho durante a noite, a pessoa que está a fazer o turno, como tem de supervisionar os quartos, pede aos jovens que não demorem, pois estes têm horário de recolher e está apenas um profissional a trabalhar, deixando assim as rondas pelos quartos em suspenso.

Um outro aspeto negativo, é o facto de ser evidente a diferença no modo de atuar dos profissionais, nas mais diversas situações com os jovens. É importante que se trabalhe a coerência e coesão entre as equipas, pois os jovens conseguem facilmente compreender e manipular os profissionais, uma vez que já os conhecem e sabem como atingir os seus objetivos. Como por exemplo, um jovem que está de castigo quer sair da Casa para ir ao supermercado comprar gomas, o profissional que lhe aplicou o castigo não o deixa, mas quando troca de turno, caso não transmita essa informação ao turno que entrou ao serviço, o rapaz vai pedir a um membro que acabou de iniciar o trabalho para ir, e este vai permitir, pois não tem conhecimento do que aconteceu anteriormente. Como os jovens sabem que, por vezes, estas situações acontecem, procuram sempre pedir a todos os profissionais que estão a trabalhar e se houver algum que não saiba, o jovem vai conseguir fazer o que pretende e manipular a equipa.

No que diz respeito a pontos negativos relacionados com os jovens da Casa, é possível afirmar que estes, muitas vezes, têm conversas desajustadas com a intenção de provocar os profissionais que estão presentes, e utilizam os temas que são mais discutidos e trabalhados com o objetivo de criar reações. Estes comportamentos dificultam a aproximação e consciencialização para a importância da aceitação do outro, e tornaram mais desafiante o presente trabalho, pois foi necessário transformar um assunto que eles utilizavam para provocação, num tema de atividades e discussões produtivas.

Os jovens tiveram algumas dificuldades em compreender e aceitar os temas a trabalhar com eles ao longo do tempo de estágio, e como consequência disso, inicialmente muitos jovens não queriam participar nas atividades, nas conversas, não se davam a conhecer e não permitiam abordagens da minha parte sobre estas temáticas com eles. Foi desafiante trabalhar com os jovens as questões da intimidade e da sexualidade, porém a pouca abertura que eles davam para que isso fosse possível, bem como as atitudes de gozo por parte dos jovens relativamente ao teor das conversas foi um aspeto negativo, pois não tinham consideração, nem pelo tema, nem pelo meu trabalho como estagiária.

Seguem-se agora algumas **limitações** encontradas ao longo deste tempo de estágio com a **proposta de melhoria** para um futuro mais informado no que concerne a estas temáticas, a intimidade e a sexualidade.

Aquando do término do período de estágio não foi possível confirmar se o trabalho realizado ao longo deste tempo teve impacto na vida dos jovens que vivem na instituição. Tendo então por base esta afirmação propõem-se que se realizem no futuro novos estudos e trabalhos no âmbito da intimidade e sexualidade em instituições de crianças e jovens, no sentido de promover melhor qualidade de vida e um desenvolvimento mais consciente no que respeita a assuntos relativos a estas temáticas. É urgente que se desenvolvam formações acerca das matérias de intimidade e sexualidade para os profissionais que trabalham com crianças e jovens, não só em instituições de acolhimento residencial, mas noutras também. É necessário que todos os profissionais compreendam e saibam trabalhar estes temas, assim como, é importantíssimo que as equipas ajam com coerência e, que possuam todas as informações pertinentes para auxiliar tanto na resolução de conflitos, como também na formação e educação destes jovens. Estas formações deveriam existir de forma obrigatória para todos os profissionais que trabalham com estes jovens, uma vez que foi uma das maiores limitações encontradas ao longo do estágio. Cada profissional age da forma que considera correta, sendo que não é igual para

todos. Além disso, há profissionais que não se sentem confortáveis para abordar estes temas, e até outros, como o racismo, sendo urgente que esta situação se altere. É importante também trabalhar as questões do preconceito e o modo como são conversados estes temas dentro destas instituições, seja na presença de jovens ou não.

Além das limitações acima referidas, é essencial que se aborde a questão das instalações e dos horários estabelecidos dentro da instituição onde o estágio foi realizado. No que concerne a instalações, é imperativo que os jovens tenham direito à sua privacidade, e quando os quartos são partilhados, do mesmo modo que os banhos, esta privacidade deixa de ser possível. Na Casa onde habitam permanentemente, o máximo de jovens por quarto são dois, contudo os banhos são separados por cortinas, que facilmente se danificam e os jovens conseguem mexer. Deste modo, os jovens não têm possibilidade de ter privacidade, mesmo que queiram. No que diz respeito aos horários, como os jovens estavam a viver temporariamente num quartel militar, foram estipuladas várias rotinas e horários que não davam oportunidade aos jovens de, por exemplo, ficarem a ler um livro quando voltassem da escola ou das atividades extracurriculares. Caso alguém não cumprisse com os horários de refeição estipulados pelo quartel, os jovens perderiam o direito à refeição. É de ressaltar que nunca nenhum jovem ficou sem comer por ter falhado com o horário, sempre que isso acontecia os profissionais certificavam-se que o jovem fazia alguma refeição, mesmo que fosse mais leve. Além disso, com os horários tão preenchidos e com tão pouca flexibilidade para alterar rotinas, estes jovens acabavam por não ter espaço nem tempo para eles, e além disso, como todos fazem tudo ao mesmo tempo, nunca havia a possibilidade de ter um momento de privacidade e tranquilidade no quarto, por exemplo.

Para finalizar, além dos aspetos relacionados diretamente com o trabalho exercido, tanto com os profissionais, como com os jovens, considero importante mencionar alguns dos **obstáculos encontrados como estagiária**, aquando da realização do estágio de observação.

Inicialmente, o estabelecimento de contactos foi algo conturbado, pois, após ter decidido o local onde pretendia exercer o meu estágio de observação, até ao momento do início do estágio seguiram-se vários meses, com tentativas de contactos. Mesmo após a reunião onde ficou confirmada a autorização para iniciar, passaram dois meses até poder começar. Toda este tempo de espera e, a situação da pandemia, dificultou muito o processo do estágio, pois a expectativa em começar era enorme e depois houve uma quebra de dois meses devido ao Covid-19 que impediu várias atividades que já tinham sido anteriormente aceites e elaboradas.

Após o início do estágio, a questão de a minha idade ser próxima da dos jovens mais velhos, tinha sido algo discutido em reunião, e realmente foi desafiante fazer o balanço da confiança que poderia dar, para que os jovens compreendessem que eu estava ali a realizar um trabalho, que era estagiária e que tinham de me encarar e respeitar como tal. Quando expliquei o tema que ia ser trabalhado ao longo do tempo que iria estar com eles, ainda mais desafiante foi, pois eles consideraram-me intrusiva e não percebiam o porquê das minhas conversas, atividades e perguntas.

Durante o tempo em que estive na instituição, realizei várias atividades com os jovens relacionadas com o meu trabalho, porém também tive de realizar e participar em várias que nada tinha que ver com o tema a trabalhar, tendo sido difícil procurar adaptar, muitas das vezes, para de certa forma conseguir abordar na mesma as temáticas que seriam do meu interesse, ou, por outro lado, procurar aproveitar o tempo em que estava com eles a fazer outras dinâmicas para criar confiança e batalhar nos objetivos a que me tinha proposto. Por vezes era requerido que realizasse ou que auxiliasse em tarefas que nada tinham que ver com o tema e com o trabalho que pretendia desenvolver, deixando para segundo plano a intenção principal do estágio de observação.

Em jeito de **conclusão** é importante mencionar o quanto foi importante esta experiência de estágio, tanto a nível profissional como pessoal. Cresci muito durante estes meses e adquiri conhecimentos importantes para o futuro como assistente social. Compreendi o papel do assistente social dentro de uma instituição de acolhimento residencial e como a sua função é essencial para que o seu bem-estar, a todos os níveis, esteja garantido. Pude observar e aprender a colocar em prática todos os conhecimentos teóricos adquiridos ao longo de anos de formação académica e, realizei vários procedimentos previamente estudados. O/a assistente social é uma peça fundamental numa estrutura tão imponente como uma casa de acolhimento residencial e, é urgente que se valorize mais o papel que este/a desempenha, uma vez que sem o seu trabalho bem executado, as crianças e jovens institucionalizadas não encontram resposta a muitas das suas necessidades.

Foi possível também conhecer e compreender um pouco daquilo que estes jovens sentem e vivem dentro destas instituições. Todos os processos pelos quais têm de passar até chegarem ali e, toda a integração, adaptação e conhecimento de novos colegas e novos profissionais, é realmente um momento conturbado para grande parte destes jovens. Ter de viver em comunidade com outros jovens é desafiante. Ter de cumprir novas regras e rotinas, que estão já

previamente implementadas, e criar novos hábitos em novos locais, é algo relativamente ao qual os jovens sentem alguma dificuldade. Porém, alguns têm consciência de que é o melhor para eles e sentem que a instituição é o lugar onde devem estar, se quiserem um futuro melhor, tendo em consideração o seu histórico familiar.

Posso afirmar que foram meses turbulentos, mas foi muito gratificante conseguir ver os resultados no fim do período de estágio, e ver que talvez tenha deixado uma marcas naqueles jovens. As mudanças deles foi o que me deu alento ao longo destes meses e de todos os obstáculos encontrados no caminho. Contudo, compreender que, de certa forma, ajudei a torná-los jovens mais conscientes, responsáveis e conhecedores das realidades, foi o mais importante para mim. Terminei o estágio com o sentimento de dever cumprido.

Referências Bibliográficas

- Alves, S. N. (2007). *Filhos da Madrugada-Percursos adolescentes em Lares de Infância e Juventude*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa.
- Anastácio, Z. (2018). *Educar para a sexualidade saudável: quem e que contributos?* Universidade do Minho - IE - CIFPEC.
- Anastácio, Z., & Lopes, G. (2017). Educação para a Sexualidade Saudável em Contexto Institucional. In *Investigação na formação e práticas docentes na educação em sexualidade: Contributos para a igualdade de género, saúde e sustentabilidade* (1º ed., pp. 235-247). Teresa Vilaça, Célia Rossi, Cláudia Ribeiro, Paula Ribeiro.
- Andrêo, C., Peres, W., Tokuda, A., & Souza, L. (2016). Homofobia na construção das masculinidades hegemônicas: queerizando as hierarquias entre gêneros. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 16(1), 46-67.
- Balão, T. (2012). *Intimidade e Satisfação na Conjugalidade* (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Bandeira, G., & Seffner, F. (2013). Futebol, Gênero, Masculinidade e Homofobia: um jogo dentro de jogo. *Espaço Plural*, Ano XIV (29), 246-270.
- Barbosa, A. (2012). *A Relação e a Comunicação Interpessoais entre o Supervisor Pedagógico e o Aluno Estagiário* [Dissertação de Mestrado]. Escola Superior de Educação João de Deus.
- Cardoso, D. (2014). *Sexualidade, género e saúde: um Projeto com Adolescentes Institucionalizadas* [Dissertação de Mestrado]. Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Coimbra.
- Carneiro, N., & Menezes, I. (2004). I. Paisagens, Caminhos e Pedras: moldura metafórica para a vivência homossexual. *Indisciplinar a teoria – estudos gays, lésbicos e queer*, 119-141.
- Carvalho, C., Silva, E., Souza, S., & Salgado, R. (2012). Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. *Psicologia Clínica*, 24(1), 69-88.
- CASA. (2016). *CASA 2016 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens*. Lisboa: Instituto da Segurança Social.
- Castro, T. (2015). *Intimidade, Regulação Emocional e Conflito nas Relações Amorosas* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Porto.
- Cechinel, A., Fontana, S., Giustina, K., Pereira, A., & Prado, S. (2016). Estudo/Análise Documental: Uma Revisão Teórica e Metodológica. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação - Unesc - Criar Educação*, 5(1).
- Código de Ética e Conduta da Fundação, (2015).

- Colorado, A. (2018). *Desenvolvimento de Competências Pessoais e Sociais com Crianças em Acolhimento Residencial. Um projeto de Intervenção* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Lisboa.
- Costa, M. E. (2005). *À procura da intimidade*. Porto: Asa Editores.
- Costa, C., Machado, M., & Wagner, M. (2015). Percepções do Homossexual Masculino: Sociedade, Família e Amizades. *Temas em Psicologia*, 23(3), 777-788.
- Eisenstein. (2005). Adolescência: definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*, 2(2).
- Ferreira, T. (2013). *Crianças e jovens institucionalizados: representações e expectativas em relação à família biológica* [Dissertação de Mestrado]. Universidade do Minho.
- Fialho, J., Silva, C., & Saragoça, J. (2015). *Diagnóstico Social. Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Edições Sílabo.
- Gaspar, R. (2020). *O Educador Social na perspetiva dos jovens acolhidos em Lar de Infância e Juventude - O estudo de caso do Colégio D. Dinis – Internato Masculino de Leiria* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Leiria.
- Gouveia, P. (2008). *Um olhar sobre o comportamento sexual e a virgindade na adolescência em Portugal: Estudo comparativo* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Lima, V. (2013). *Bullying e Sexualidade* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Candido Mendes.
- Loch, J. (2003). Confidencialidade: natureza, características e limitações no contexto da relação clínica. *Bioética*, 11(1), 51-64.
- Lopes B. (2012). *Um olhar sobre as relações amorosas: satisfação conjugal, intimidade e satisfação sexual* (Dissertação de Mestrado). Instituto Universitário Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida (ISPA).
- Manual de Boas Práticas - Um guia para o acolhimento residencial das crianças e jovens*. (n.d.). Instituto da Segurança Social, I.P. http://www.seg-social.pt/documents/10152/14707/acolhimento_residencial_crianças_jovens/40a9198f-3ce5-44b3-b98a-b1ccdd8bf1c8
- Marinho, S., & Anastácio, Z. (2018). *Identificar as Concepções e Desenvolver Competências para a Educação Sexual e a Sexualidade Saudável no Ensino Básico*. CIEC - Instituto de Educação - Universidade do Minho, Braga, Portugal.
- Marques, A. (2012). *Atitudes dos adolescentes face à sexualidade: algumas variáveis intervenientes* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Viseu.
- Marques, D. (2019). *Estudo da Vinculação em crianças institucionalizadas* [Dissertação de Mestrado]. Escola Superior de Educação de Lisboa.
- Marola, C., Sanches, C., & Cardoso, L. (2011). Formação de conceitos em sexualidade na adolescência e suas influências. *Psic. da Ed*, 33, 95-118.

- Minayo, M., & Costa, A. (2018). Fundamentos Teóricos das Técnicas de Investigação Qualitativa. *Revista Lusófona de Educação*, 40, 139-153.
- Morin, S. (1977). Heterosexual bias in psychological research on lesbianism and male homosexuality. *American Psychologist* (agosto), 629-637.
- Mota, C., & Matos, P. (2008). Adolescência e Institucionalização numa Perspetiva de Vinculação. *Psicologia & Sociedade*, 20(3), 367-377.
- Moura, E., & Medeiros, C. (2014). Desafiando a Heteronormatividade: Interpretações sobre Manifestações das Organizações a Favor da Diversidade Sexual. *XVII SEMEAD - Seminários em Administração*.
- Nascimento, M. (2010). LADRÃO SIM, BICHA NUNCA! Práticas homofóbicas entre adolescentes masculinos em uma instituição socioeducativa brasileira. *Educação, Sociedade & Culturas*, 31, 67-81.
- Nery, M. P., Costa, L. F. & Conceição, M. I. (2006). O sociodrama como método de pesquisa qualitativa. *Paidéia*, 16(35): 305-313. Retirado de <https://www.scielo.br/pdf/paideia/v16n35/v16n35a02>
- Neto, H., & Saraiva, L. (2018). Masculinidades, Trabalho e Reprodução de Preconceitos: Um estudo com trabalhadores gays, lésbicas e bissexuais. *Revista de Administração IMED, Passo Fundo*, 8(1), 191-215.
- Neves, D. (2016). Normas Face ao Género e à Diversidade Sexual - Mudanças inacabadas nos discursos juvenis. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 82, 89-102
- Oliveira, J., & Venancio, M. (2017). *Orientação Sexual na Escola Vereador Cândido Lopes de Oliveira*. Paragominas.
- Organização Mundial da Saúde. Sexual and Reproductive Health. WHO, 2006. <https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research/key-areas-of-work/sexual-health/defining-sexual-health>
- Peixoto, P. (2017). Ética e regulação da pesquisa nas Ciências Sociais na sociedade do consentimento. *Educação (Porto Alegre)*, 40(2), 150-159.
- Penna, H., Rodrigues, R., Ribeiro, L., Paes, M., & Guedes, C. (2015). Sexualidade das adolescentes em situação de acolhimento: contexto de vulnerabilidade para DST. *Revista Enfermagem UERJ*, 23(4), 507-512.
- Pontes, A., & Ribeiro, J. (2015). Educação Sexual em Portugal. *Promoção da Saúde: Conceitos e Experiências em Programas de Educação Sexual em Portugal*, 2, 6-9.
- Pinto, J. (2013). *Intervenção sobre os Comportamentos Sexuais Problemáticos de Crianças, direcionada aos Técnicos do Contexto Institucional* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Universitário de Lisboa.
- Quintãs, C. (2009). *Era uma vez a Instituição onde eu cresci: Narrativas de adultos sobre experiências de institucionalização* (Tese de Dissertação de Mestrado). Universidade do Minho - Instituto de Educação e Psicologia.

- Ramiro, L. (2013). *A educação sexual na mudança de conhecimentos, atitudes e comportamentos sexuais dos adolescentes* [Dissertação de Doutoramento]. Universidade Técnica de Lisboa.
- Rede ex aequo. (2015). *Sermos Nós Própri@s*.
- Regulamento Interno, (2014).
- Silva, A. (2015). *Sexualidade (des) Institucionalizada? A Sexualidade das Moradoras e dos Moradores dos Serviços Residenciais Terapêuticos nos Discursos das suas Profissionais* [Dissertação de Mestrado]. Universidade Federal de Pernambuco.
- Silva, D., Alves, M., Souza, T., & Duarte, A. (2013). Sexualidade na Adolescência: Relato de Experiência. *Revista de Enfermagem Online*, 7(1), 820-823.
- Silva, S. (2017). *Bagagens traumáticas: O papel das experiências adversas precoces no desejo sexual e na intimidade* [Dissertação de Mestrado]. Universidade de Lisboa - Faculdade de Psicologia.
- Sousa, A. (2013). *Intimidade e Sexualidade: Um estudo qualitativo com mulheres idosas* [Dissertação de Mestrado]. Instituto Politécnico de Viana do Castelo.
- Souza, J., Kantorski, L., & Luis, M. (2011). Análise Documental e Observação Participante na Pesquisa em Saúde Mental. *Revista Baiana de Enfermagem*, 5(2), 221-228.
- Taquette, S., & Rodrigues, A. (2015). Experiência homossexuais de adolescentes: considerações para o atendimento em saúde. *Interface - comunicação saúde educação*, 19(55), 1181-91.
- Taquette, S., Vilhena, M., Santos, Ú., & Barros, M. (2005). Relatos de experiência homossexual em adolescentes masculinos. *Ciências & Saúde Coletiva*, 10(2), 399-407.
- Vasconcelos, A., Monteiro, R., Facundes, V., Trajano, M., & Gontijo, D. (2016). Eu virei homem!: a construção das masculinidades para adolescentes participantes de um projeto de promoção de saúde sexual e reprodutiva. *Saúde Soc*, 25(1), 186-197.

Legislação

- Lei n.º 147/99 de 1 de setembro. Diário da República nº 204/99 – I Série A. Lisboa: Assembleia da República. Retirado de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/web/guest/legislacao-consolidada/-/lc/107065775/201705230200/73427701/element/diploma#73427701>
- Lei n.º 142/15 de 8 de setembro. Diário da República nº 175/15 – I Série. Lisboa: Assembleia da República. Retirado de Diário da República Eletrónico: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/70215246/details/normal?q=142%2F2015>

Anexo (s)

Anexo 1 - Atividade nº1: Workshop “Cheirinho de Amor”

Dia: 12/02/2020					
Rotina: Os jovens entram na sala comum e sentam-se nos respectivos lugares.					
<u>Objetivo geral:</u>					
- Realizar sabonetes de cheiro;					
- Desconstruir conceitos homofóbicos.					
Objetivos específicos	Descrição da atividade	Tempo (min)	Recursos	Indicadores de avaliação	Instrumentos de avaliação
1. Produzir sabonetes; 2. Compreender e interpretar as reações adversas relativas à proposta de atividade; 3. Cooperar com os colegas;	A estagiária reúne os jovens na sala comum. Procede à explicação da atividade enaltecendo os objetivos a desenvolver durante a mesma, assim como o propósito na escolha da produção dos sabonetes. É iniciada uma breve discussão acerca das concepções e preconceitos existentes perante a proposta de atividade, recorrendo a perguntas feitas pela estagiária (“Porque é que não queriam fazer a atividade por esta envolver sabonetes?”; “Porque é	10 20	- Sabonetes; - Ralador; - Chaleira; - Taça; - Colher de pau; - Sacos de organza; - Formas de silicone; - Purpurinas;	1. Produz sabonetes; 2. Compreende e interpreta as reações adversas relativas à proposta de atividade; 3. Coopera com os colegas;	Notas de campo através da observação.

<p>4. Desenvolver a entreajuda;</p> <p>5. Respeitar a Estagiária e os colegas;</p> <p>5.1. Respeitar os momentos de intervenção dos colegas;</p> <p>5.2. Respeitar as opiniões dos colegas;</p> <p>5.3. Respeitar os momentos de intervenção da Estagiária;</p> <p>5.4. Intervir de forma oportuna.</p>	<p>que associam os sabonetes à homossexualidade?”, entre outras).</p> <p>Após a breve discussão de ideias, seguiu-se a consciencialização para a importância da reciclagem, nomeadamente a dos sabonetes antigos existentes na Casa e formas sustentáveis de reutilizar produtos e materiais.</p> <p>(A mesa encontra-se previamente preparada para os jovens realizarem a atividade com mais autonomia.)</p> <p>Dá-se início ao processo de realização dos sabonetes sempre com a orientação da estagiária.</p> <p>1.º passo: ralam-se os sabonetes antigos;</p> <p>2.º passo: coloca-se água a ferver na chaleira;</p> <p>3.º passo: colocam-se as rapas de sabonete em taças e derretem-se as mesmas colocando a água fervida nas raspas;</p> <p>4.º passo: vai-se mexendo lentamente a mistura criada até formar uma massa com a consistência desejada e homogénea;</p> <p>5.º passo: deitar a mistura nas formas de silicone;</p> <p>6.º passo: decorar com purpurinas a gosto;</p>	<p>10</p> <p>40</p>	<p>- Cartão com mensagem;</p> <p>- Molas de madeira.</p>	<p>4. Desenvolve a entreajuda;</p> <p>5. Respeita a Estagiária e os colegas;</p> <p>5.1. Respeita os momentos de intervenção dos colegas;</p> <p>5.2. Respeita as opiniões dos colegas;</p> <p>5.3. Respeita os momentos de intervenção da Estagiária;</p> <p>5.4. Intervém de forma oportuna.</p>	
---	--	-----------------------------------	--	--	--

	<p>7.º passo: deixar arrefecer em área arejada.</p> <p>8.º passo: desenformar os sabonetes e colocá-los nos seus respetivos sacos de organza.</p> <p>9.º passo: aplicar, com a mola de madeira, o cartão de mensagem.</p> <p>Dá-se por concluída a atividade com uma breve conversa acerca da importância da demonstração de sentimentos pelas pessoas que nos são queridas e sobre o facto de o dia de S. Valentim valorizar o amor nas suas diferentes formas.</p>	20			
<p>Notas de observação: Aquando pensada e planeada esta atividade, foi conversado com os jovens sobre a mesma, no sentido de compreender a receptividade deles à mesma. Os jovens demonstraram algum desagrado e desdém acerca da dinâmica e proferiram comentários inapropriados e preconceituosos, tais como, passando a citar “quem não vai apanhar o sabonete sou eu”, e, “essas coisas de sabonetes não são para mim, são para os gays”. Após algumas conversas e chamadas de atenção devido aos comentários que teceram, quase todos os jovens acabaram por se inscrever na atividade, visto que foi planeada para um dia de greve (12 de fevereiro de 2020), não havendo aulas.</p> <p>No dia da atividade, organizei tudo previamente, para que quando os jovens chegassem já estivesse tudo pronto a iniciar. Chegada a hora do início da dinâmica, estavam apenas três jovens na Casa. Esperámos um pouco pelos restantes, mas como ninguém apareceu fizemos com os que estavam presentes. Posteriormente chegou mais um jovem e juntou-se ao grupo, sendo este o mais novo da Casa.</p> <p>No geral a atividade correu bem e de acordo com o planeado. Os jovens abstiveram-se de comentários desagradáveis e/ou preconceituosos durante toda a atividade, e conversámos sobre o preconceito e o efeito que este pode exercer nas outras pessoas. Além disso, percebi que o espírito de equipa e a entajuda estiveram bastante presentes, em especial com o jovem mais novo.</p>					

No final da tarde, os restantes jovens inscritos chegaram a casa e dirigiram-se a mim para pedirem desculpas por terem falhado com o compromisso, e explicaram que ficaram com os amigos a aproveitar a tarde. Prometeram que não voltaria a acontecer.

O produto final da atividade foi distribuído por todos os jovens da Casa, para eles oferecerem a quem quisessem. Contudo, aos que não participaram foi-lhes também explicado o porquê da atividade e o que significa o conceito de “compromisso”, para que estes tenham consciência dos seus atos e compreendam a importância da responsabilidade.

Anexo 2 - Atividade nº2: “A Importância da Autoestima”

Dia: 26/02/2020					
Rotina: Os jovens entram na sala comum e sentam-se nos respectivos lugares.					
<u>Objetivo geral:</u> - Esclarecer e ensinar o conceito de autoestima; - Proporcionar o aumento da autoestima dos jovens					
Objetivos específicos	Descrição da atividade	Tempo (min)	Recursos	Indicadores de avaliação	Instrumentos de avaliação
1. Desmitificar e aprender o conceito de autoestima; 2. Aumentar a autoestima; 3. Promover o aumento da autoestima entre os jovens; 4. Desenvolver a entreajuda;	<p>A estagiária reúne os jovens na sala comum. Procede à explicação da atividade enaltecendo os objetivos a desenvolver durante a mesma, assim como o propósito da realização da atividade.</p> <p>É iniciada uma pequena discussão, com o apoio de um PowerPoint criado pela estagiária, onde a mesma questiona o grupo se alguém sabe o que é "autoestima". Se ninguém souber, dá-se início à explicação do conceito de “autoestima”, e a “forma como uma pessoa se sente a respeito de si mesma”.</p>	<p>10</p> <p>10</p> <p>20</p>	<p>- Projetor; - Computador; - PowerPoint; - Folhas de papel; - Canetas; - Máquina Fotográfica;</p>	<p>1. Desmitifica e aprende o conceito de autoestima; 2. Aumento da autoestima; 3. Promove o aumento da autoestima entre os jovens; 4. Desenvolve a entreajuda;</p>	Notas de campo através da observação.

5. Implementar o espírito de grupo; 6. Elogiar os colegas, salientando as suas características positivas; 7. Observar fotografias de colegas não criticando negativamente; 8. Respeitar a Estagiária e os colegas; 8.1. Respeitar os momentos de intervenção dos colegas;	<p>É entregue uma folha de papel para cada participante, explicando que representa a sua autoestima. Procede-se à leitura de uma lista de situações que podem ocorrer, podendo danificar a nossa autoestima.</p> <p>De cada vez que uma frase é lida os jovens deverão rasgar um pedaço da folha de papel, na mesma proporção em que essa situação afetaria a sua autoestima, identificando-o com um número.</p> <p>Depois de todas as frases estarem lidas, verificam-se as que mais afetam a autoestima de cada um.</p> <p>De seguida são lidas frases positivas com o intuito de recuperar a autoestima, identificando-as também, à semelhança das anteriores.</p> <p>Inicia-se uma nova discussão, para compreender qual a situação lida que afeta mais os rapazes da Casa e o porquê, interpretando os papeis rasgados por eles.</p>	<p>10</p> <p>5</p> <p>10</p> <p>15</p> <p>20</p> <p>90</p> <p>60</p>		5. Implementa o espírito de grupo; 6. Elogia os colegas e salienta características positivas; 7. Sabe observar fotografias sem críticas negativas; 8. Respeita a Estagiária e os colegas; 8.1. Respeita os momentos de intervenção dos colegas; 8.2. Respeita as opiniões dos colegas;	
---	---	---	--	---	--

<p>8.2. Respeitar as opiniões dos colegas;</p> <p>8.3. Respeitar os gostos pessoais dos colegas;</p> <p>8.4. Respeitar os momentos de intervenção da Estagiária;</p> <p>8.5. Intervir de forma oportuna.</p>	<p>A segunda parte da atividade tem início depois do almoço dos jovens, sendo que lhes é solicitado que vistam a roupa com a qual se sentem no seu melhor.</p> <p>Posteriormente, o grupo dirigir-se-á até um parque público, onde se irão registar fotograficamente os momentos partilhados com os colegas.</p> <p>De regresso à casa as fotografias são transferidas para o computador comum e posteriormente visualizadas em grupos, enaltecendo as suas características.</p>			<p>8.3. Respeita os gostos pessoais dos colegas;</p> <p>8.4. Respeita os momentos de intervenção da Estagiária;</p> <p>8.5. Intervém de forma oportuna.</p>	
<p>Notas de observação: Esta atividade foi realizada em período de interrupção escolar, sendo que foi dividida em dois momentos, um no período da manhã, e outro no da tarde. Inicialmente, quando alertados que iria haver atividade relacionada com a autoestima, vários jovens mostraram alguma resistência à mesma e disseram não queriam participar. Contudo, participaram 10 rapazes.</p> <p>Na fase inicial da atividade, quando estava a decorrer o PowerPoint, os jovens mostraram interesse em aprender mais sobre o conceito, expressaram as suas dúvidas e questões, e mostraram-se muito recetivos. Houve um jovem que se emocionou ao longo da atividade, pois não tinha muito conhecimento acerca do conceito, e ao longo da dinâmica foi compreendendo que efetivamente a sua autoestima estava em baixo e teve um momento de choro, demonstrando alguma fragilidade.</p>					

Estava tudo a correr bem, mas no momento onde o objetivo da dinâmica era caracterizar positivamente a pessoa que estava ao nosso lado, e um dos jovens decidiu insultar o colega, de forma preconceituosa e racista (“preto” e “paneleiro”), tendo por isso sido convidado a abandonar a atividade. Apesar do contratempo, a parte teórica correu bem e superou as expectativas.

Depois de terminada a primeira parte, foi então comunicado aos jovens que a segunda parte da atividade seria depois de almoço e foi-lhes proposto que colocassem uma roupa com a qual se identificassem e se sentissem bem, e que se arranjassem para ir tirar umas fotografias. O objetivo desta dinâmica, era proporcionar-lhes um momento onde conseguissem subir a sua autoestima. Para este segundo momento, apenas foram 6 jovens, pois alguns não quiseram, outros foram trabalhar/estagiar, ou porque estavam a fazer voluntariado noutra local.

Posteriormente vimos as fotografias tiradas durante a tarde no parque, e todos disseram ter gostado muito deste momento fora da instituição e pediram para ficarem com as mesmas. Considero que foi uma atividade realizada com sucesso e que foi bastante produtiva.

Anexo 3 - Atividade nº3: “País Tutti”

Dia: 05/03/2020					
Rotina: Os jovens entram na sala comum e sentam-se nos respectivos lugares.					
<u>Objetivo geral:</u> - Reconhecer e refletir acerca dos desejos e relações afetivo-sexuais; - Interpretar as manifestações de homofobia na sociedade;					
Objetivos específicos	Descrição da atividade	Tempo (min)	Recursos	Indicadores de avaliação	Instrumentos de avaliação
1. Identificar a pluralidade de sentimentos associados à atração sexual; 1.1. Compreender a heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade como orientação sexual;	<p>A estagiária reúne os jovens na sala comum. Procede à explicação da atividade enaltecendo os objetivos a desenvolver durante a mesma, assim como o propósito da realização da atividade.</p> <p>A estagiária distribui por cada jovem o texto de apoio e solicita a leitura, faseada, do mesmo por parte dos jovens em voz alta.</p> <p>É iniciada uma discussão, visando os pontos fulcrais do texto, retirando dúvidas associadas à interpretação do mesmo e comentando a mensagem principal transmitida.</p>	<p>10</p> <p>5</p> <p>15</p> <p>45</p>	<p>- Projetor;</p> <p>- Computador;</p> <p>- PowerPoint;</p> <p>- Folha com texto de apoio;</p> <p>- Curta-metragem “In a Heartbeat”;</p>	<p>1. Identifica a pluralidade de sentimentos associados à atração sexual;</p> <p>1.1. Compreende a heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade como orientação sexual;</p>	Notas de campo através da observação.

1.2. Reconhecer, igualmente, as diversas orientações sexuais;	Inicia-se o debate tendo como suporte algumas questões previamente realizadas pela estagiária, de forma a compreender os pontos de vista dos jovens relativamente ao tema da atividade.	20		1.2. Reconhece, igualmente, as diversas orientações sexuais;	
1.3. Compreender e respeitar demonstrações afetivas;	Concluiu-se o debate por forma a iniciar uma reflexão coletiva, através de perguntas previamente elaboradas pela estagiária. Cada jovem, voluntariamente, dá a sua opinião, sendo que a estagiária irá servindo como mediadora e orientadora de todo o processo reflexivo.	15		1.3. Compreende e respeita demonstrações afetivas;	
2. Interpretar comportamentos homofóbicos;	Para concluir a estagiária projeta uma curta-metragem (In a Heartbeat) de modo a sensibilizar os jovens para a questão da homossexualidade, compreendendo se algum ponto de vista foi comprovado ou revogado após o término da atividade anterior.	10		2. Interpreta comportamentos homofóbicos;	
2.1. Respeitar a orientação sexual das outras pessoas;	A estagiária questiona se existem comentários à curta-metragem, ou alguma opinião, que queiram partilhar com o restante grupo.			2.1. Respeita a orientação sexual das outras pessoas;	
2.2. Percecionar de que modo os comentários inapropriados e julgamentos alheios podem afetar				2.2. Perceciona de que modo os comentários inapropriados e julgamentos alheios podem afetar	

<p>negativamente as outras pessoas;</p> <p>2.3. Perceber o impacto e transtorno que as observações não solicitadas podem exercer sobre as outras pessoas;</p> <p>3. Respeitar a Estagiária e os colegas;</p> <p>3.1. Respeitar os momentos de intervenção dos colegas;</p> <p>3.2. Respeitar as opiniões dos colegas;</p> <p>3.3. Respeitar os momentos de</p>				<p>negativamente as outras pessoas;</p> <p>2.3. Percebe o impacto e transtorno que as observações não solicitadas podem exercer sobre as outras pessoas;</p> <p>3. Respeita a Estagiária e os colegas;</p> <p>3.1. Respeita os momentos de intervenção dos colegas;</p> <p>3.2. Respeita as opiniões dos colegas;</p> <p>3.3. Respeita os momentos de</p>	
--	--	--	--	---	--

intervenção da Estagiária; 3.4. Intervir de forma oportuna.				intervenção da Estagiária; 3.4. Intervém de forma oportuna.	
<p>Notas de observação: Esta atividade foi planeada com muita antecedência, devido à sensibilidade do tema em questão, visto ser um dos maiores desafios com os jovens da Casa. O tema da atividade foi a homossexualidade. Esta dinâmica foi implementada sem avisar os jovens com antecedência. Avisei-os perto da hora do almoço e as reações deles foram positivas e mostraram receptividade à mesma, porém houve também comentários como “se é sobre gays não é para mim, não vou lá fazer nada” ou “essa atividade é para alguns aqui da casa, mas para mim não”. A atividade teve início depois do jantar e apenas 2 jovens se recusaram a participar. Foi pedido também ao jovem mais novo para não participar nesta atividade, uma vez que era complexa para a sua faixa etária.</p> <p>A primeira parte da atividade consistia na leitura de um texto que falava sobre um país onde a homossexualidade era orientação sexual padrão e os bebês eram gerados por inseminação artificial. Este texto foi lido por 3 jovens da casa, tendo sido eles a pedir para o fazer. Depois do texto seguiram-se umas questões relativas ao mesmo,</p> <p>Ao longo das perguntas os jovens foram unânimes em quase todas, sendo que quando se fala em casais homossexuais os comentários variam entre “eu respeito”, “eles que fiquem no canto deles e eu fico no meu”, “não tenho nada contra eles, desde que não me chateiem” e alguns jovens afirmam que acham estranho um casal homossexual e quando veem algum ficam a olhar. Ainda sobre casais homossexuais afirmam que “se gostam, gostam, e isso não muda”, porém, as pessoas têm tendência a “julgar o livro pela capa” e “apontar o dedo”, sendo as atitudes mais comuns, ditas pelos rapazes foram: “apontar”, “olhar de lado” e “gozar”. Consideram que pessoas “fora do padrão” são excluídas, especialmente por adultos acima dos 50 anos de idade “porque têm mentalidades mais retrógradas”. Dizem que as pessoas com esta orientação sexual podem sofrer de violência psicológica, que na ótica dos jovens magoa mais que a física. No que concerne ao papel da escola relativamente ao preconceito</p>					

com a homossexualidade, dizem que a escola pode “ser má, porque se houver um professor que seja contra e que saiba da sexualidade do aluno, pode ser injusto com ele”, mas também dizem que a “a atitude tem de partir das pessoas e não da escola”.

A determinado momento da atividade, os jovens dão o exemplo dos monitores relativamente a comentários desadequados proferidos pelos mesmos, pois sentem que por vezes são chamados à atenção quando são preconceituosos, mas os adultos têm tendência a fazê-lo também. Os jovens dizem que “são os primeiros a gozar com os utentes e mandam bocas infelizes” e “gozam com a maneira de ser dele”. Não foi a primeira vez que os jovens mostraram desagrado relativamente a este tipo de comportamento dos monitores, pois algumas vezes fazem-no quando julgam que os jovens já estão a dormir ou não estão a ouvir o que eles dizem, mas também o fazem na presença deles.

Seguiu-se a passagem de uma curta-metragem também relacionada com o tema da dinâmica, e os jovens mantiveram-se atentos e soltaram risos, sendo que as reações deles à mesma foram positivas, e disseram que “foi bacana”, “fixe” e que “foi bonito” o vídeo.

No geral considero que a atividade correu bem, superando as expectativas. Debateu-se sobre o tema a trabalhar e alguns jovens mostraram que têm consciência do preconceito que ainda é evidente na sociedade e também assumem que o exercem em alguns momentos da sua vida, mesmo considerando-o errado. Os rapazes mostraram-se interessados e participativos durante toda a dinâmica e trocaram-se algumas ideias entre todos muito interessantes.

Anexo 4 - Atividade nº4: “Mito ou Realidade”

Dia: 12/03/2020					
Rotina: Os jovens entram na sala comum e sentam-se nos respectivos lugares.					
<u>Objetivo geral:</u> - Desmitificar e desconstruir concepções alternativas sobre a sexualidade; - Esclarecer dúvidas relacionadas com a sexualidade e educação sexual; - Percecionar o nível de conhecimento dos jovens acerca da temática e fomentá-lo;					
Objetivos específicos	Descrição da atividade	Tempo (min)	Recursos	Indicadores de avaliação	Instrumentos de avaliação
1. Identificar os mitos e as realidades associadas à sexualidade; 1.1. Adquirir as competências necessárias à justificação e compreensão de premissas	A estagiária reúne os jovens na sala comum, mas pede ao mais novo para não participar, devido à complexidade da dinâmica. Procede à explicação da atividade enaltecendo os objetivos a desenvolver durante a mesma, assim como o propósito da realização da atividade. É reproduzido um vídeo educativo para iniciar a sessão, onde é abordado o conceito de puberdade, bem como as manifestações da mesma. Após a visualização do vídeo, segue-se uma pequena	10 5	- Projetor; - Computador; - PowerPoint; - Placas identificativas com as palavras “mito” de um lado e “realidade” no verso;	1. Identifica os mitos e as realidades associadas à sexualidade; 1.1. Adquire as competências necessárias à justificação e compreensão de	Notas de campo através da observação.

<p>relacionadas com a sexualidade;</p> <p>1.2. Alterar preconceções erradas confrontando-as com conhecimento adquirido na atividade;</p> <p>2. Esclarecer dúvidas relacionadas com a sexualidade e educação sexual;</p> <p>2.1. Retirar dúvidas sobre algo de que não se possui conhecimento, sem pudor;</p> <p>2.2. Obter conhecimento útil</p>	<p>discussão sobre o tema abordado promovendo uma troca de ideias e experiências pessoais.</p> <p>De seguida a estagiária distribui por cada jovem uma placa identificativa com as palavras “mito” de um lado e “realidade” no verso.</p> <p>É projetado um PowerPoint previamente elaborado pela estagiária, onde estão inseridas questões e afirmações sobre o tema da sexualidade e educação sexual. É solicitado aos jovens que identifiquem, a cada questão, o seu parecer (mito ou realidade) posicionando a placa para o lado que considerem correto.</p> <p>Após todos os jovens terem posicionado a placa identificativa de acordo com a sua opinião, segue-se a revelação da resposta correta à questão/afirmação.</p> <p>Posto isto, conversa-se sobre a resposta dos jovens, promovendo a partilha de conceções, dotando-os de conhecimento científico. Servindo como mediadora, a estagiária, consciencializa os jovens ao nível da educação sexual.</p>	<p>10</p> <p>5</p> <p>20</p> <p>20</p>	<p>- Vídeo educativo “O que realmente acontece quando você atinge a puberdade”;</p>	<p>premissas relacionadas com a sexualidade;</p> <p>1.2. Altera preconceções erradas confrontando-as com conhecimento adquirido na atividade;</p> <p>2. Esclarece dúvidas relacionadas com a sexualidade e educação sexual;</p> <p>2.1. Retira dúvidas sobre algo de que não se possui conhecimento, sem pudor;</p>	
--	---	--	---	---	--

<p>para a vivência saudável da sexualidade, puberdade e adolescência;</p> <p>3. Respeitar a Estagiária e os colegas;</p> <p>3.1. Respeitar dúvidas dos colegas;</p> <p>3.2. Respeitar os momentos de intervenção dos colegas;</p> <p>3.3. Respeitar as opiniões dos colegas;</p> <p>3.4. Respeitar os momentos de intervenção da Estagiária;</p>	<p>Terminado o PowerPoint, a estagiária convida os rapazes a partilharem as suas dúvidas, curiosidades ou inquietações relacionadas com a temática em questão, por forma a tentar esclarecê-los. Deste modo, dá-se por terminada a dinâmica.</p>	<p>10</p>		<p>2.2. Obtém conhecimento útil para a vivência saudável da sexualidade, puberdade e adolescência;</p> <p>3. Respeita a Estagiária e os colegas;</p> <p>3.1. Respeita as dúvidas dos colegas;</p> <p>3.2. Respeita os momentos de intervenção dos colegas;</p> <p>3.3. Respeita as opiniões dos colegas;</p>	
--	--	------------------	--	--	--

3.5. Intervir de forma oportuna.				3.4. Respeita os momentos de intervenção da Estagiária; 3.5. Intervém de forma oportuna.	
<p>Notas de observação: A atividade foi planeada com bastante antecedência devido à temática a trabalhar, a sexualidade, e considerou-se importante conversar com os jovens durante uns tempos sobre o assunto, para compreender os seus conhecimentos, dúvidas e tabus. Esta ficou como última atividade sobre a temática do relatório para permitir que os jovens fossem adquirindo conceitos que não possuíam. Os jovens foram avisados para a atividade no dia que esta aconteceu.</p> <p>Iniciou-se depois de jantar, com um vídeo sobre a puberdade, que os jovens viram com bastante atenção e risos, sendo que alguns disseram que se relacionaram com o mesmo nalgumas partes.</p> <p>Passou-se para a segunda parte da atividade com frases comuns, para os jovens identificarem, através da placa, se seria “mito” ou “realidade”. Estavam mais agitados do que o normal, talvez devido ao tema, porém foram bastante participativos. Houve apenas um jovem que foi convidado a abandonar a atividade por estar a apresentar um comportamento desadequado e estava a destabilizar o decorrer da mesma.</p> <p>Na grande parte das perguntas as respostas estavam divididas, porém a maioria era, quase sempre a resposta correta, e dada pelos mais velhos da Casa, demonstrando mais conhecimento sobre o tema da sexualidade, quando comparados com os mais novos. Mantiveram-se interessados do início ao fim da dinâmica, apresentando sempre questões pertinentes e dúvidas que tinham. Contudo, considero que é um tema que deve ser ainda bastante trabalhado, pois surgiram dúvidas que já tinham sido previamente esclarecidas, revelando que as mesmas não foram completamente compreendidas pelos jovens, que inevitavelmente as voltar a colocar.</p>					

Considero que a atividade correu bastante bem, sem imprevistos. Os rapazes estiveram sempre muito ativos a participar e a debater uns com os outros. Quando havia uma pergunta mais complexa, ajudavam a responder e tentaram sempre explicar sem eu ter de intervir.

Anexo 5 - Compromisso de Confidencialidade

COMPROMISSO DE CONFIDENCIALIDADE da investigadora relativo aos DADOS DE INVESTIGAÇÃO

Investigação relativa a *sexualidades e intimidades em contexto institucional*.

Eu, Ana Carolina da Silva Canudo, estudante de mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social, no Instituto Superior de Serviço Social do Porto, declaro que todos os dados recolhidos ao longo da investigação serão completamente confidenciais e destruídos no final de analisar toda a informação.

Todas as pessoas terão o direito de acederem a qualquer publicação resultante dos estudos integrados no relatório final de estágio.

Ana Carolina da Silva Canudo

Data: ____/____/2020

Anexo 6 - Consentimento Informado

DOCUMENTO relativo a CONSENTIMENTO INFORMADO de **PARTICIPAÇÃO em INVESTIGAÇÃO**

A informação que vai ser recolhida será para o **efeito de utilização neste projeto de investigação** e será analisada de forma **totalmente confidencial**, com o compromisso de preservar inteiramente a **segurança** e o **anonimato** das pessoas participantes. No final de analisar a informação, a mesma será destruída.

Peço-lhe que responda às seguintes questões relativas à utilização da informação que forneceu:

Compreendi e aceito os conteúdos desta folha informativa

SIM _____ **NÃO** _____

Pude fazer perguntas sobre o estudo/projeto de investigação

SIM _____ **NÃO** _____

Obtive resposta a questões sobre o estudo/projeto de investigação

SIM _____ **NÃO** _____

Concordei com a gravação das entrevistas, sendo as mesmas eliminadas no final

SIM _____ **NÃO** _____

Recebi o compromisso de confidencialidade por parte da investigadora

SIM _____ **NÃO** _____

Permito a utilização dos dados, sabendo que estes dados serão tornados anónimos e que a minha identidade ficará inteiramente protegida no tratamento e análise dos dados recolhidos, bem como em qualquer publicação que resulte deste estudo/ projeto de investigação.

SIM _____ **NÃO** _____

NOME: _____

ASSINATURA ou RUBRICA: _____

DATA: _____

Investigadora:

Ana Carolina da Silva Canudo

Licenciatura em Serviço Social pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra e estudante de Mestrado em Intervenção Social na Infância e Juventude em Risco de Exclusão Social no Instituto Superior de Serviço Social do Porto.

Anexo 7 - Capa dos Questionários realizados aos Jovens da Casa



QUESTIONÁRIO ANÓNIMO SOBRE SEXUALIDADES E INTIMIDADES NA TUA INSTITUIÇÃO

Olá, o meu nome é Ana Carolina e como sabes estou a estagiar aqui na instituição para fazer um trabalho final e para isso preciso da tua ajuda. É muito importante para mim que preenchas este questionário e por favor responde da maneira mais sincera que puderes. **Não há respostas certas nem erradas.**

Não te preocupes, não é preciso colocares o nome, só preciso que me digas a tua idade e há quanto tempo estás nesta casa. Nas questões onde te peço para escrever, por favor tenta não deixar respostas por fazer.

Muito obrigada desde já por aceitares participar neste **questionário ANÓNIMO**.

O resultado deste questionário vai servir para um estudo que estou a tentar realizar com o objetivo de compreender as sexualidades e intimidades em contexto institucional.

No final de responderes, colocas o questionário anónimo dentro do envelope e depois de o fechares, colocas dentro dessa caixa. Só depois de todos os rapazes da casa

terem respondido é que eu vou abrir a caixa e ver as respostas, sendo que mais **ninguém além de mim irá ler**. Depois de reunir todos os dados que necessito **irei destruir todos os questionários**.

Vamos lá a isto!

A tua idade: _____

Há quanto tempo estás na instituição? _____

No teu cartão de cidadão o teu sexo aparece como masculino (M). Tu vês-te como um rapaz?
Sim _____ Não _____

Se a resposta foi não, como dirias que te vês?

Anexo 8 - Capa das Entrevistas realizadas aos Profissionais da Casa



Entrevista aos/às profissionais da Casa relativamente a sexualidades e intimidades em contexto institucional

No âmbito do estágio curricular que estou a realizar em contexto de Casa de Acolhimento Residencial, doravante referida como Casa, criei uma entrevista para aplicar aos/às profissionais da Equipa Técnica e Educativa, e aos da Equipa de Auxiliares de Ação Educativa, onde abordo o tema da sexualidade e das experiências sexuais no contexto institucional. O objetivo desta entrevista é perceber a visão dos profissionais relativamente à existência, ou não, de experiências sexuais em contexto institucional, e compreender, do ponto de vista do profissional, o que se pode fazer para promover a vivência saudável da sexualidade e intimidade dos jovens rapazes da Casa.

Para a análise das respostas das entrevistas, necessito apenas das seguintes informações no que respeita à caracterização sócio demográfica.

TODAS AS RESPOSTAS DADAS A ESTA ENTREVISTA SÃO CONFIDENCIAIS SENDO QUE ME COMPROMETO, DEPOIS DE RECOLHER E TRANSCREVER TODOS OS DADOS, A ELIMINAR TUDO O QUE POSSA IDENTIFICÁ-LO/A.

Idade:

Sexo:

Habilitações Literárias:

Equipa que integra:

Tempo de trabalho na Instituição: